

FESP RJ

**Fundação Escola de Serviço Público
do Estado do Rio de Janeiro**

Critérios de escolha da escola pelo professor Estudo de caso

Rio de Janeiro
2007

FESP RJ

Fundação Escola de Serviço Público
do Estado do Rio de Janeiro

Critérios de escolha da escola pelo professor

Estudo de caso

Estudo desenvolvido por **Márcia Martinez e Ricardo Matos** apresentado à Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro – FESP RJ com o objetivo de analisar os critérios de escolha da escola pelo professor.

Rio de Janeiro
2007

Educação sistêmica, ordenação territorial e desenvolvimento são princípios do PDE¹. O enlace entre educação, território e desenvolvimento deve ser um de seus resultados. Qualidade, equidade e potencialidade são seus propósitos. Qualidade entendida como enriquecimento do processo educacional, participação dos sujeitos e valorização das diferenças, de modo que as oportunidades educacionais se constituam em formas reais de reconhecimento e desenvolvimento das potencialidades, conhecimentos e competências. A melhoria da qualidade da educação e a redução de desigualdades relativas às oportunidades educacionais – em outras palavras, o direito de aprender – são suas razões constitutivas².

Márcia de Castro Martinez

Especialista em Gestão do Território e Análise Ambiental

Ricardo Saint Clair de Miranda Matos

Especialista em Análise de Sistemas e Tecnologia da Informação

Rio de Janeiro - RJ

Março/2008

¹ PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

² PDE – Razões, princípios e programas - <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>

Sumário

Resumo

Introdução

1 - Considerações iniciais

2 – Abrangência geográfica

3 – Abrangência dos dados

4 – Análise do quadro geral de vagas e inscrições

5 – Análise do quadro geral de aprovados

6 – Análise do quadro geral de convocados

7 – Os números do concurso

8 – A amostra

9 – Análise das Ocorrências

10 – Análise das Notas

11 – Análise territorial da amostra

12 – Análise das Classes

13 – Escolas escolhidas x escolas não escolhidas

Conclusão

Bibliografia

Figuras

Figura 01 – Visão geográfica das Coordenadorias Regionais da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

Figura 02 – Coordenadorias Regionais (exceto o Rio de Janeiro)

Figura 03 – Coordenadorias Regionais do município do Rio de Janeiro

Figura 04 – Abrangência geográfica do estudo

Figura 05 – Quantitativos da amostra

Figura 06 – Distribuição do quadro de vagas

Figura 07 – Distribuição das vagas por coordenadoria

Figura 08 – Inscritos por coordenadoria

Figura 09 – Distribuição das vagas por disciplina

Figura 10 – Distribuição das inscrições por disciplina

Figura 11 – Vagas e inscrições por disciplina/coordenadoria

Figura 12 – Relação candidato x vaga

Figura 13 – Relação candidato x vaga - Matemática

Figura 14 – Relação candidato x vaga – Língua Portuguesa

Figura 15 – Inscritos x Aprovados

Figura 16 – Taxa de reprovação

Figura 17 – Resultado

Figura 18 – Vagas do edital x Número de convocados

Figura 19 – Vagas x Convocados

Figura 20 – Professores aprovados e convocados

Figura 21 – Professores aprovados e não convocados

Figura 22 – Os números do concurso

Figura 23 – Quantidade base da amostra

Figura 24 – Amostra inicial

Figura 25 – Distribuição da amostra

Figura 26 – Situação da amostra

Figura 27 – Situação da amostra por grupo de estudo

Figura 28 – Tipos de ocorrências

Figura 29 – Ocorrências da amostra - geral

Figura 30 – Ocorrências por segmento

Figura 31 – Professores aprovados, mas não contratados

Figura 32 – Quantitativos da análise por coordenadoria

Figura 33 – Quantitativos da análise por grupos

Figura 34 – Notas mínimas, médias e máximas

Figura 35 – Quantidade de professores por nota

Figura 36 – Classe de Notas (contratados)

Figura 37 – Classe de Notas (aprovados e convocados)

Figura 38 – Classe de Notas (aprovados x aprovados e contratados)

Figura 39 – Classe de Notas (duas classes – aprovados x contratados)

Figura 40 – Abrangência geográfica

Figura 41 – O município da escola é o mesmo do professor?

Figura 42 – Município/Bairro da escola igual município/bairro do professor, sim ou não ?

Figura 43 – Distância linear em metros – escola x residência do professor

Figura 44 – Classe IDEB

Figura 45 – Classe Infra-Estrutura

Figura 46 – Classe Econômica

Figura 47 – Quantidade de escolas x Quantidade de escolas escolhidas

Figura 48 – Escolas estaduais por classe IDEB - Distribuição percentual considerando todas as escolas estaduais da área de abrangência, ou seja, 689 escolas.

Figura 49 – Escolas estaduais por classe IDEB - Distribuição quantitativa – valores absolutos, ou seja, qtde de escolas.

Figura 50 – Escolas estaduais por classe IDEB - Distribuição percentual considerando o total de escolas em cada uma das classes.

Figura 51 – Escolas estaduais por classe infra-estrutura - Distribuição percentual considerando todas as escolas estaduais da área de abrangência, ou seja, 689 escolas.

Figura 52 – Escolas estaduais por classe infra-estrutura - Distribuição quantitativa – valores absolutos, ou seja, qtde de escolas.

Figura 53 – Escolas estaduais por classe infra-estrutura - Distribuição percentual considerando o total de escolas em cada uma das classes.

Figura 54 – Escolas estaduais por classe econômica - Distribuição percentual considerando todas as escolas estaduais da área de abrangência, ou seja, 689 escolas.

Figura 55 – Escolas estaduais por classe econômica - Distribuição quantitativa – valores absolutos, ou seja, qtde de escolas.

Figura 56 – Escolas estaduais por classe econômica - Distribuição percentual considerando o total de escolas em cada uma das classes.

Resumo

Este trabalho é uma reflexão sobre os critérios envolvidos no processo de lotação nas escolas públicas estaduais dos professores aprovados em concursos do magistério. Esta escolha se dá, inicialmente, quando, no momento da inscrição, o professor opta pelo território de atuação (coordenadorias regionais) e se concretiza após sua aprovação, quando os melhores colocados escolhem as escolas onde desejam atuar.

O objetivo central desse trabalho busca levantar informações sobre os professores melhores e piores colocados no concurso público de 2005 do Estado do Rio de Janeiro e analisá-las contra as características das escolas que estes escolheram para se lotarem. Além dos aspectos que envolvem questões relativas a proximidade residência x trabalho, nossa hipótese sugere que os professores escolhem as escolas mais aparelhadas, com alunos mais preparados e em bairros de menor vulnerabilidade.

Se nossa hipótese estiver correta, os critérios atualmente adotados podem estar contribuindo para aprofundar o abismo social ora existente.

Embasados no conhecimento que este estudo se propõe a oferecer, será possível uma análise desses critérios, bem como das suas implicações no contexto educacional do estado.

Adicionalmente ao foco principal deste estudo realizaremos uma análise dos números deste concurso abordando aspectos que envolvam o desempenho dos professores. Nossa meta, neste caso, é estabelecer perfis que contribuam para a geração de conhecimento que possa ser utilizado no aperfeiçoamento dos concursos.

Introdução

A dinâmica espacial é fator fundamental nas discussões sobre a construção da estrutura de uma sociedade. A ocupação e uso dos espaços versam sobre questões que envolvem territorialidades, cidadania, responsabilidade sócio-ambiental e políticas destinadas à gestão. Este trabalho procura promover o saber abordando aspectos que ampliem o conhecimento e o debate, principalmente em relação a educação e aos critérios de escolha professor/escola.

Nosso principal objetivo é fornecer aos gestores da área educacional informações que contribuam para a caracterização do processo de escolha das escolas pelos professores nas coordenadorias regionais do Estado do Rio de Janeiro.

Faremos uma ampla análise dos números do concurso de forma a caracterizá-lo em diferentes abordagens. O desempenho dos professores também será alvo de nossos estudos.

Iniciaremos com algumas considerações que visam dissertar sobre os aspectos técnicos e metodológicos adotados neste estudo. Em seguida, definiremos a abrangência geográfica e a abrangência dos dados objetivando caracterizar o escopo do estudo. No quarto capítulo desenvolveremos uma análise do quadro geral de vagas e das inscrições. No quinto, focaremos as aprovações e no sexto as convocações. O sétimo irá permitir visualizar os números do concurso. Caracterizaremos a amostra estudada no oitavo capítulo. No nono, analisaremos as ocorrências que impediram a contratação de vários professores aprovados.

Definir o perfil do professor a partir da nota obtida no concurso é nossa proposta para o décimo capítulo. No décimo primeiro faremos uma análise territorial da amostra com o intuito de verificar a influência dos aspectos de proximidade residência/trabalho. Nosso décimo segundo capítulo irá estabelecer classes individuais e consolidadas de forma a classificar as escolas escolhidas pelos professores sob três aspectos: qualidade de ensino, infra-estrutura da escola e aspectos econômicos do entorno da unidade de ensino. Uma visão geral das escolas e dos critérios adotados pelos professores na escolha das unidades de ensino que irão atuar é o foco do nosso último capítulo.

Este estudo, portanto, pretende suscitar o conhecimento visando contribuir nas ações de planejamento estratégico e definição de políticas públicas.

1 - Considerações iniciais

Este documento foi elaborado a partir de uma metodologia desenvolvida para facilitar o leitor no entendimento e na aquisição de conhecimento. Utiliza a cartografia temática, figuras e gráficos como principal técnica para exposição, visualização e análise de informações.

Como ferramenta para a criação de mapas temáticos, emprega o software VG, sistema de informações gerenciais e geográficas desenvolvido especialmente para dar apoio a trabalhos de análise e geração de conhecimento.

As informações utilizadas neste estudo foram obtidas de suas fontes originais, antes de serem armazenadas no banco de dados de indicadores do VG.

Os dados da área educacional fazem parte do Censo Escolar de 2004 e do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ambos tendo com fonte o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Para as análises territoriais, foram utilizados indicadores do Censo Demográfico de 2000 numa visão por municípios, por distritos/bairros e por setores censitários fornecidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

Para atender as finalidades deste estudo, utilizamos uma amostra fornecida pela FESP dos professores aprovados e convocados no concurso de 2005. Foram considerados, para tanto, somente aqueles aprovados e convocados para os municípios de Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São Gonçalo e Rio de Janeiro nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Do total de aprovados e convocados,

farão parte desta amostra os 15% primeiros e os 15% últimos colocados em ordem de classificação pela nota final.

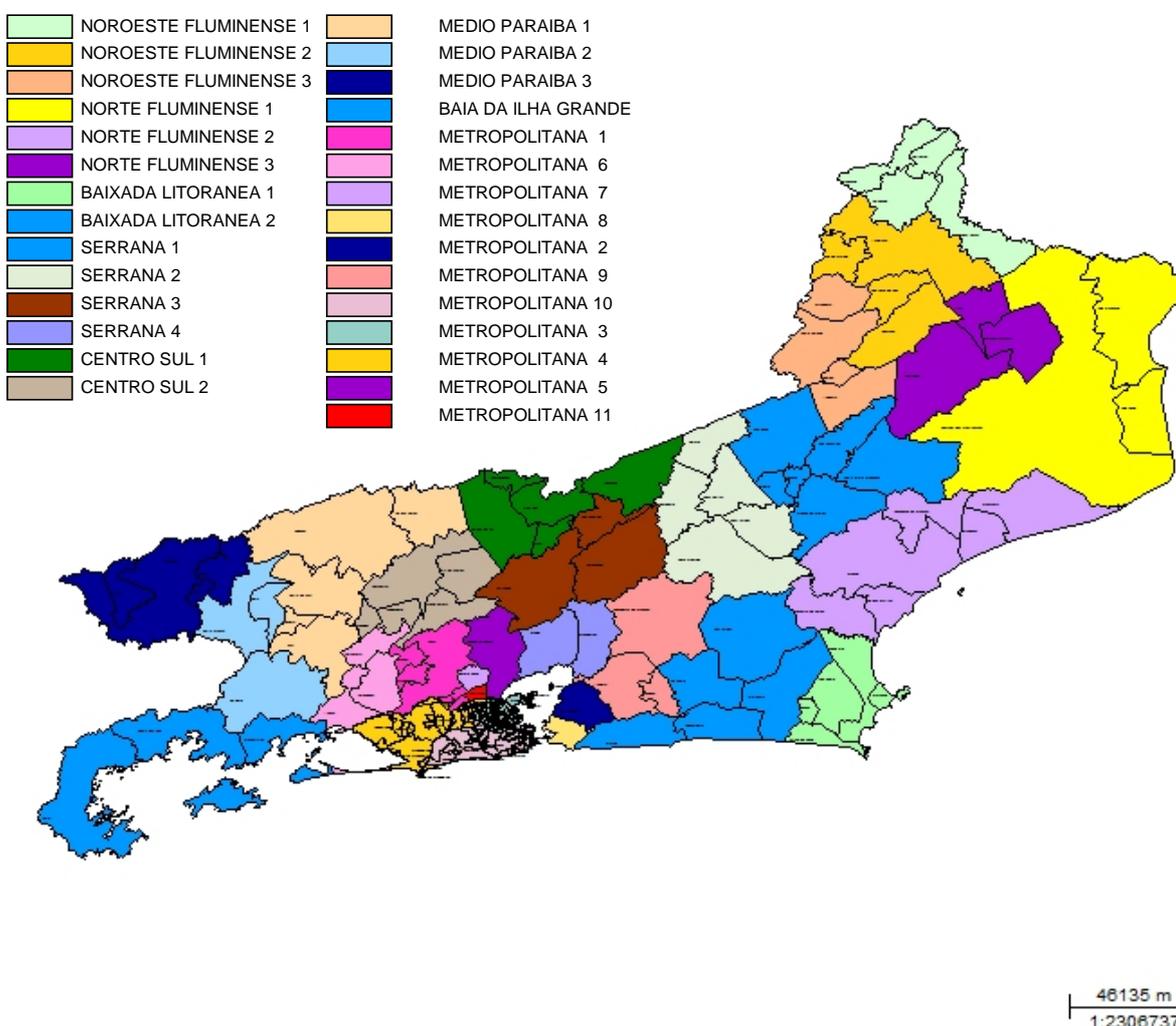
As informações sobre os critérios de alocação professor/escola também foram fornecidas pela FESP. Não tivemos, desta forma, acesso a nenhum documento que os definisse formalmente, excetuando-se o edital do concurso.

2 – Abrangência geográfica

A Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro subdivide o espaço territorial onde atua em áreas geográficas denominadas coordenadorias regionais. As coordenadorias são grupamentos de municípios e/ou bairros que visam facilitar a gestão educacional.

A figura 01 apresenta esta divisão com suas denominações.

Figura 01 – Visão geográfica das Coordenadorias Regionais da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro



Como pode ser observado na figura 01, o Estado do Rio de Janeiro possui 29 coordenadorias regionais. A grande maioria é composta por um ou mais municípios.

A figura 02 apresenta a formação de cada coordenadoria.

Figura 02 – Coordenadorias Regionais (exceto o Rio de Janeiro)

Coordenadoria Regional	Municípios
BAIA DA ILHA GRANDE	Angra dos Reis, Mangaratiba, Parati
BAIXADA LITORANEA 1	Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia
BAIXADA LITORANEA 2	Araúama, Maricá, Rio Bonito, Saquarema, Silva Jardim
CENTRO SUL 1	Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia, Três Rios
CENTRO SUL 2	Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Vassouras
MÉDIO PARAIBA 1	Barra do Pirai, Pinheiral, Pirai, Rio das Flores, Valença
MÉDIO PARAIBA 2	Barra Mansa, Rio Claro, Volta Redonda
MÉDIO PARAIBA 3	Itaiaia, Porto Real, Quatis, Resende
METROPOLITANA 1	Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados
METROPOLITANA 2	São Gonçalo
METROPOLITANA 5	Duque de Caxias
METROPOLITANA 6	Itaguaí, Paracambi, Seropédica
METROPOLITANA 7	Belford Roxo
METROPOLITANA 8	Niterói
METROPOLITANA 9	Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Tanguá
METROPOLITANA 11	São João de Meriti
NOROESTE FLUMINENSE 1	Bom Jesus do Itabapoana, Natividade, Porciúncula, Varre-Sai
NOROESTE FLUMINENSE 2	Cambuci, Itaperuna, Laje do Muriaé, São José de Uba
NOROESTE FLUMINENSE 3	Aperibe, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua
NORTE FLUMINENSE 1	Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra
NORTE FLUMINENSE 2	Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabú, Macaé, Quissama, Rio das Ostras
NORTE FLUMINENSE 3	Cardoso Moreira, Italva, São Fidélis
SERRANA 1	Cantagalo, Cordeiro, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes
SERRANA 2	Bom Jardim, Carmo, Duas Barras, Nova Friburgo, Sumidouro
SERRANA 3	Petropolis, São José do Vale do Rio Preto, Teresopolis
SERRANA 4	Guapimirim, Mage

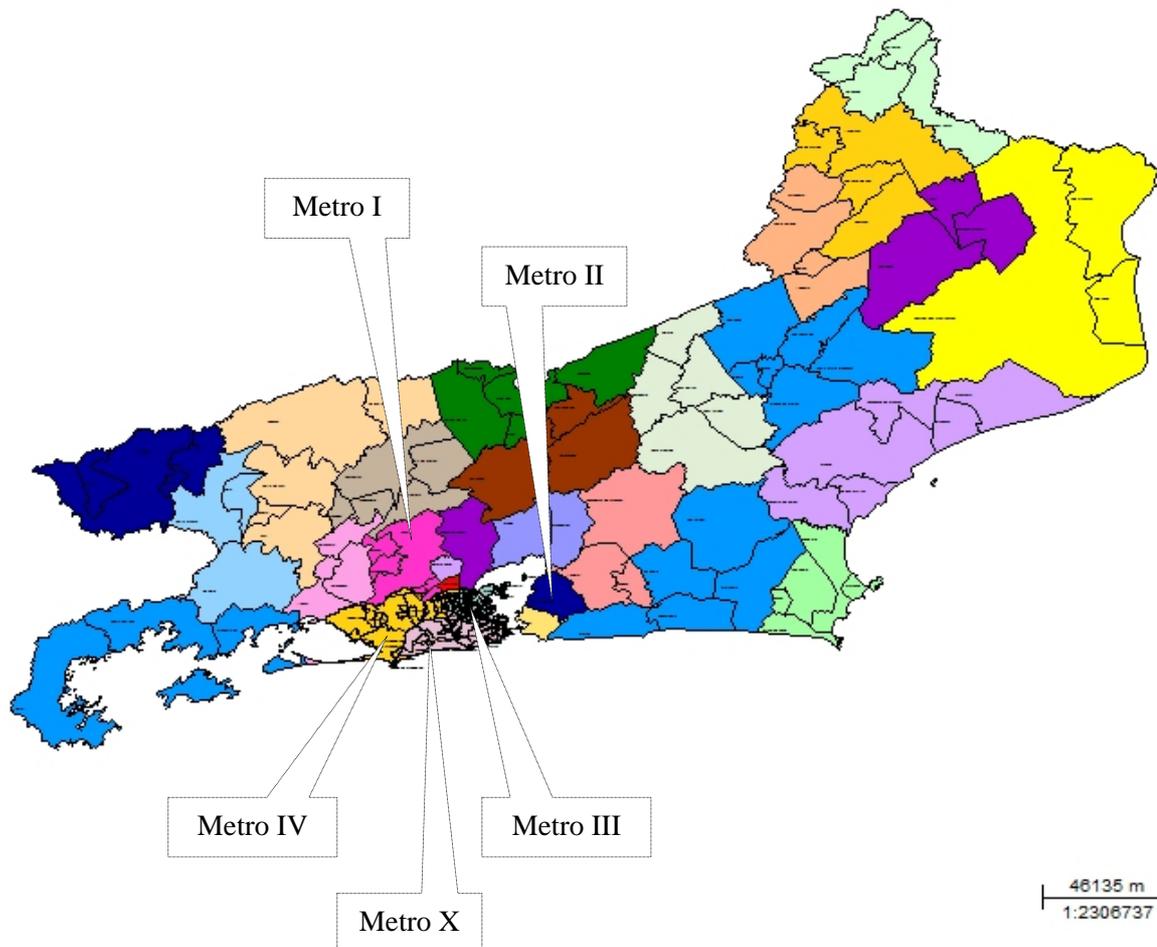
O município do Rio de Janeiro, em razão de sua maior dimensão territorial e populacional, foi subdividido em três coordenadorias compostas por bairros. São elas: Metropolitana 3, Metropolitana 4 e Metropolitana 10. A figura 03 apresenta os bairros que formam essas coordenadorias.

Figura 03 – Coordenadorias Regionais do município do Rio de Janeiro

Coordenadoria Regional	Municípios	Bairros
METROPOLITANA 3	Rio de Janeiro	Abolicao, Acari, Água Santa, Bancários, Bento Ribeiro, Bonsucesso, Braz de Pina, Cachambi, Cacuia, Caju, Campinho, Cascadura, Cavalcanti, Cidade Universitária, Cocota, Coelho Neto, Colegio, Cordovil, Del Castilho, Encantado, Engenheiro Leal, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Freguesia Ilha, Galeão, Higienópolis, Inhaúma, Irajá, Jacare, Jacarezinho, Jardim América, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Lins de Vasconcelos, Madureira, Manguinhos, Marechal Hermes, Maria da Graça, Meier, Monero, Olaria, Oswaldo Cruz, Parada de Lucas, Penha, Penha Circular, Piedade, Pilares, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Quintino Bocaiuva, Ramos, Riachuelo, Ribeira, Rocha, Rocha Miranda, Sampaio, Tauá, Todos Os Santos, Tomas Coelho, Turiacu, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vigário Geral, Vila da Penha, Vila Kosmos, Vista Alegre, Zumbi
METROPOLITANA 4	Rio de Janeiro	Anchieta, Bangu, Barra de Guaratiba, Barros Filho, Campo dos Afonsos, Campo Grande, Cosmos, Costa Barros, Deodoro, Grumari, Guadalupe, Guaratiba, Honório Gurgel, Inhoíba, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Parque Anchieta, Pavuna, Pedra de Guaratiba, Realengo, Ricardo de Albuquerque, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Câmara, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Vila Militar
METROPOLITANA 10	Rio de Janeiro	Alto da Boa Vista, Andaraí, Anil, Barra da Tijuca, Benfica, Botafogo, Camorim, Catete, Catumbi, Centro, Cidade de Deus, Cidade Nova, Copacabana, Cosme Velho, Curicica, Estácio, Flamengo, Freguesia Jaca, Gamboa, Gardenia Azul, Gavea, Glória, Grajaú, Humaitá, Ipanema, Itanhangá, Jacarepaguá, Jardim Botânico, Joá, Lagoa, Laranjeiras, Leblon, Leme, Mangueira, Maracana, Paqueta, Pechincha, Praça da Bandeira, Praça Seca, Recreio dos Bandeirantes, Rio Comprido, Rocinha, Santa Teresa, Santo Cristo, São Conrado, São Cristóvão, São Francisco Xavier, Saude, Tanque, Taquara, Tijuca, Urca, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vidigal, Vila Isabel, Vila Valquiere

Da amostra de dados utilizada neste estudo fazem parte as coordenadorias regionais metropolitanas que abrangem os municípios de Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São Gonçalo e Rio de Janeiro, ou seja, as denominadas de Metropolitana 1, 2, 3, 4 e 10. A figura 04 localiza no mapa do Estado do Rio de Janeiro as áreas abrangidas neste estudo.

Figura 04 – Abrangência geográfica do estudo



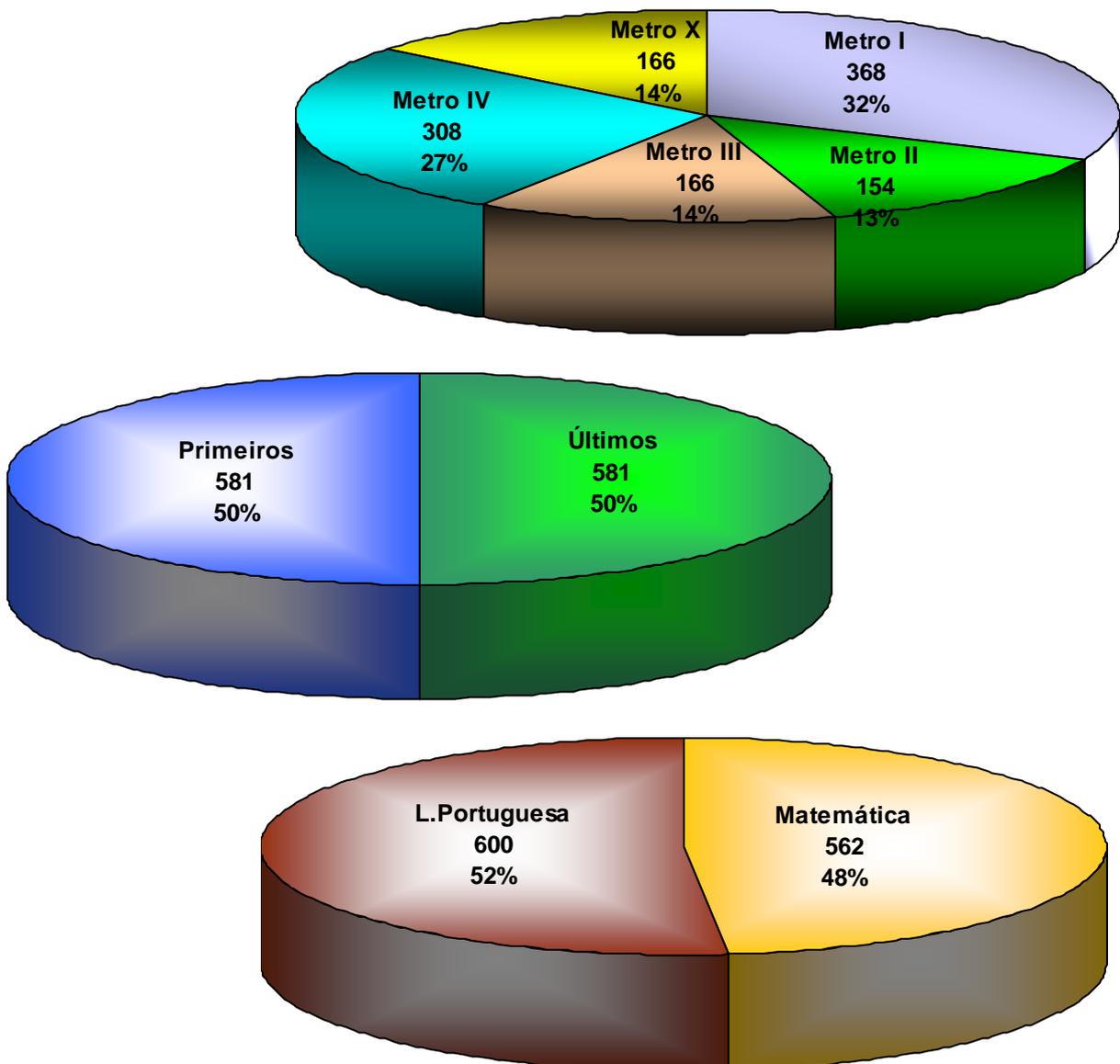
Em termos territoriais, a área abrangida neste estudo representa aproximadamente 5% da área total do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, é a região mais representativa em termos populacionais, possuindo 55% dos habitantes fluminenses, conforme estimativa populacional divulgada pelo IBGE para o ano de 2007.

3 – Abrangência dos dados

A amostra compreende os 15% primeiros e os 15% últimos aprovados e convocados no concurso de 2005 nas disciplinas de matemática e língua portuguesa (Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 23 de setembro de 2004).

O conjunto de imagens apresentadas na figura 05 resume a distribuição quantitativa encontrada nesses dados. Na primeira imagem a distribuição é por coordenadoria. A segunda agrupa os primeiros e últimos colocados e a terceira separa o quantitativo da amostra por disciplina.

Figura 05 – Quantitativos da amostra



Os dados foram fornecidos pela FESP - Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro em arquivo no formato xls subdividido em pastas. Cada pasta continha os dados de uma coordenadoria selecionada para o estudo com informações sobre os 15% primeiros e últimos colocados nas disciplinas de matemática e língua portuguesa.

Os dados individuais para cada professor aprovado foram os seguintes: ordem de classificação, número da inscrição, nome do professor, total de pontos obtido, número do município na tabela do Proderj, descrição do município da escola, lotação/ocorrência, matrícula, bairro e município de residência do professor, onde: lotação é o nome da escola escolhida pelo professor e, ocorrência, é o motivo pelo qual a contratação não foi efetuada.

Em termos gerais a qualidade dos dados fornecidos foi boa. Quatro registros foram retirados da amostra, pois não puderam ser tratados. Os dados continham inconsistências que não poderiam ser solucionadas em tempo hábil. Três registros, apesar de mantidos na amostra, continham erros de integridade – as escolas de lotação não pertenciam à coordenadoria do arquivo.

Dois aspectos, entretanto, tornaram ainda mais complexo e trabalhoso o serviço de limpeza e padronização de dados necessário ao desenvolvimento deste trabalho, a existência de nomes homônimos em algumas escolas de diferentes municípios e a não confiabilidade no conteúdo do atributo que descrevia o município da escola. Um código que identificasse univocamente cada unidade teria sido muito útil.

A questão territorial, essencial em trabalhos como esse, é sempre o maior problema a ser enfrentado na qualidade dos dados. Outro exemplo de dificuldade encontrada ocorreu na informação do bairro de residência do professor. Este dado é problemático em qualquer cadastro gerado a partir de fichas de inscrição manual, pois no ato do preenchimento muitos

candidatos fornecem bairros inexistentes na legislação municipal, o que neste caso demandou um trabalho extra de pesquisa de localidades.

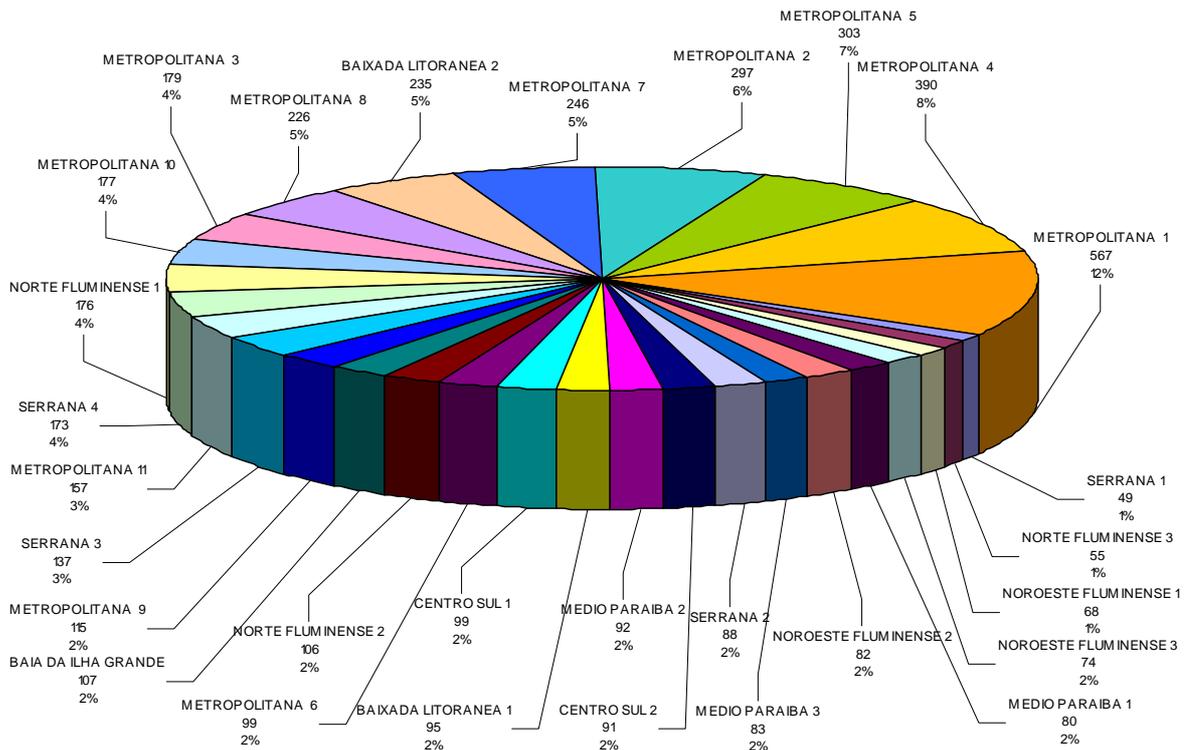
A precisão nas informações que caracterizam o território é sempre importante. Neste trabalho, a distância entre a residência do professor e a escola se constituiu num fator de grande importância, pois permitiu a compreensão da influência desse critério no processo de escolha da escola pelo professor.

Apesar das dificuldades descritas, todos os dados foram tratados e a integridade dos mesmos ficou dentro dos padrões necessários e suficientes para a realização deste estudo.

4 – Análise do quadro geral de vagas e inscrições

A distribuição do quadro geral de vagas³ por coordenadoria regional definida no edital do Concurso de 2005 pode ser observada na figura 06.

Figura 06 – Distribuição do quadro de vagas



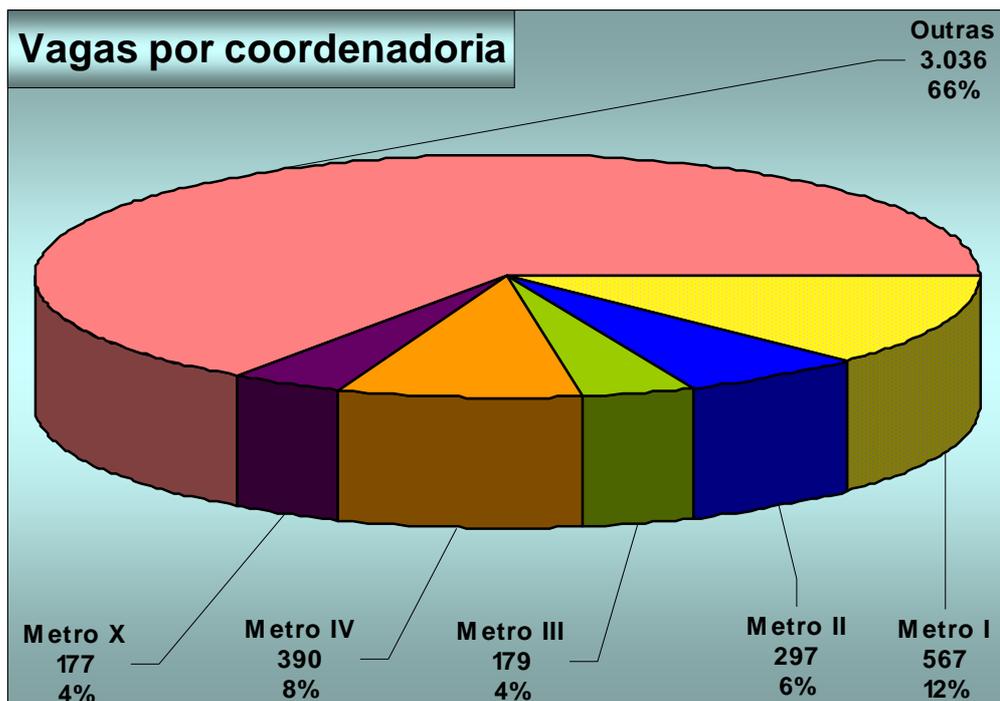
A coordenadoria regional Metropolitana I é a que possui o maior número de vagas no total do estado – 12% ou 567 vagas. Destaca-se também, com percentuais mais expressivos, a Metropolitana 4 com 8% do total de vagas, a Metro⁴ 5 com 7% e a Metro 2 com 6%.

As coordenadorias que fazem parte do foco deste estudo representam 34% do total de vagas do concurso de 2005. Vejamos uma síntese do gráfico anterior na nossa próxima figura, a de número 07.

³ Anexo I do Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 23 de setembro de 2004.

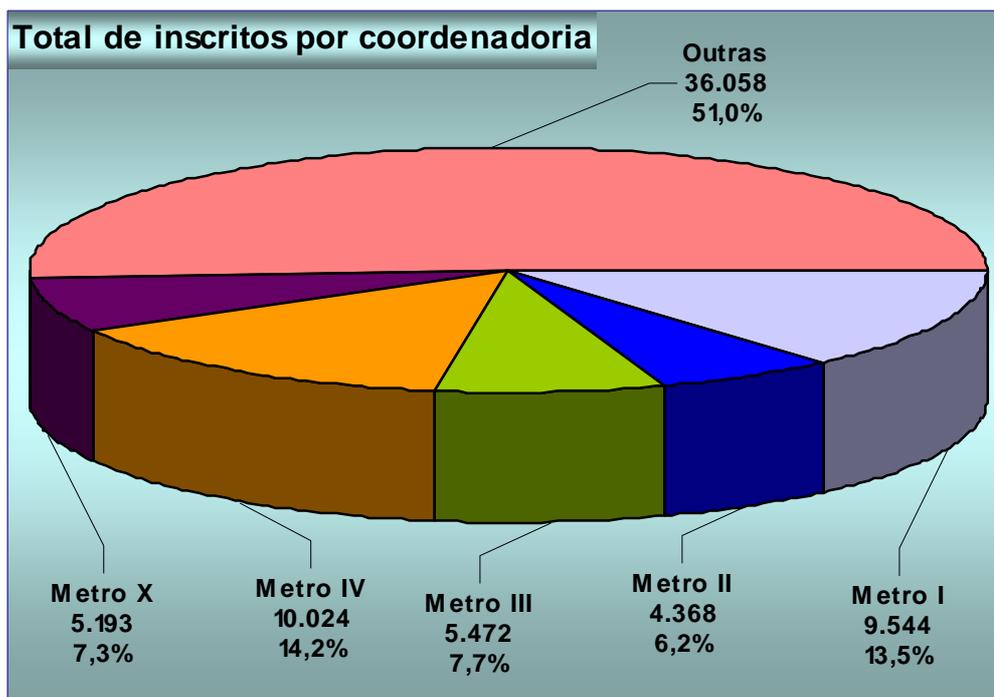
⁴ Metro – abreviatura de Coordenadoria regional Metropolitana

Figura 07 – Distribuição das vagas por coordenadoria



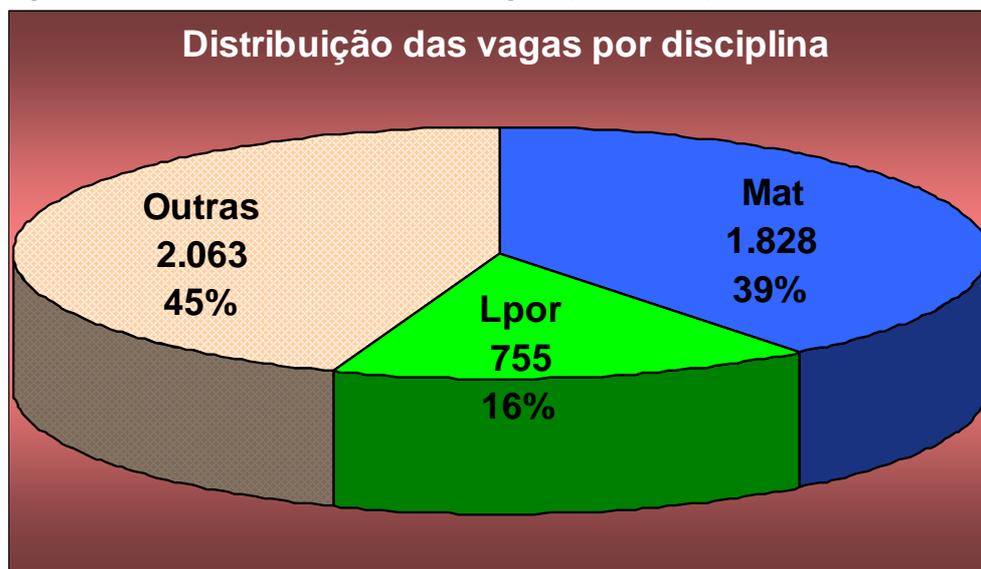
Através da observação da figura 08, que apresenta a quantidade de inscritos por coordenadoria, constatamos que 49% dos candidatos optaram pelas coordenadorias escolhidas para este estudo. Destas, a mais procurada foi a Metro IV com 14,2% do total de inscritos.

Figura 08 – Inscritos por coordenadoria



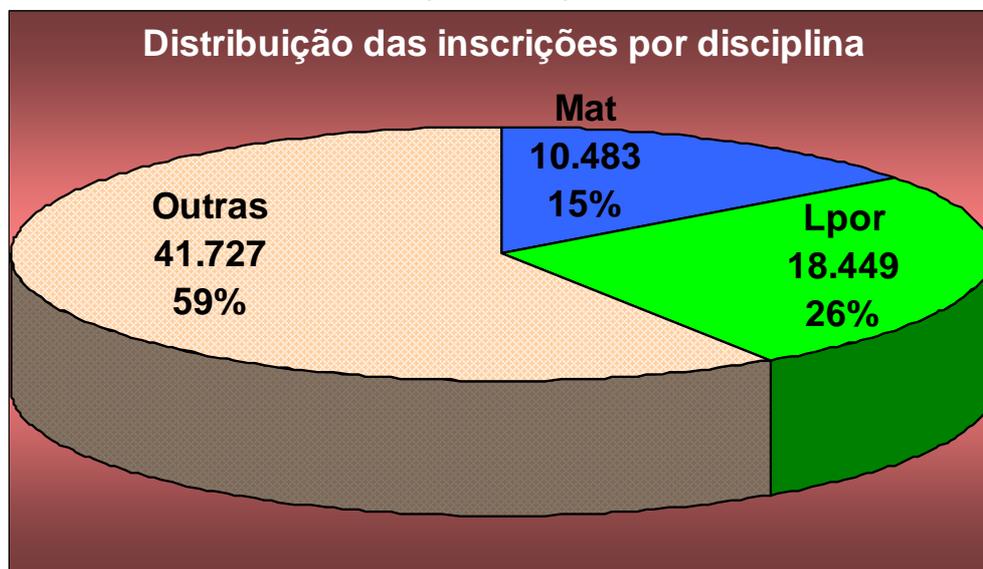
Analisando a distribuição de vagas por disciplina verificamos que as disciplinas escolhidas para este estudo, Matemática e Língua Portuguesa, possuem uma representatividade bastante expressiva, 55% do total de vagas. Observe a figura 09.

Figura 09 – Distribuição das vagas por disciplina



Já em relação à distribuição dos inscritos por disciplina podemos constatar que apenas 41% dos candidatos optaram pelas disciplinas Matemática ou Língua Portuguesa. Percentualmente, há uma oferta maior de vagas para matemática do que inscritos nesta disciplina. Observe a figura 10.

Figura 10 – Distribuição das inscrições por disciplina



A distribuição quantitativa das vagas e número de inscrições nas coordenadorias foco deste estudo em cada uma das disciplinas é detalhada no conjunto de gráficos apresentado na figura 11.

Na disciplina de matemática podemos verificar:

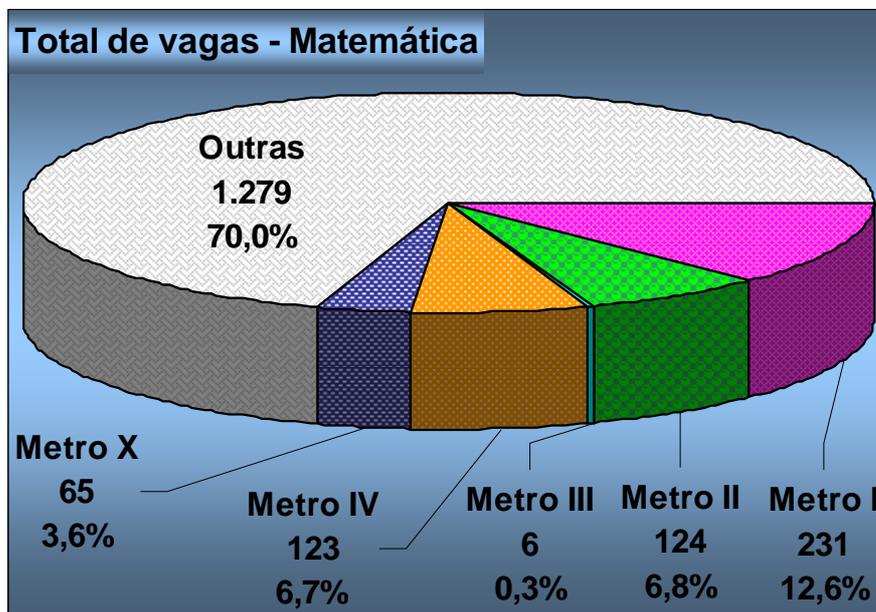
- ✓ com uma carência de 231 professores, a Metro I é a coordenadoria com o maior número de vagas;
- ✓ a Metro IV, com 14,8%, obteve o maior número de professores inscritos em matemática, 1.555 no total.

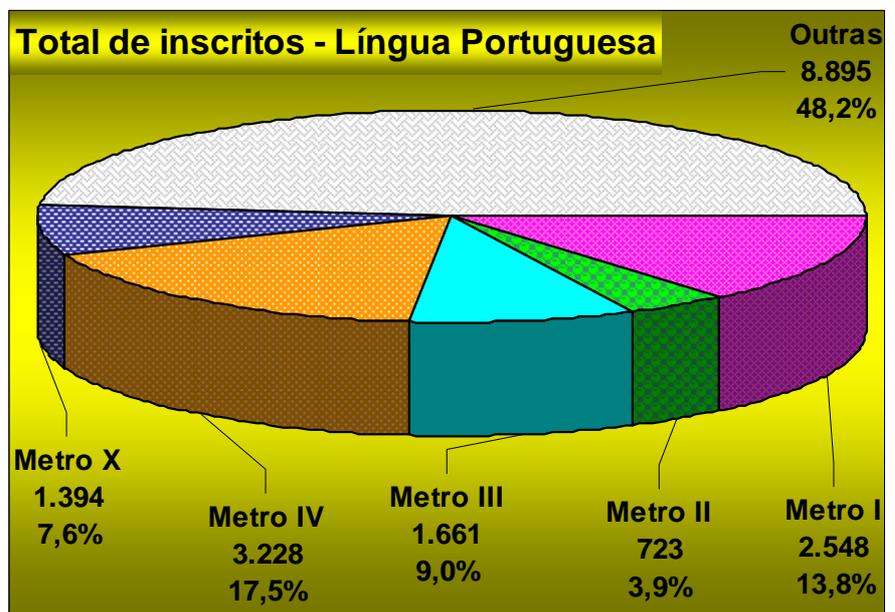
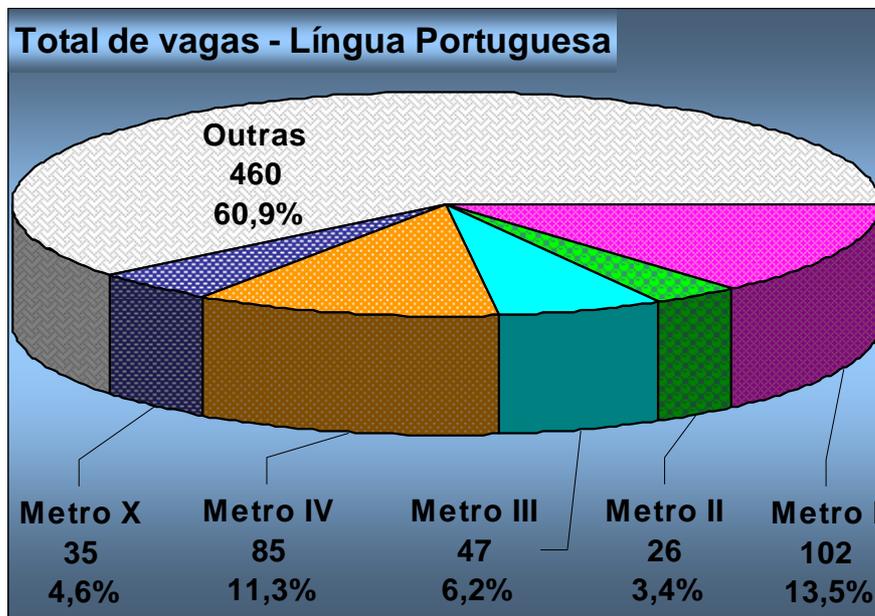
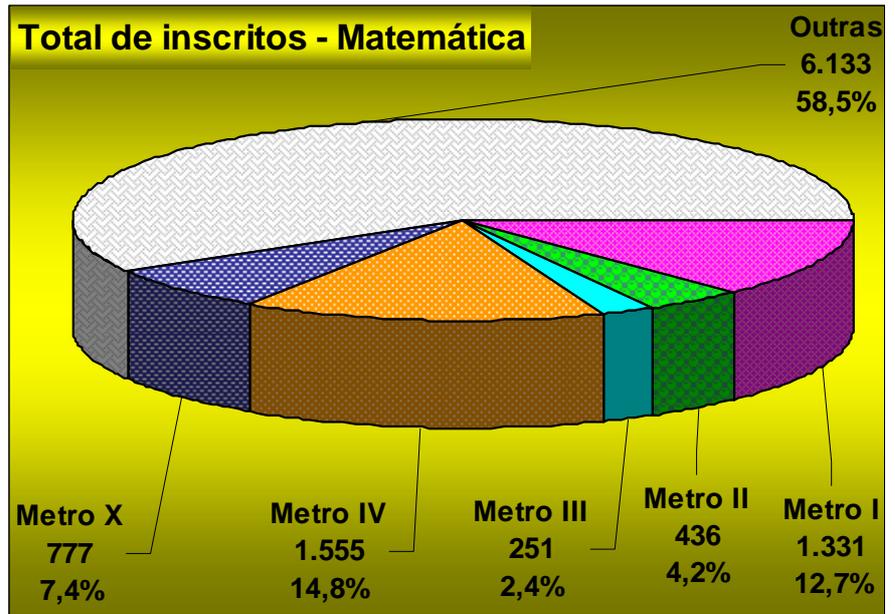
Em língua portuguesa revelam-se, numa visão territorial, os mesmos destaques de matemática. Observe.

- ✓ a Metro I é a coordenadoria com o maior número de vagas, 102;
- ✓ a Metro IV foi a mais concorrida com 3.228 professores inscritos.

Constata-se, portanto, uma maior carência de professores na área da baixada fluminense (Japeri, Nova Iguaçu, Queimados, Nilópolis e Mesquita) e uma maior procura, por parte dos professores, na zona oeste do Rio de Janeiro (Metro IV).

Figura 11 – Vagas e inscrições por disciplina/coordenadoria

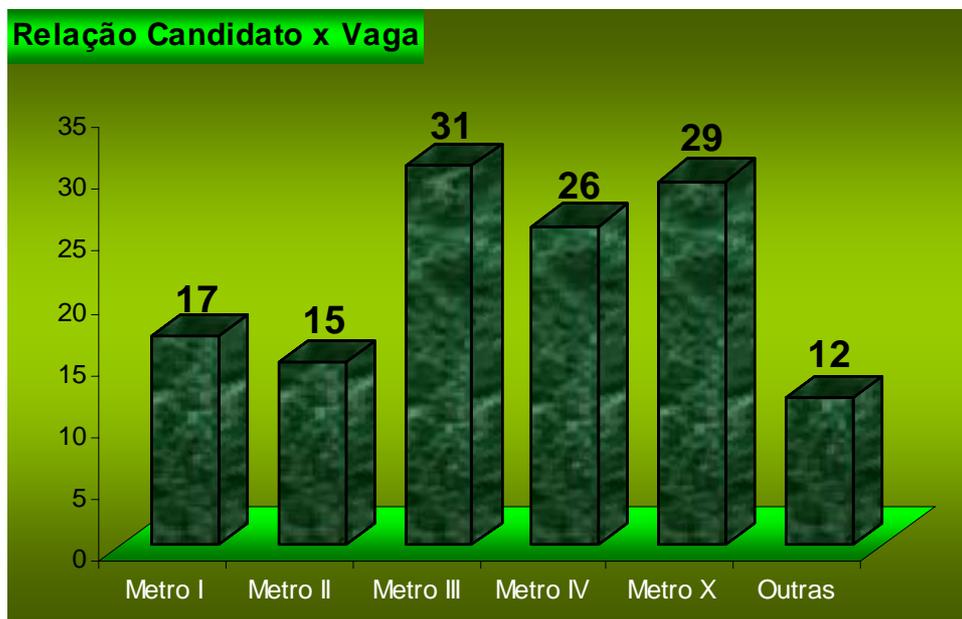




Nota-se, também, que na disciplina de matemática a Metro III é a coordenadoria que possui o menor percentual de vagas e de inscritos. Já em língua portuguesa é a coordenadoria regional de São Gonçalo a de menor percentual de vagas e de inscritos.

Em termos gerais, as coordenadorias abrangidas neste estudo possuem uma relação candidato/vaga maior do que todas as demais coordenadorias juntas. Veja a figura 12.

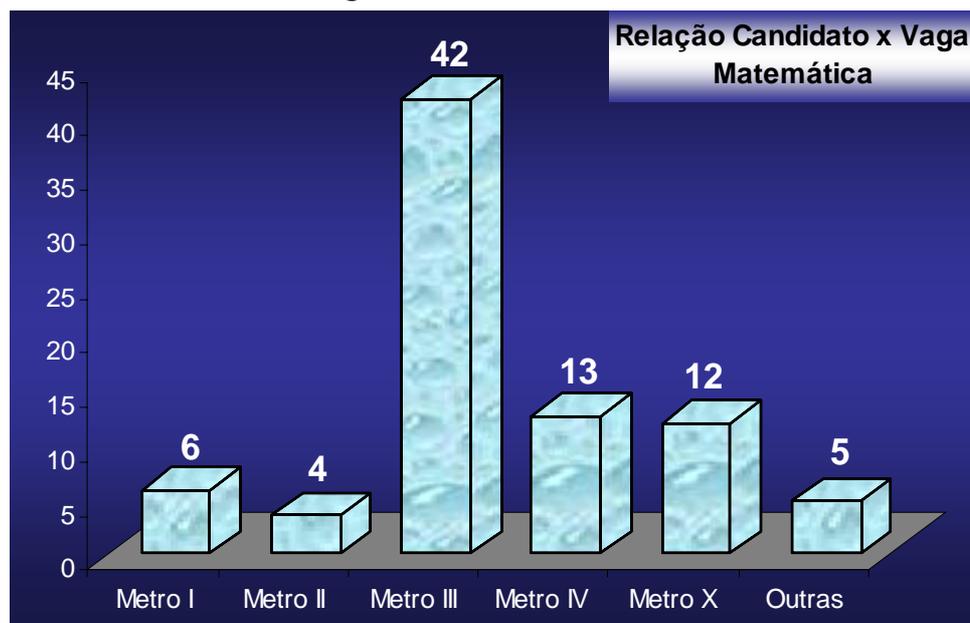
Figura 12 – Relação candidato x vaga



A Metropolitana III é a que possui a maior disputa, com 31 candidatos para cada vaga. A segunda região mais concorrida foi a Metro X que abrange a zona sul do Rio de Janeiro.

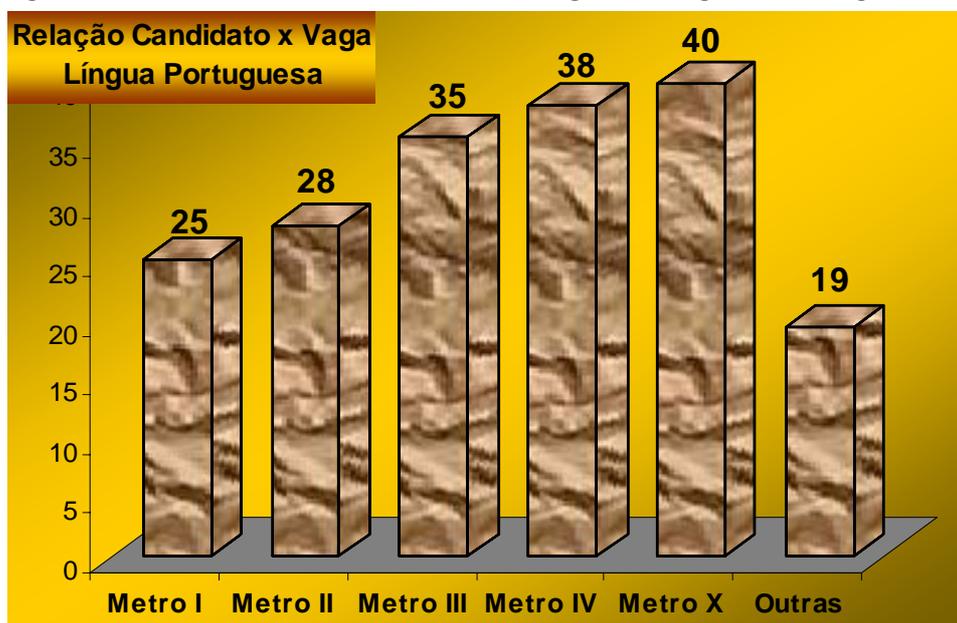
A menor procura de professores pela disciplina de matemática pode ser observada na sua relação candidato/vaga. A única coordenadoria que se destaca é a Metro III com quociente 42. Veja na figura 13 esta relação para cada uma das coordenadorias regionais abrangidas neste estudo e também para as demais coordenadorias juntas.

Figura 13 – Relação candidato x vaga – Matemática



A figura 14 apresenta a relação candidato/vaga na disciplina de língua portuguesa nas coordenadorias afetas a este estudo.

Figura 14 – Relação candidato x vaga – Língua Portuguesa

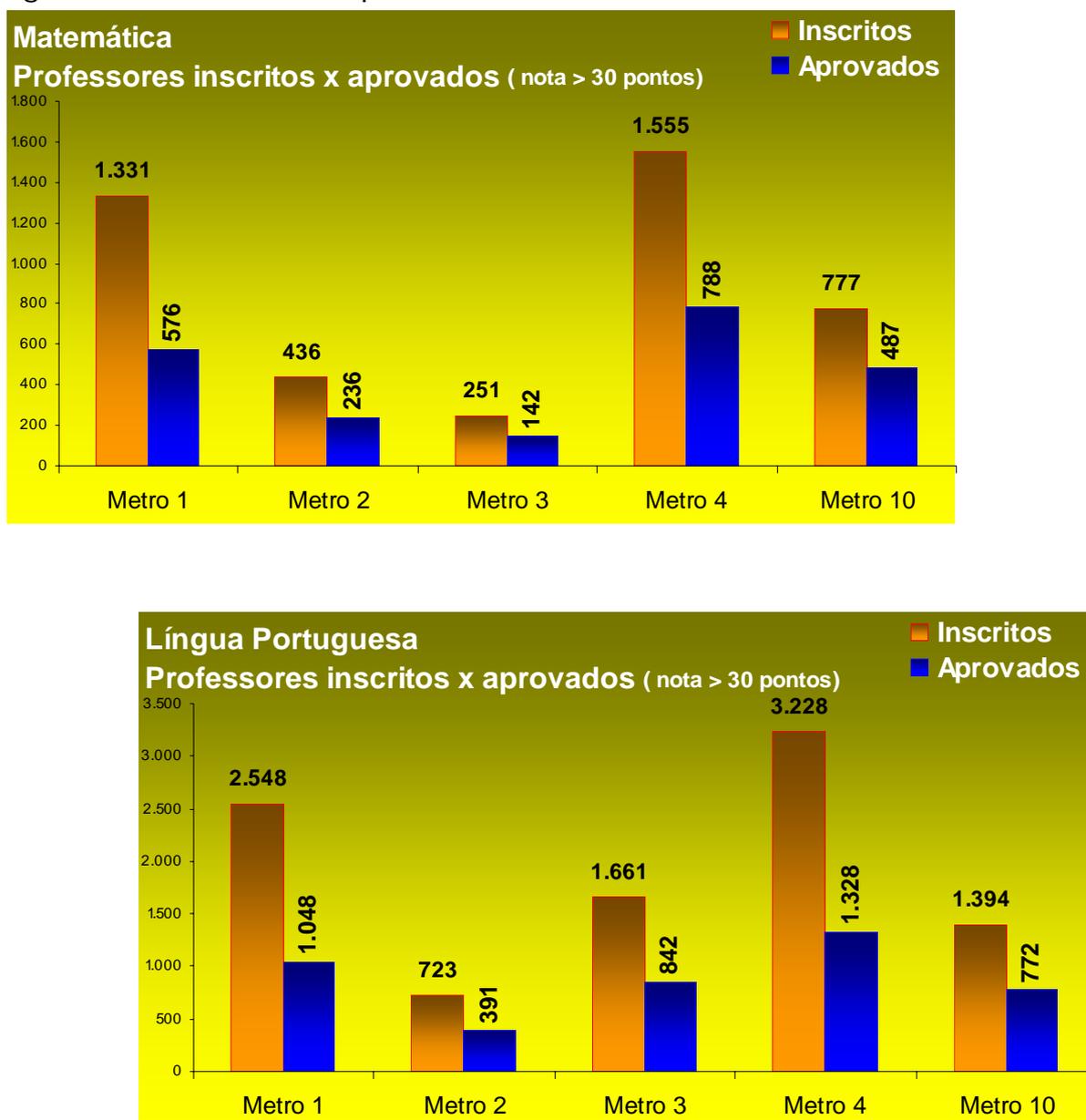


No contexto geral, a relação candidato/vaga da disciplina língua portuguesa teve quociente 24, enquanto em matemática esta relação foi de 6 (seis) para uma vaga.

5 – Análise do quadro geral de aprovados

Dos 13.904 professores inscritos nas disciplinas e áreas territoriais foco deste estudo apenas 6.610 foram aprovados. Veja nos gráficos apresentados na figura 15 o quadro de distribuição das aprovações (professores com nota final igual ou superior a 30 pontos) em relação às inscrições no concurso de 2005.

Figura 15 – Inscritos x Aprovados

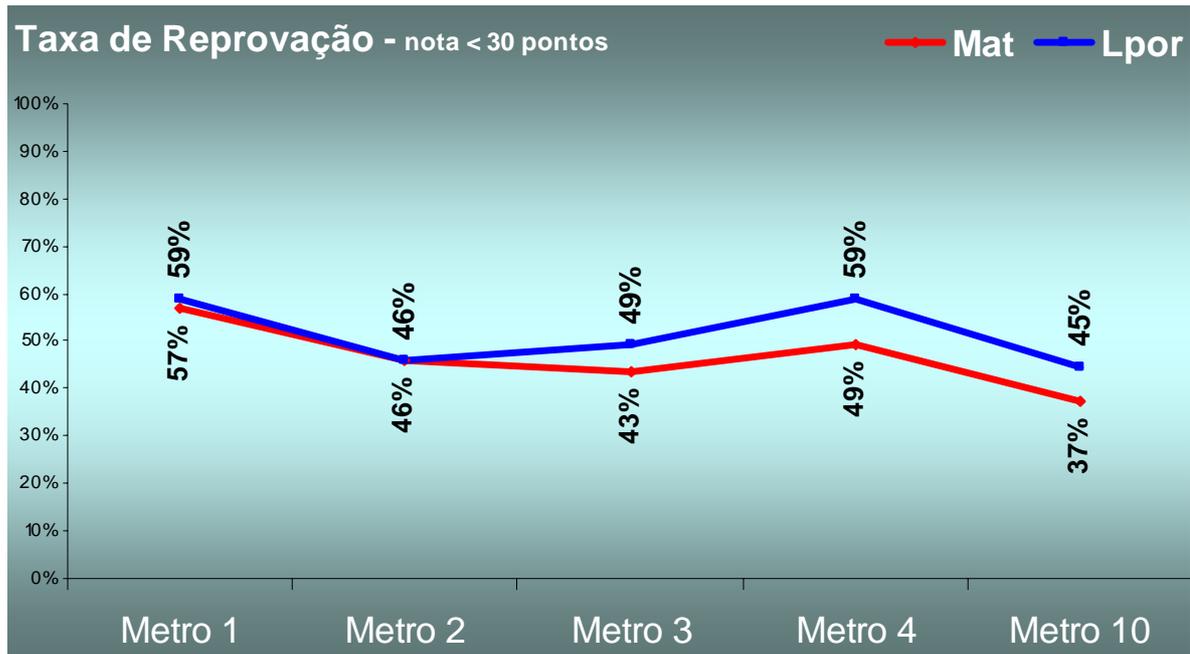


A taxa média de reprovação no concurso do magistério estadual de 2005 foi de 52% considerando o total de inscritos e aprovados nas

disciplinas de matemática e língua portuguesa dos municípios de Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São Gonçalo e Rio de Janeiro.

Observe, através da figura 16, o comportamento individual da taxa de reprovação em cada coordenadoria regional para cada uma das disciplinas abrangidas neste estudo.

Figura 16 – Taxa de reprovação

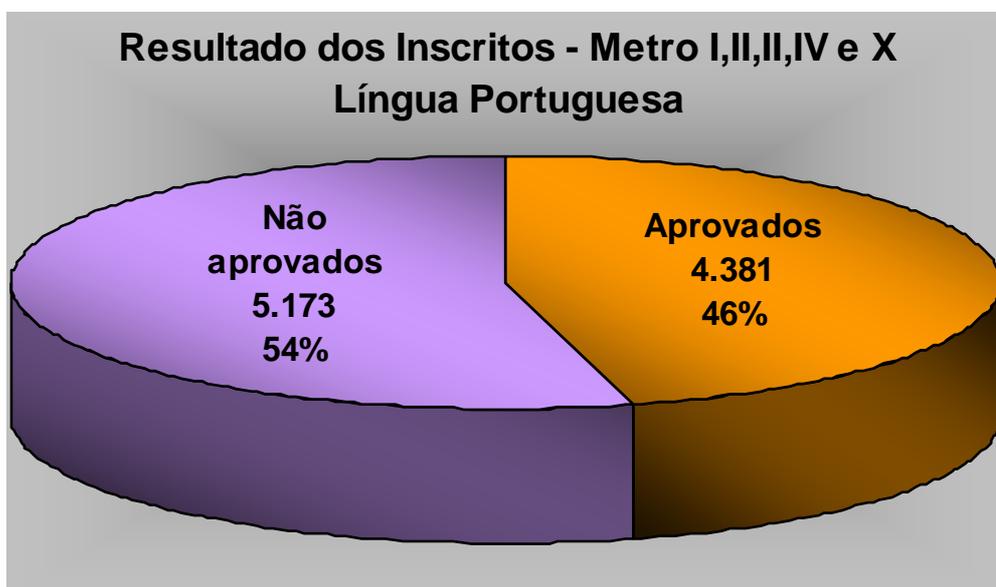
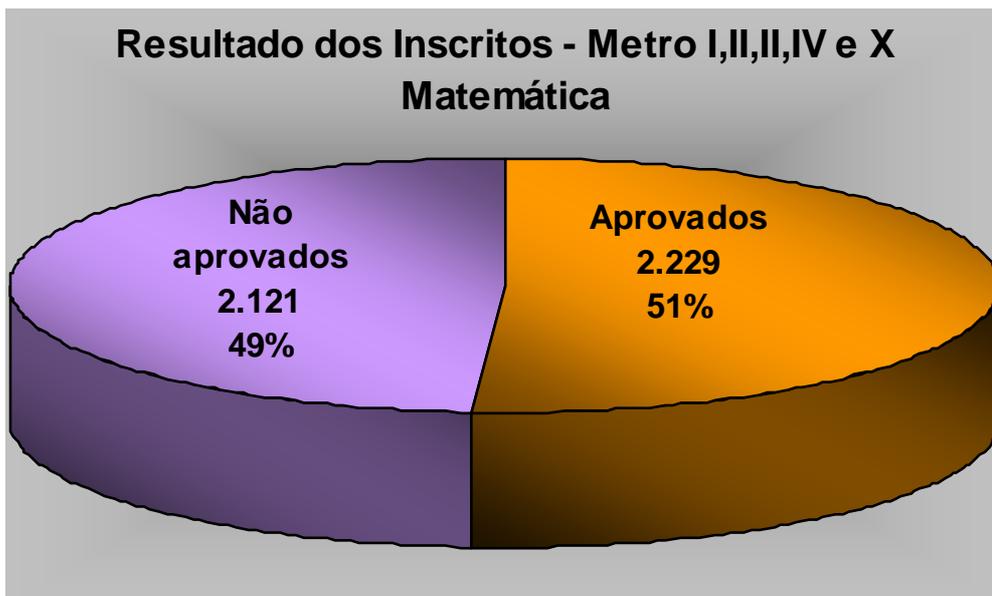


A Metro I, municípios da baixada fluminense, foi a que apresentou o pior desempenho com uma taxa média de reprovação nas duas disciplinas de 58% enquanto a Metro X, zona oeste do Rio de Janeiro, com 42% dos professores inscritos reprovados, foi a coordenadoria de melhor desempenho.

O melhor desempenho do concurso se deu entre os professores de matemática da Metro X.

Os professores inscritos em língua portuguesa foram proporcionalmente mais reprovados do que os professores de matemática. Observe o resultado final do concurso através dos gráficos da figura 17.

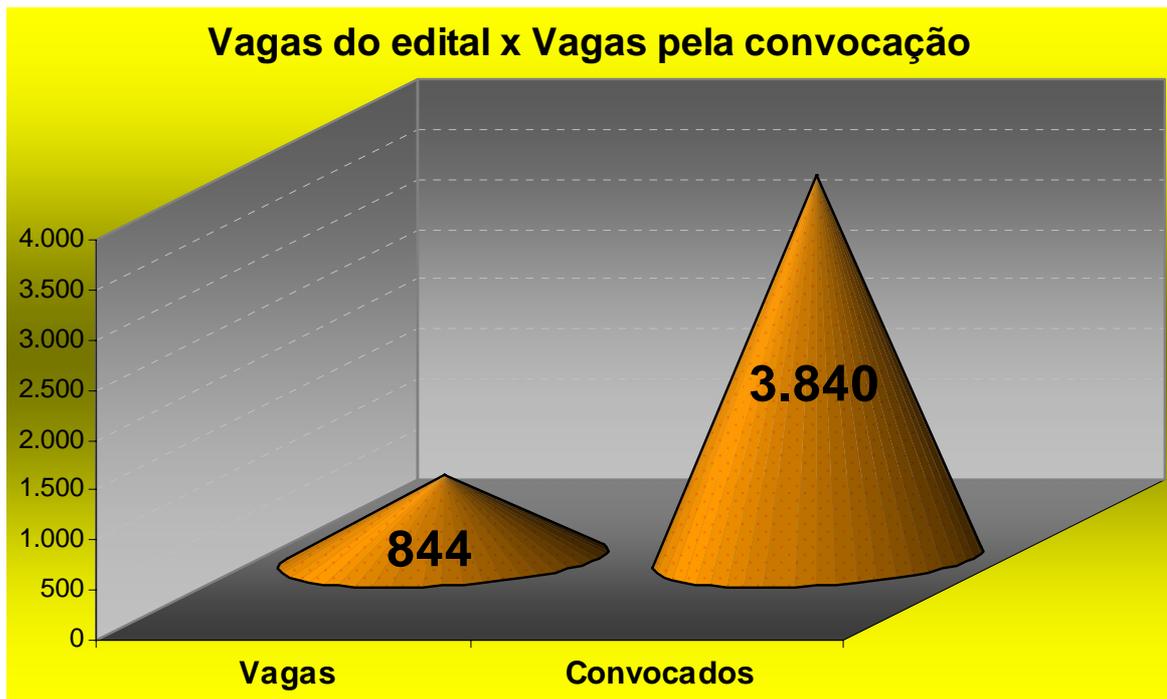
Figura 17 – Resultado



6 – Análise do quadro geral de convocados

Nem todos os professores aprovados foram convocados, já que a convocação implica na existência de vagas. Observa-se, entretanto, que as convocações suplantaram as vagas inicialmente definidas no concurso 2005 em 355%. Veja figura 18.

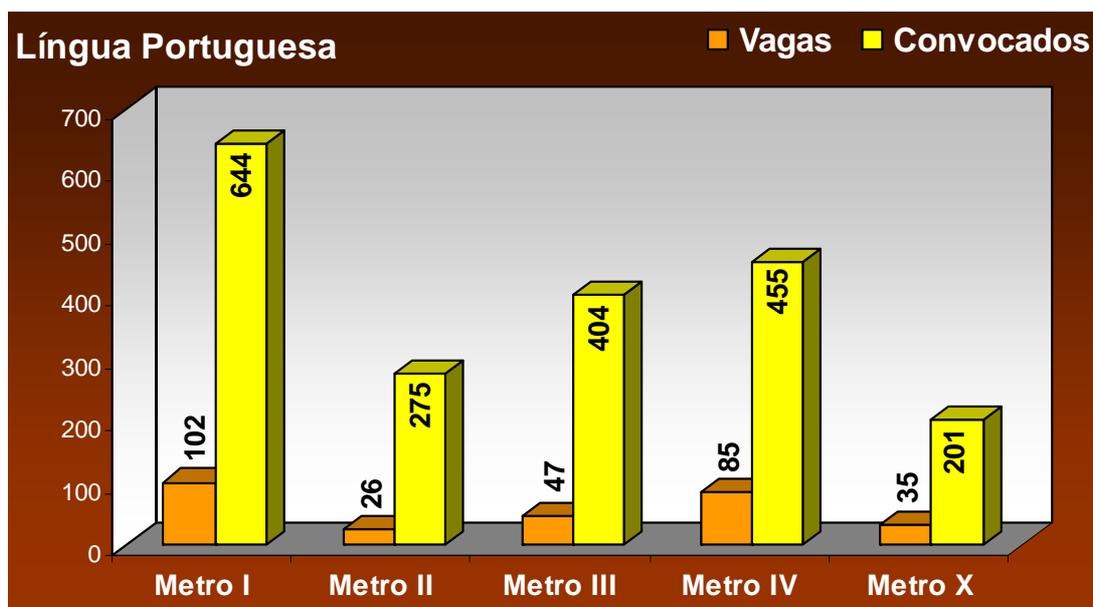
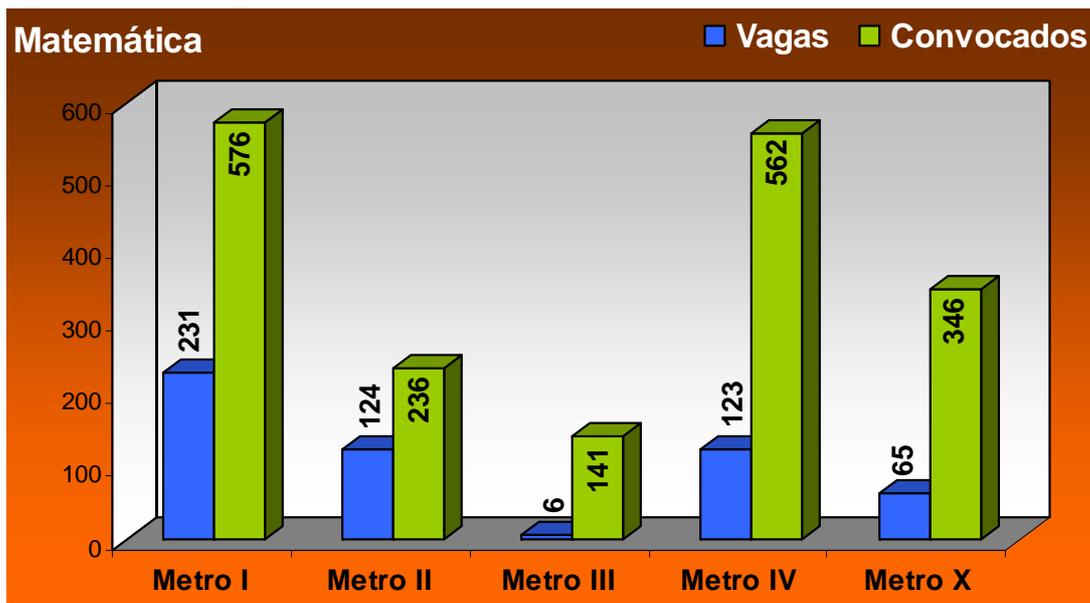
Figura 18 – Vagas do edital x Número de convocados



Em língua portuguesa foram convocados 551% a mais de professores do que as vagas iniciais definidas no edital. Enquanto em matemática este percentual foi de 239%.

Os Matemáticos da Metro III foram os que mais se beneficiaram com este aumento do número de convocações que, a princípio, seria igual ao número de vagas. Foram 2.250% a mais. Os gráficos apresentados na figura 19 detalham esta diferença em termos quantitativos na área abrangida por este estudo em cada uma das disciplinas analisadas.

Figura 19 – Vagas x Convocados



Somente uma análise mais criteriosa de todo o universo de convocados e contratados em conjunto com os fatos administrativos ocorridos a época poderão identificar as razões deste aumento.

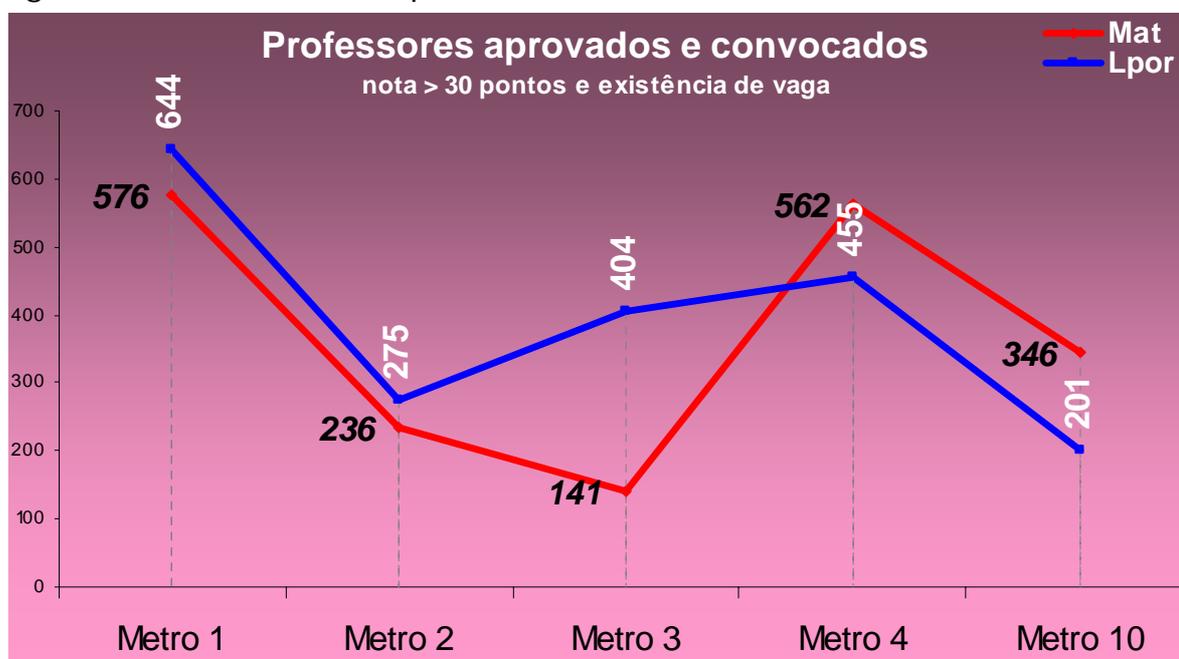
Inicialmente poderíamos supor duas razões. Um aumento efetivo no número de vagas ou a existência de um número elevado de ocorrências que impediriam a contratação, o que geraria a necessidade de novas convocações. Ou ainda, as duas situações concomitantemente.

Considerando a elevada discrepância encontrada, julgamos pertinente um estudo específico que objetive investigar esta questão.

Outra análise interessante que pode ser extraída deste concurso é a relação aprovação/convocação descrita nas duas próximas figuras.

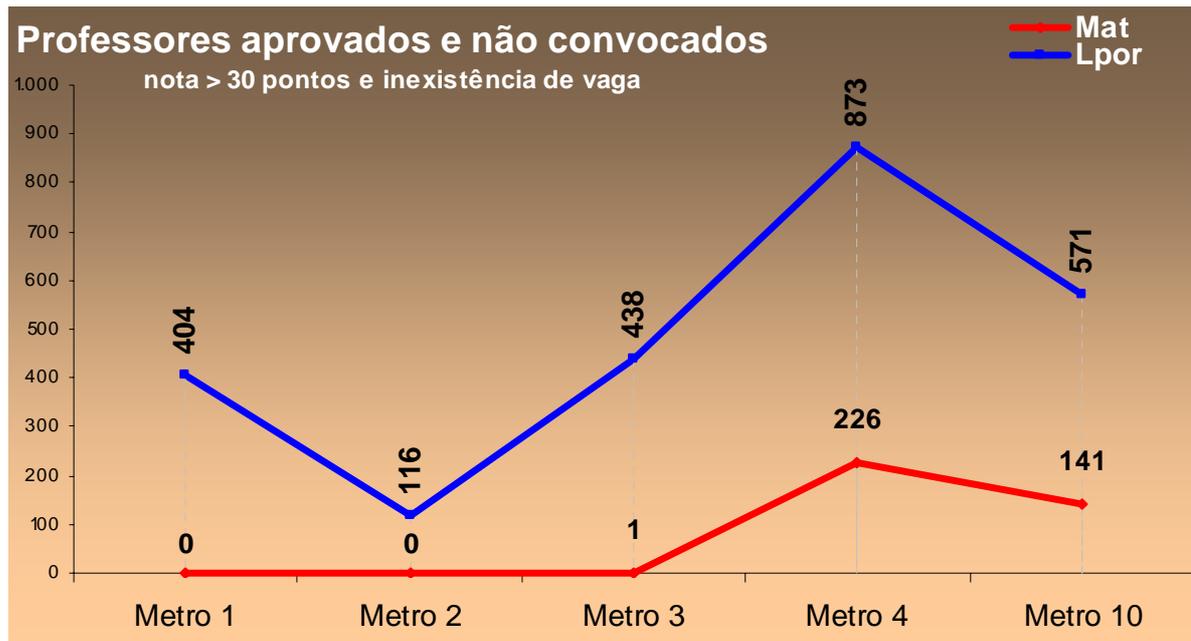
A figura 20 apresenta o quantitativo de professores que foram aprovados (nota maior ou igual a 30 pontos) e convocados (pressupõe a existência de vaga) nas duas disciplinas das coordenadorias regionais 1, 2, 3, 4 e 10.

Figura 20 – Professores aprovados e convocados



A figura 21 explicita o banco de reserva do concurso, ou seja, o quantitativo de professores que foram aprovados, porém, devido à inexistência de vagas, não foram convocados. Observe nesta figura que o banco de reserva de matemáticos é bem inferior ao dos professores de língua portuguesa e que em algumas coordenadorias, como as Metros 1, 2 e 3 praticamente inexistente. Esta constatação reafirma a necessidade de uma atenção especial dos gestores em relação ao futuro do ensino da disciplina de matemática.

Figura 21 – Professores aprovados e não convocados



A inexistência de um banco de reserva de professores caracteriza duas situações que merecem atenção dos gestores da educação: impede que, durante a vigência do concurso, contratações emergências possam ser realizadas e demonstra que, fatalmente, os professores de pior desempenho no concurso foram convocados já na primeira chamada, quando poderiam ter sido aproveitados apenas em situações emergenciais.

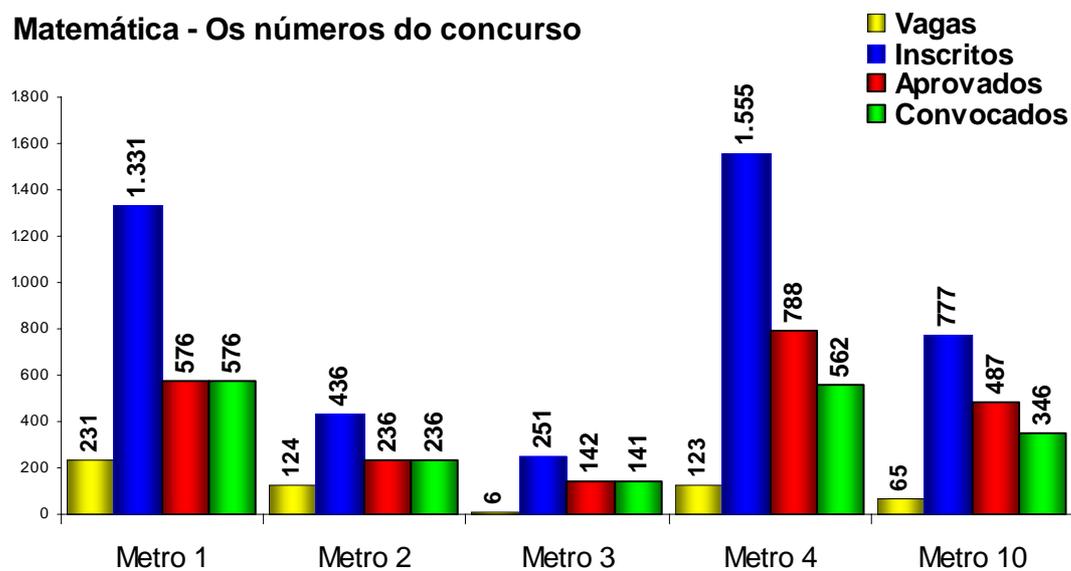
7 – Os números do concurso

Neste capítulo procuraremos sintetizar o concurso em números colocando lado a lado quantidades como as de vagas, inscritos, aprovados e convocados. Nossa finalidade, portanto, é estabelecer uma relação entre as várias etapas do certame e compreender questões como objetivos iniciais, ações intermediárias e resultados finais.

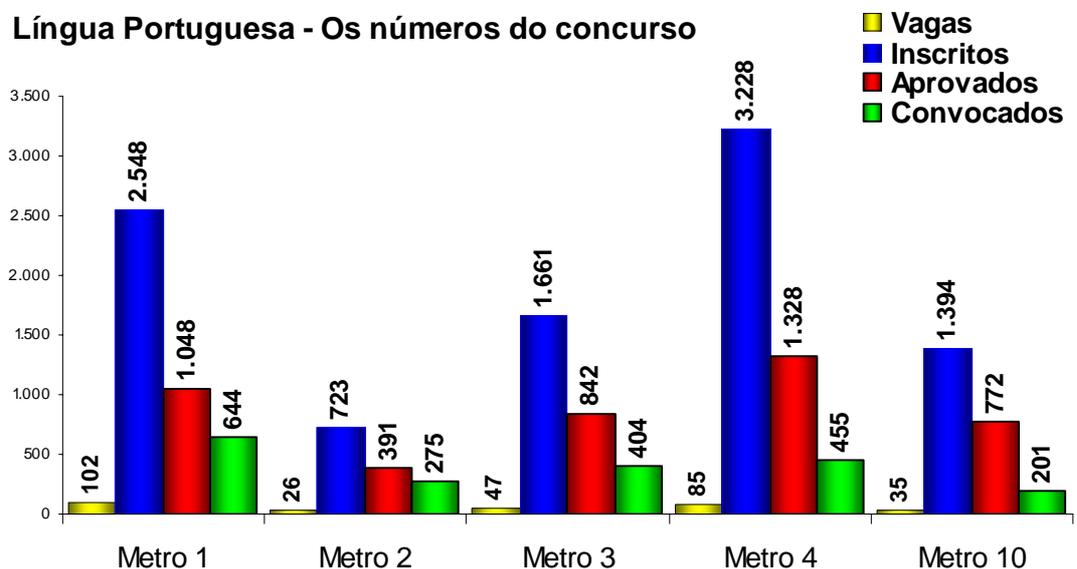
Veja na figura 22 como se estabeleceu esta relação nas duas disciplinas estudadas.

Figura 22 – Os números do concurso

Matemática - Os números do concurso



Língua Portuguesa - Os números do concurso



Os gráficos da figura 22 nos permitem fazer uma avaliação sobre as várias etapas da execução deste concurso. Podemos, através deles, visualizar, para cada coordenadoria, os resultados de ações de planejamento, quando da definição do número de vagas por disciplina; situações intermediárias como o número de inscritos, aprovados e convocados, até chegarmos ao objetivo final do evento, as contratações.

Uma comparação entre as disciplinas de mesmas coordenadorias nos aponta um padrão preocupante. Proporcionalmente, os profissionais licenciados em matemática procuraram bem menos ingressar no magistério público estadual do que os de língua portuguesa. Talvez isso ocorra em função do mercado oferecer outras oportunidades de emprego para esta classe, como a atuação na área de informática ou outros segmentos onde o raciocínio lógico seja um pré-requisito.

Também é nítido em todos os gráficos da figura 22 a discrepância entre o número divulgado de vagas e o número de convocados por cada coordenadoria, assim como chama a atenção as mesmas alturas das barras nos quesitos aprovados e convocados na disciplina de matemática das Metros I, II e III. Isso nos faz supor que se mais professores tivessem sido aprovados, mais teriam sido convocados. Que limites teriam essas convocações? Que déficit, ao final do concurso, fora deixado nestas três coordenadorias para a disciplina de matemática?

Essas são questões obtidas da simples análise de dados sintéticos sobre o concurso, informações mais específicas serão geradas a frente através de análises de dados mais detalhados.

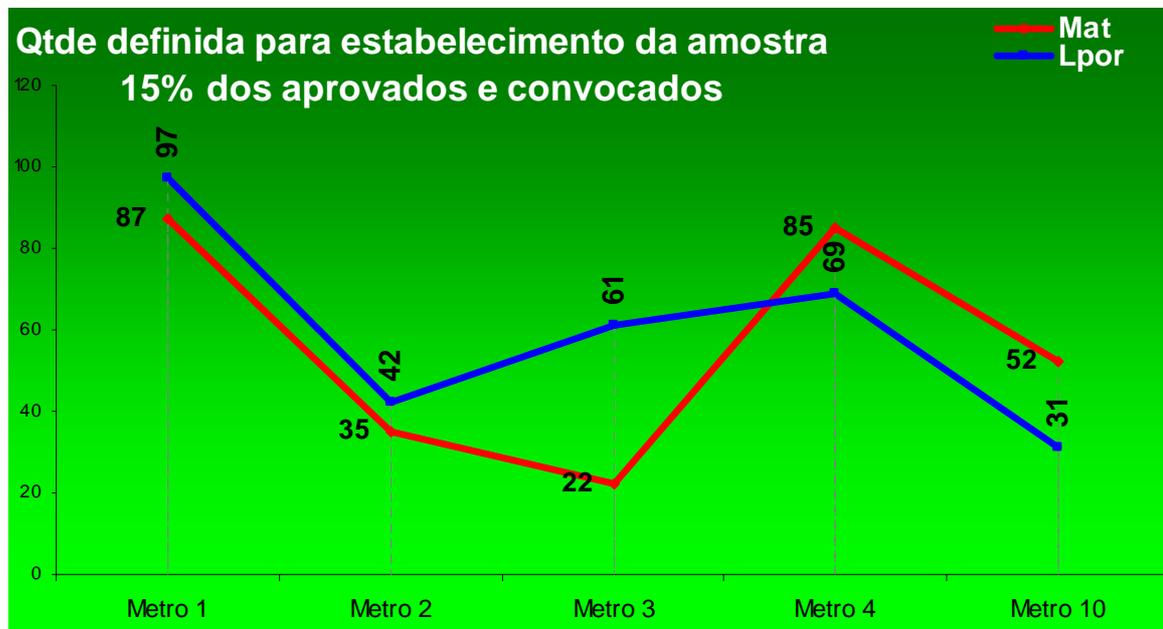
Ressaltamos, contudo, a existência de dois outros importantes números sobre o concurso não incluídos nesses gráficos, o número de professores efetivamente contratados e aqueles que, apesar de convocados, por algum motivo não efetivaram suas contratações. Como os dados disponibilizados para este estudo restringiram-se aos 15% primeiros e últimos aprovados e convocados, os números totais correspondentes a estes dois universos não puderam ser ali colocados.

8 – A amostra

O total de registros utilizado em cada coordenadoria para se estabelecer os 15% definidos para análise neste estudo foi definido a partir dos quantitativos apresentados na figura 20.

Como já mencionado, a definição da amostra foi estabelecida a partir da seleção de 15% dos professores aprovados e convocados. Vejamos na figura 23 a quantidade base da amostra resultado deste cálculo.

Figura 23 – Quantidade base da amostra



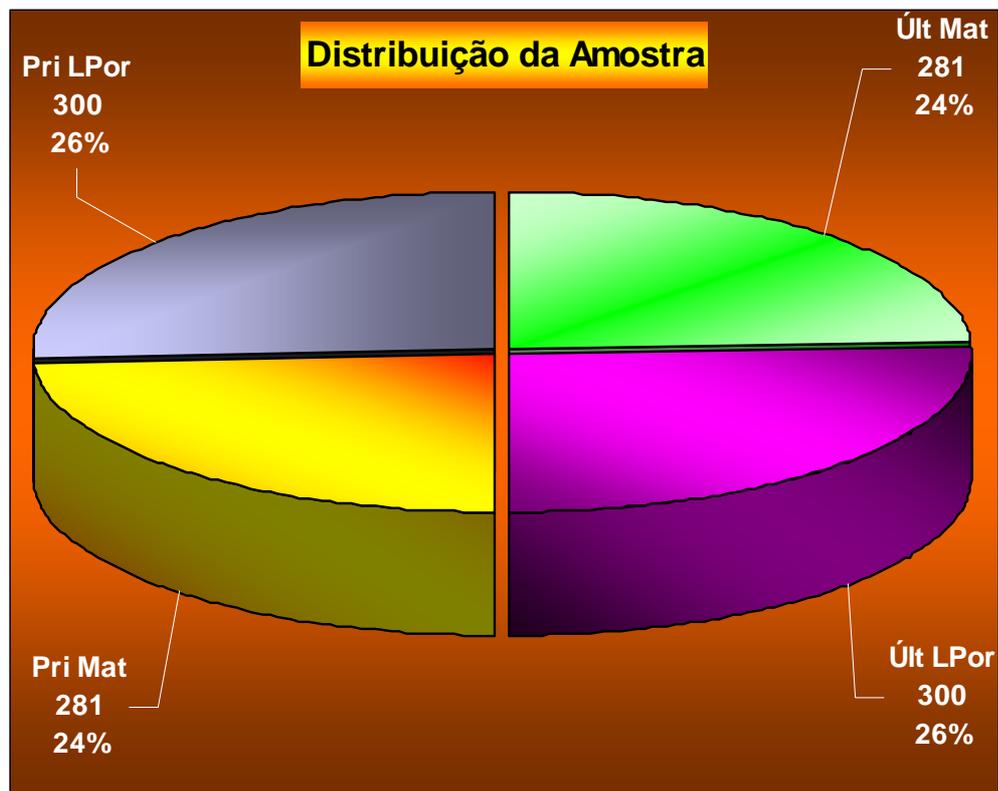
A figura de número 24 detalha o quadro final dos 15% melhores e piores aprovados e convocados no concurso de 2005 que compõem a amostra inicial a ser analisada. Vejamos.

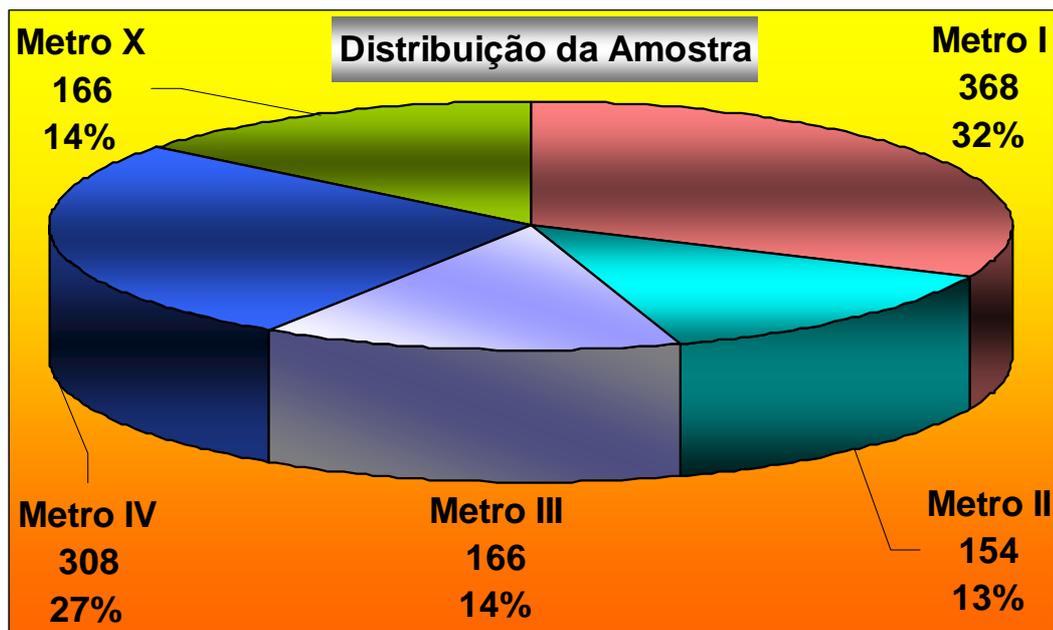
Figura 24 – Amostra inicial

Amostra	Primeiros colocados		Últimos colocados		TOTAL
	Matemática	L.Portuguesa	Matemática	L.Portuguesa	
<i>Coordenadorias Regionais</i>					
Metro I	87	97	87	97	368
Metro II	35	42	35	42	154
Metro III	22	61	22	61	166
Metro IV	85	69	85	69	308
Metro X	52	31	52	31	166
Total	281	300	281	300	1.162

A distribuição quantitativa desta amostra pode ser entendida através dos gráficos da figura 25. O primeiro deles exibe a distribuição por meio dos grupamentos definidos (primeiros/últimos e matemática e Língua Portuguesa) e o segundo pelas regiões geográficas (coordenadorias regionais).

Figura 25 – Distribuição da amostra



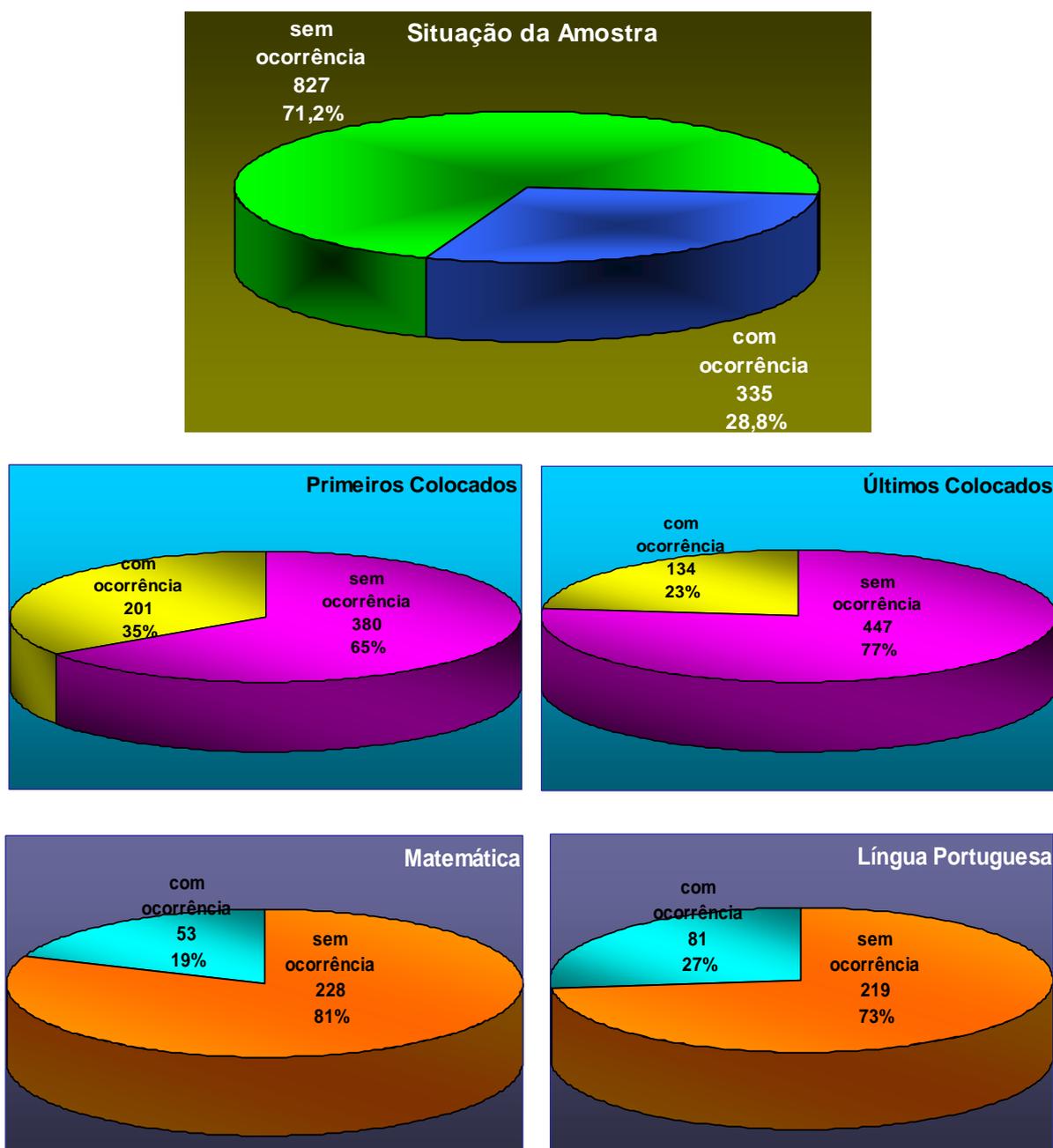


Observa-se nos gráficos da figura 25 uma equivalência em termos quantitativos entre primeiros e últimos (50% de cada). Em relação às disciplinas, apesar de não haver equivalência há certo equilíbrio (48% de matemáticos e 52% de professores de língua portuguesa). Já em relação às coordenadorias há mais profissionais na Metro I e IV. Este fato decorre do maior número de vagas para estas coordenadorias do que para as outras.

9 – Análise das Ocorrências

Dos 1.162 professores aprovados e convocados no concurso, os 15% primeiros e 15% últimos colocados, apenas 71% ou 827⁵ foram contratados. Os demais foram classificados de acordo com os respectivos motivos da não contratação para uma análise detalhada. Vejamos no conjunto de gráficos apresentado na figura 26 como se procedeu esta distribuição sob várias abordagens.

Figura 26 – Situação da amostra

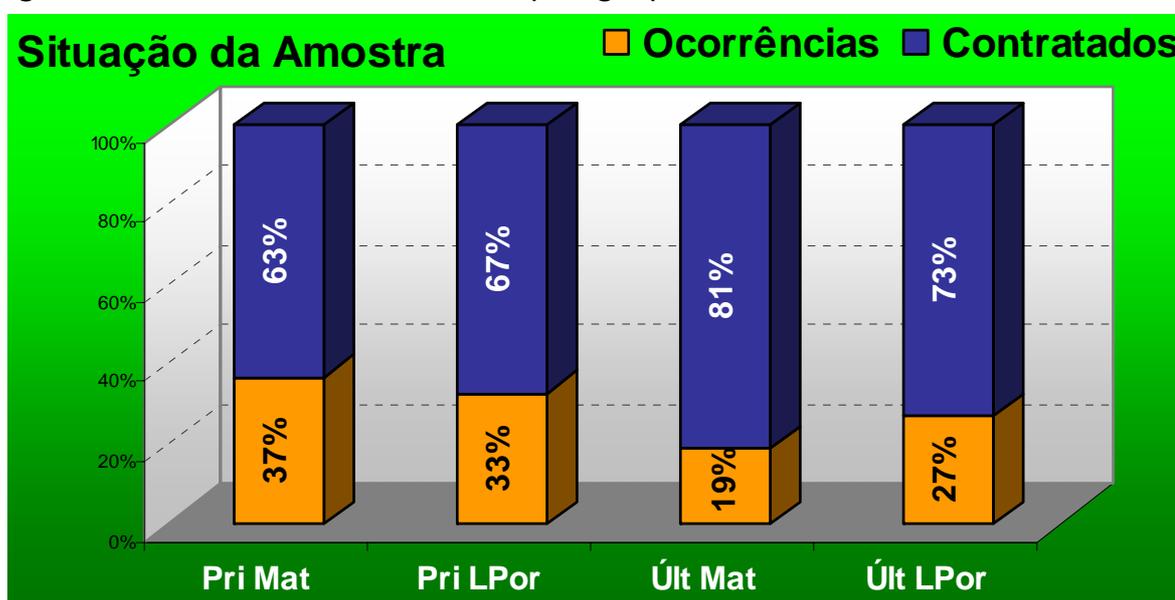


⁵ Existem 4 professores que, apesar de contratados, foram excluídos neste número pois, devido a inconsistência nos dados originais, não puderam ser tratados.

Como pode ser observado no primeiro gráfico da figura 26, aproximadamente 30% dos aprovados não foram contratados. Esta incidência foi maior entre os primeiros colocados, 35%, do que entre os últimos, 27%. Em relação às disciplinas, a não contratação foi maior entre os professores de língua portuguesa, 27%, do que entre os de matemática, 19%.

Uma análise mais detalhada da amostra por grupo de estudo pode ser constatada na figura 27.

Figura 27 – Situação da amostra por grupo de estudo



Proporcionalmente, foram os professores de matemática classificados nos primeiros lugares aqueles com o maior percentual de não contratação, 37%.

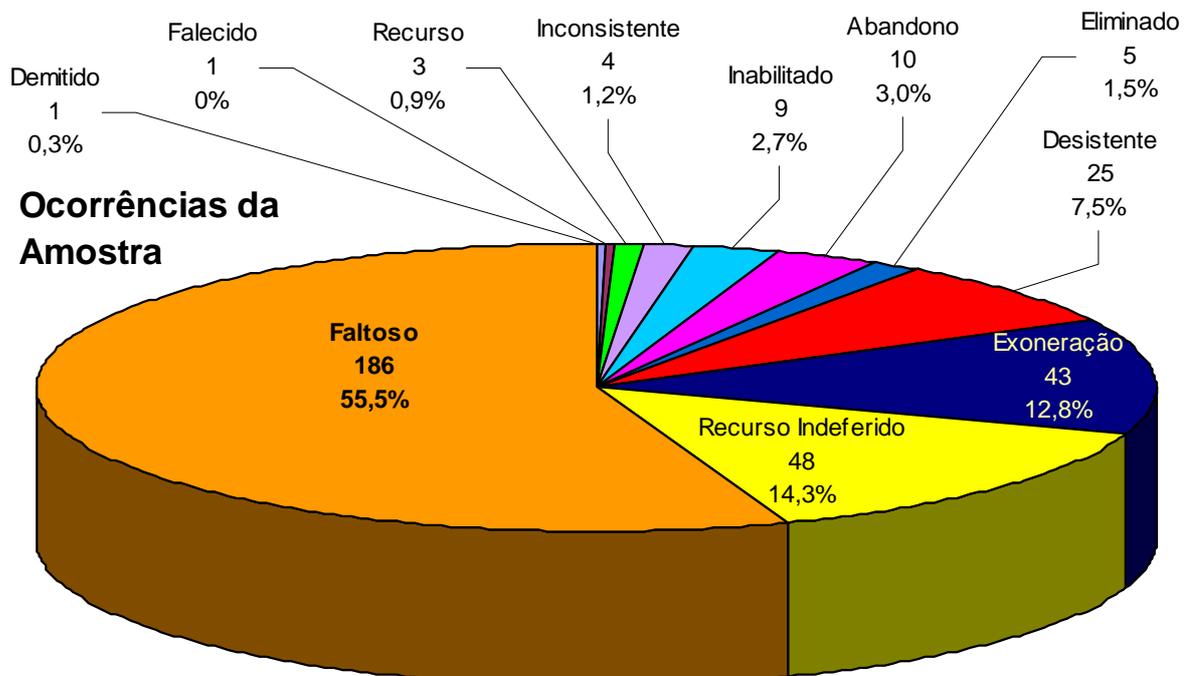
Os tipos de ocorrência classificadas como impeditivas de contratação estão relacionadas na tabela apresentada na figura 28 com seus títulos e a correspondente descrição de cada situação.

Figura 28 – Tipos de ocorrências

OCORRÊNCIAS	Descrição
ABANDONO	entrou em exercício, porém abandonou por mais de 10 dias consecutivos
DEMITIDO	uma das conclusões do processo do servidor que responde a inquerito administrativo
DESISTENTE	o candidato desiste do concurso por escrito quando é convocado para escolha de vaga
ELIMINADO	todos os faltosos, desistentes e considerados inaptos no exame médico admissional, com publicação em D.O.
EXONERAÇÃO	professor em exercício que solicitou exoneração do cargo através de processo, publicado em D. O.
FALECIDO	morreu
FALTOSO	não compareceu no dia da convocação
INABILITADO	não comprovou ter colado grau até a data da convocação
RECURSO	autuou processo de recurso por motivos diversos, ainda sem conclusão (alguns vão até para a PGE)
RECURSO INDEFERIDO	processo de recurso indeferido-são eliminados em D.O.

O não comparecimento na data da convocação, com 55,5%, foi o principal motivo para a não admissão de professores neste concurso. Vejamos a situação geral da amostra na figura 29.

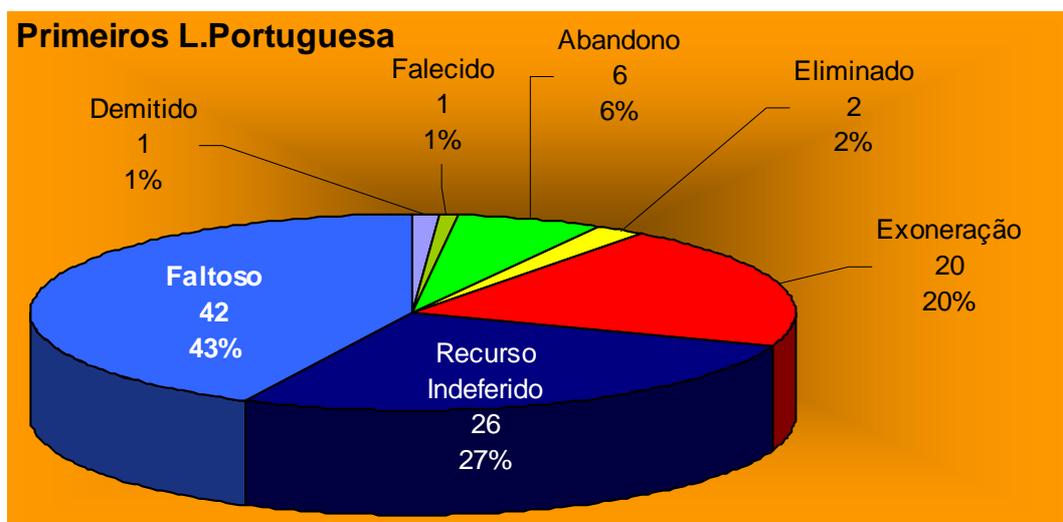
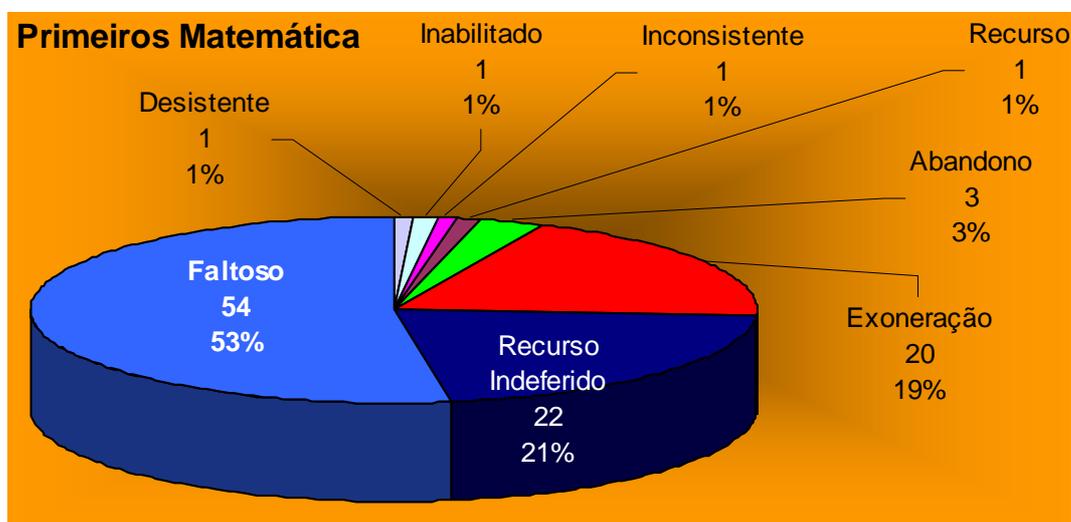
Figura 29 – Ocorrências da amostra – geral

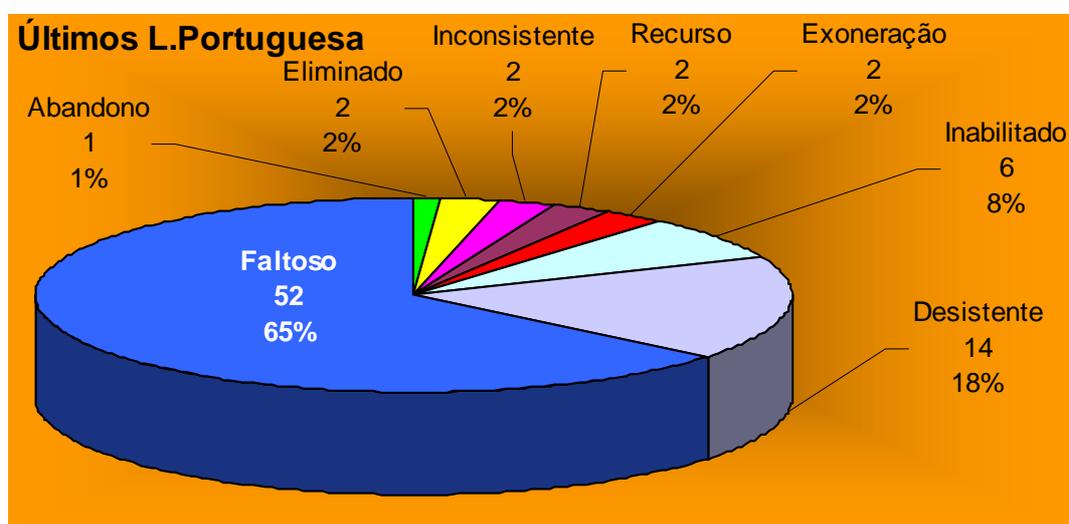
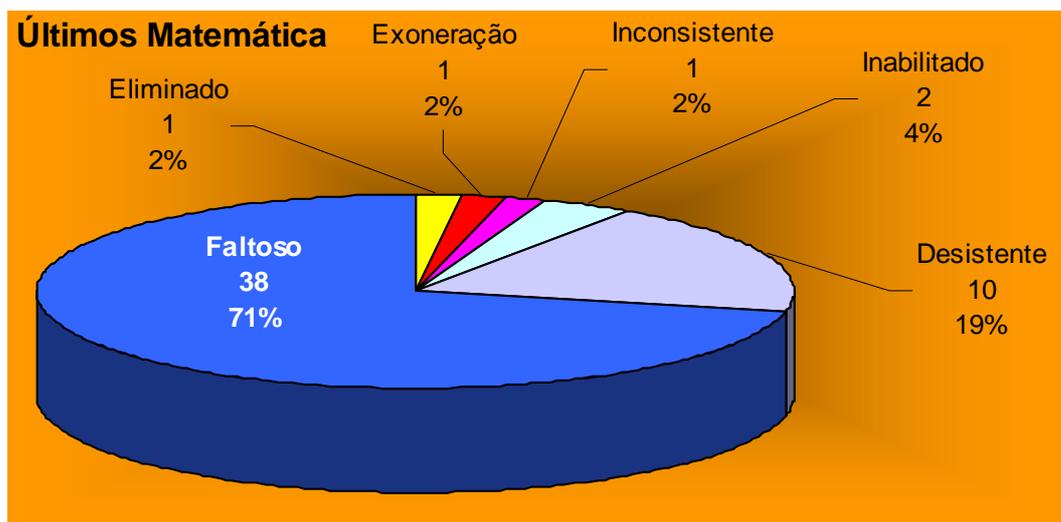


O segundo motivo mais importante, com 14%, foi a solicitação de recursos diversos que foram concluídos com o indeferimento do pedido.

Quando analisamos a amostra por grupos de primeiros e últimos colocados as faltas foram, mais uma vez, o principal motivo, tanto em matemática quanto em língua portuguesa. O detalhamento desta distribuição pode ser constatado no conjunto de gráficos da próxima figura, a de número 30.

Figura 30 – Ocorrências por segmento





Observa-se que dentre o grupo dos primeiros, tanto em matemática quanto em língua portuguesa, o segundo principal motivo da não contratação foi o indeferimento de recursos. Já dentre o grupo dos últimos, também nas duas disciplinas, foi a desistência formal por parte do candidato a segunda principal razão da não contratação de professores.

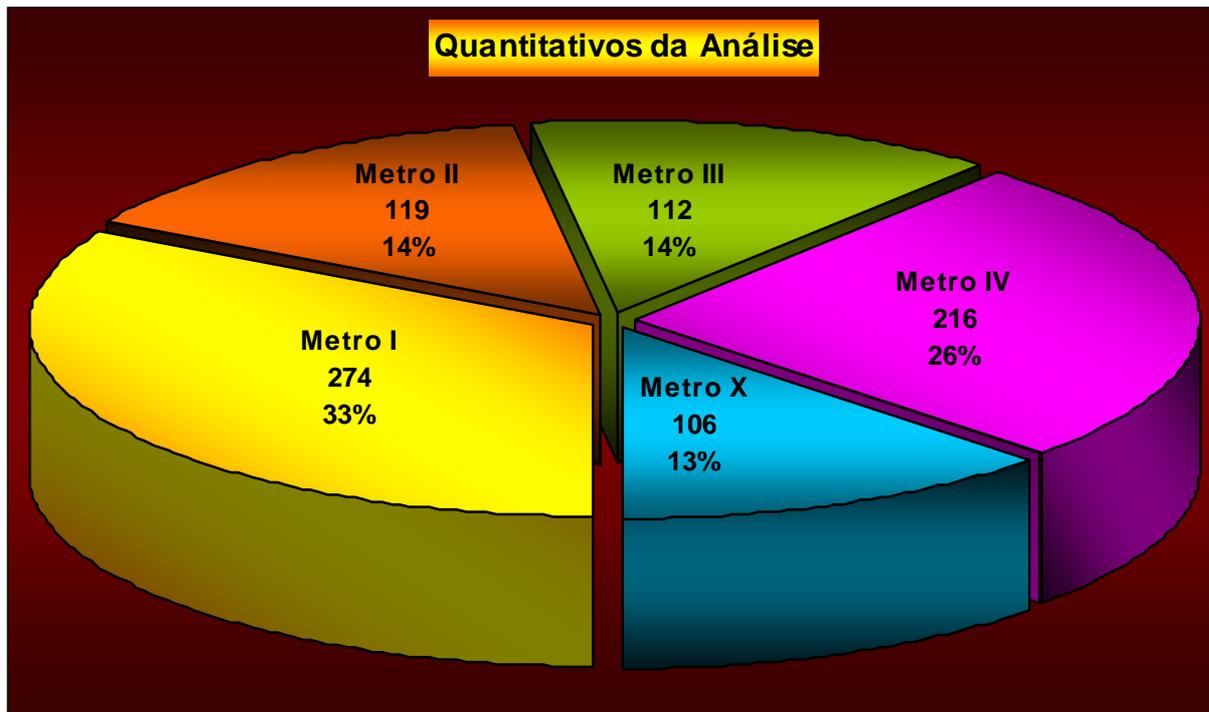
O quadro da figura 31 detalha como se distribuíram em termos regionais, por grupo e disciplina, os 335 professores não contratados.

Figura 31 – Professores aprovados, mas não contratados

Não Contratados	Primeiros colocados		Últimos colocados		TOTAL
	Matemática	L. Portugues	Matemática	L. Portugues	
<i>Coordenadorias Regionais</i>					
Metro I	32	22	13	27	94
Metro II	9	15	3	8	35
Metro III	10	25	6	13	54
Metro IV	31	23	21	17	92
Metro X	21	13	10	16	60
Total	103	98	53	81	335

Assim sendo, a análise detalhada deste estudo se restringirá aos 827 profissionais contratados e distribuídos por coordenadorias conforme apresentado na figura 32.

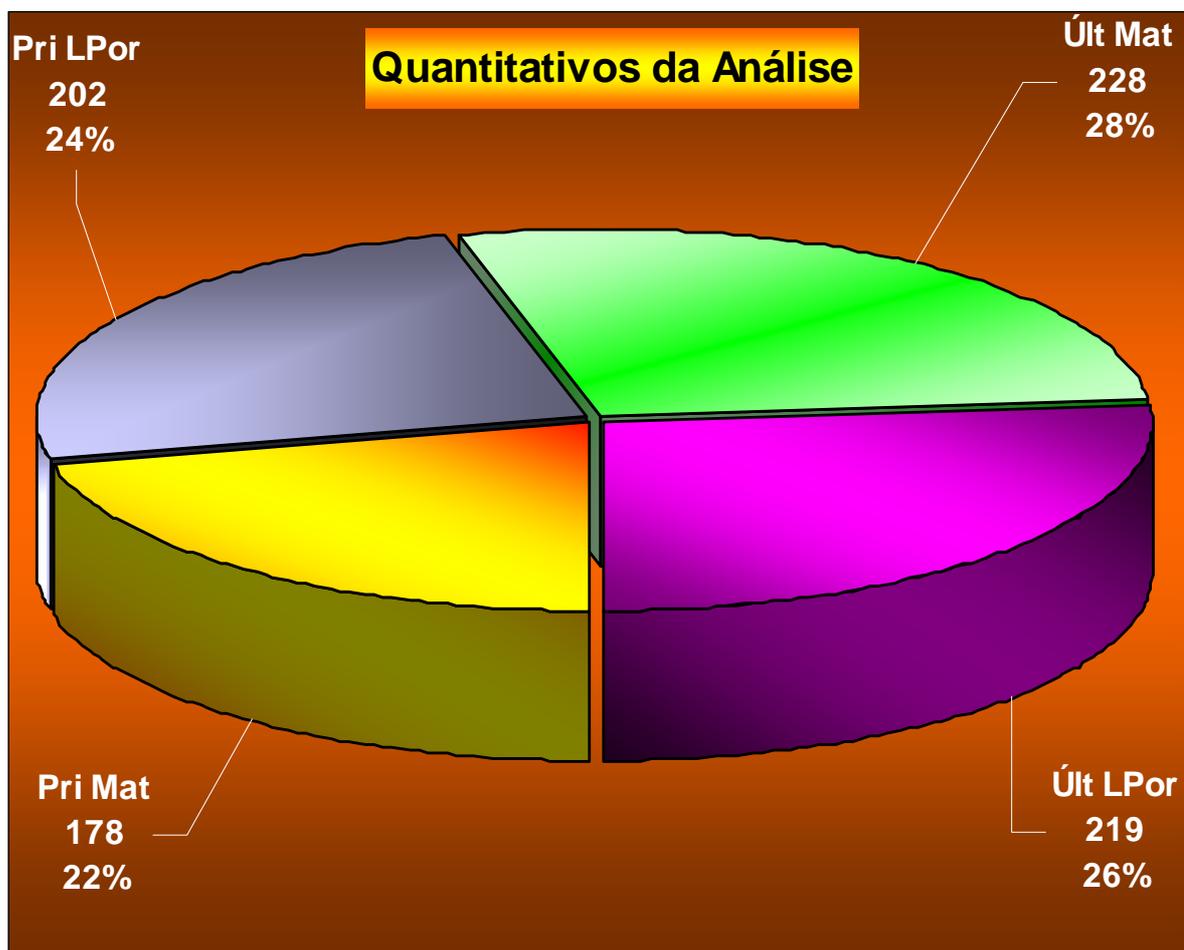
Figura 32 – Quantitativos da análise de professores contratados por coordenadoria



Com 33% do total de professores analisados, a região metropolitana I é a que possui o maior número de professores contratados da amostra. Enquanto a Metro X, a zona sul do Rio de Janeiro, possui o menor percentual, 13%, do total da amostra.

O quadro da figura 33 sintetiza este quantitativo segundo os grupamentos focalizados neste estudo.

Figura 33 – Quantitativos da análise de professores contratados por grupos



A maior parte da amostra pertence ao grupo dos últimos colocados, 54% do total. Já em relação a disciplina, a distribuição permaneceu equitativa, ou seja, 50% em cada uma.

10 – Análise das Notas

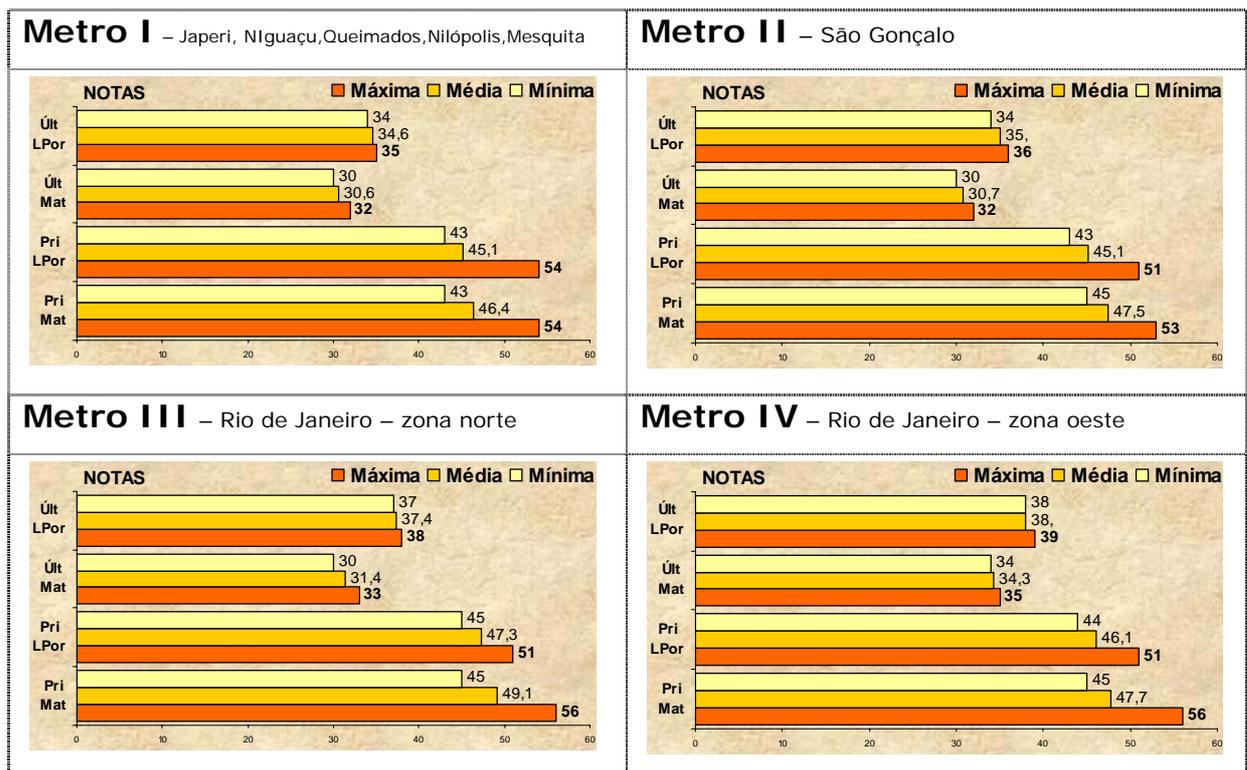
Analisaremos neste capítulo o desempenho dos professores segundo suas notas finais. A pontuação máxima possível foi 60 e 30 o mínimo exigido para aprovação.

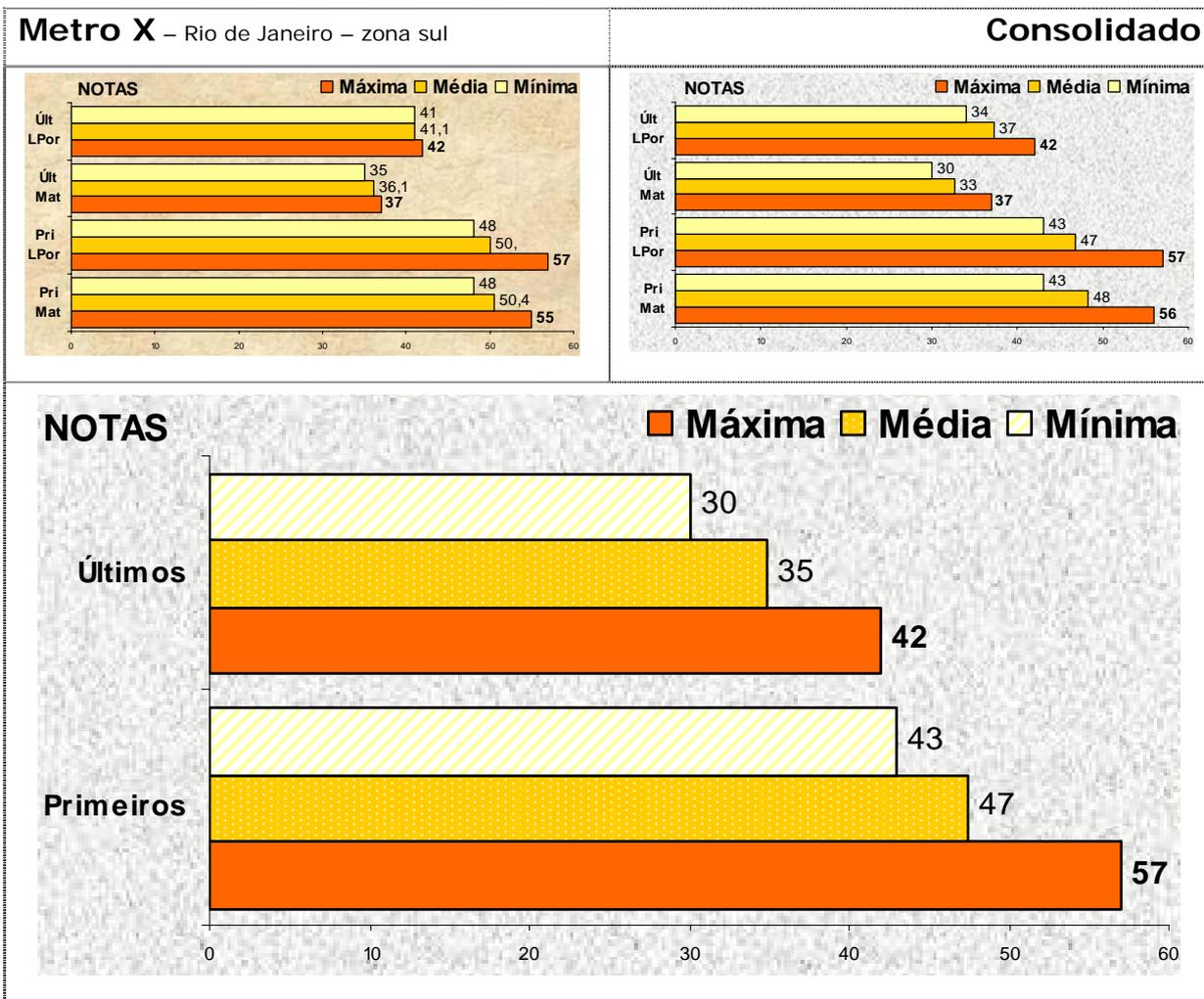
Esta análise objetiva abordar três aspectos. O primeiro irá determinar as notas mínima, média e máxima de cada grupo. O segundo visa estabelecer o histograma da quantidade de professores por notas. Finalmente, classificaremos os professores em quatro faixas de notas visando agrupá-los por desempenho. Vejamos cada um deles.

10.1 - Notas mínimas, médias e máximas por grupo de estudo

Nesta abordagem levamos em consideração todos os professores, independente de terem sido contratados ou não. Para cada um dos grupos de estudo fizemos um análise das notas máxima, média e mínima. Observe a figura 34.

Figura 34 – Notas mínimas, médias e máximas





Dentre os 15% primeiros colocados das regiões abrangidas neste estudo, o Rio de Janeiro destaca-se positivamente em algumas situações. Pertencem as zonas norte e oeste da cidade os professores com as maiores notas em matemática, 56 pontos. A zona sul do Rio obteve a melhor nota em língua portuguesa, 57 pontos. Também pertence a zona sul do Rio a maior nota entre as mínimas em matemática de toda a amostra estudada, 48 pontos.

Entre os 15% últimos colocados, foi a Metro X na disciplina língua portuguesa aquela que mais se destacou, pois foi esta a coordenadoria que obteve a maior pontuação máxima, 42, e a maior mínima, 41.

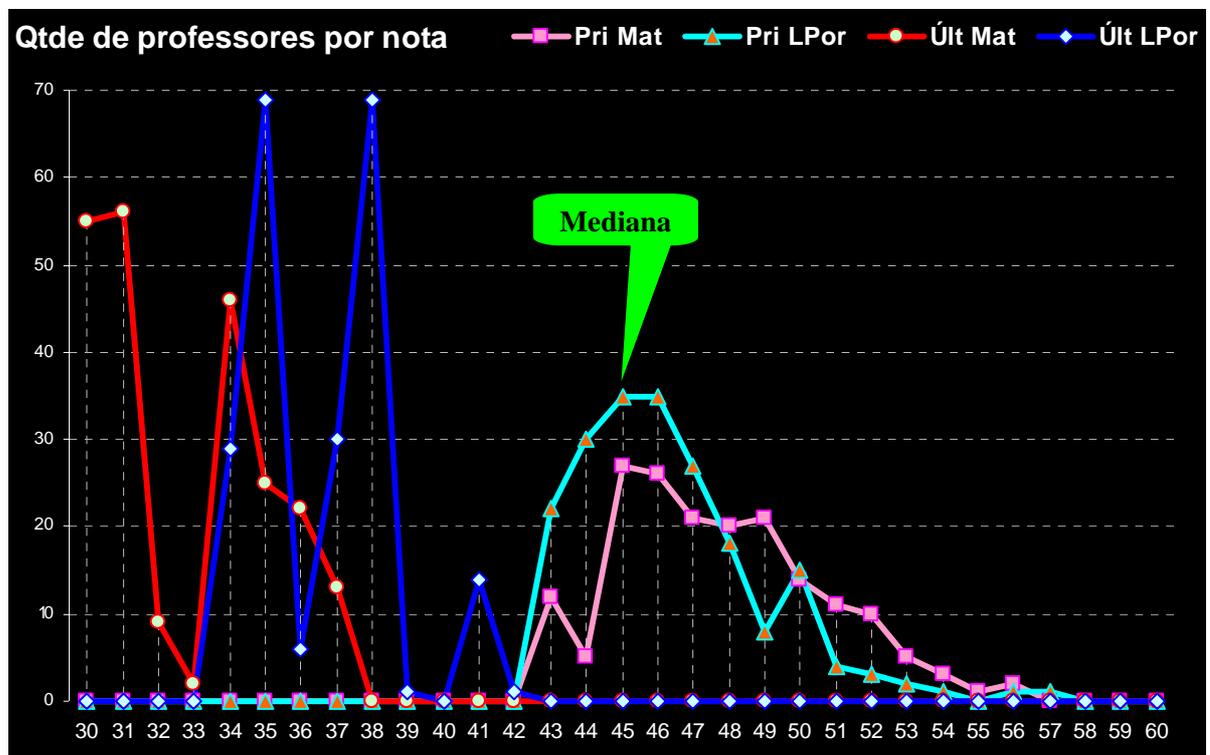
Se a mesma análise fosse realizada considerando somente os professores contratados:

- ✓ Na Metro I, a nota máxima dos primeiros colocados em matemática passaria de 54 para 52, ou seja, os professores de notas mais altas não foram contratados;
- ✓ Ainda na Metro I, a nota máxima entre os últimos colocados mudaria de 32 para 31 pontos, o que também demonstra perda nas contratações em termos de desempenho nas provas;

10.2 - Histograma da quantidade de professores por nota

O objetivo do nosso próximo gráfico foi permitir visualizar a concentração das notas obtidas pelos professores contratados. Vejamos a figura 35.

Figura 35 – Quantidade de professores por nota



Podemos observar que a maior parte dos professores contratados encontra-se com notas abaixo do valor da mediana⁶ do concurso, 45 pontos. A pontuação obtida pelo maior número de professores foi 38 e 35 com 69 professores em cada – ocorrida entre os 15% últimos em língua portuguesa. A maioria dos professores de matemática (56 professores) obteve pontuação 31. Observa-se neste gráfico, finalmente, que as maiores notas foram obtidas por poucos professores enquanto as menores por muitos.

10.3 – Desempenho

O agrupamento de professores de acordo com as notas finais que os classificaram foi o ponto de partida para esta análise.

Sabendo-se que o número máximo de pontos que um professor poderia obter era 60 e que o mínimo exigido para aprovação era 30 pontos, subdividimos este intervalo em quatro faixas obtidas a partir do quartil⁷ entre esses números de forma a enquadrar cada professor em uma das quatro classes definidas.

Vale ressaltar que a quantidade de pontos necessários para aprovação representa 50% do total possível, um percentual que a princípio pode ser considerado baixo.

As faixas foram estabelecidas de acordo com os seguintes critérios: A primeira corresponde aos 25% de melhor nota, ou seja, com pontuação entre 60 e 54 pontos. A segunda abrange os professores que obtiveram entre 46 e 53 pontos, completando os 50% melhores colocados. Na

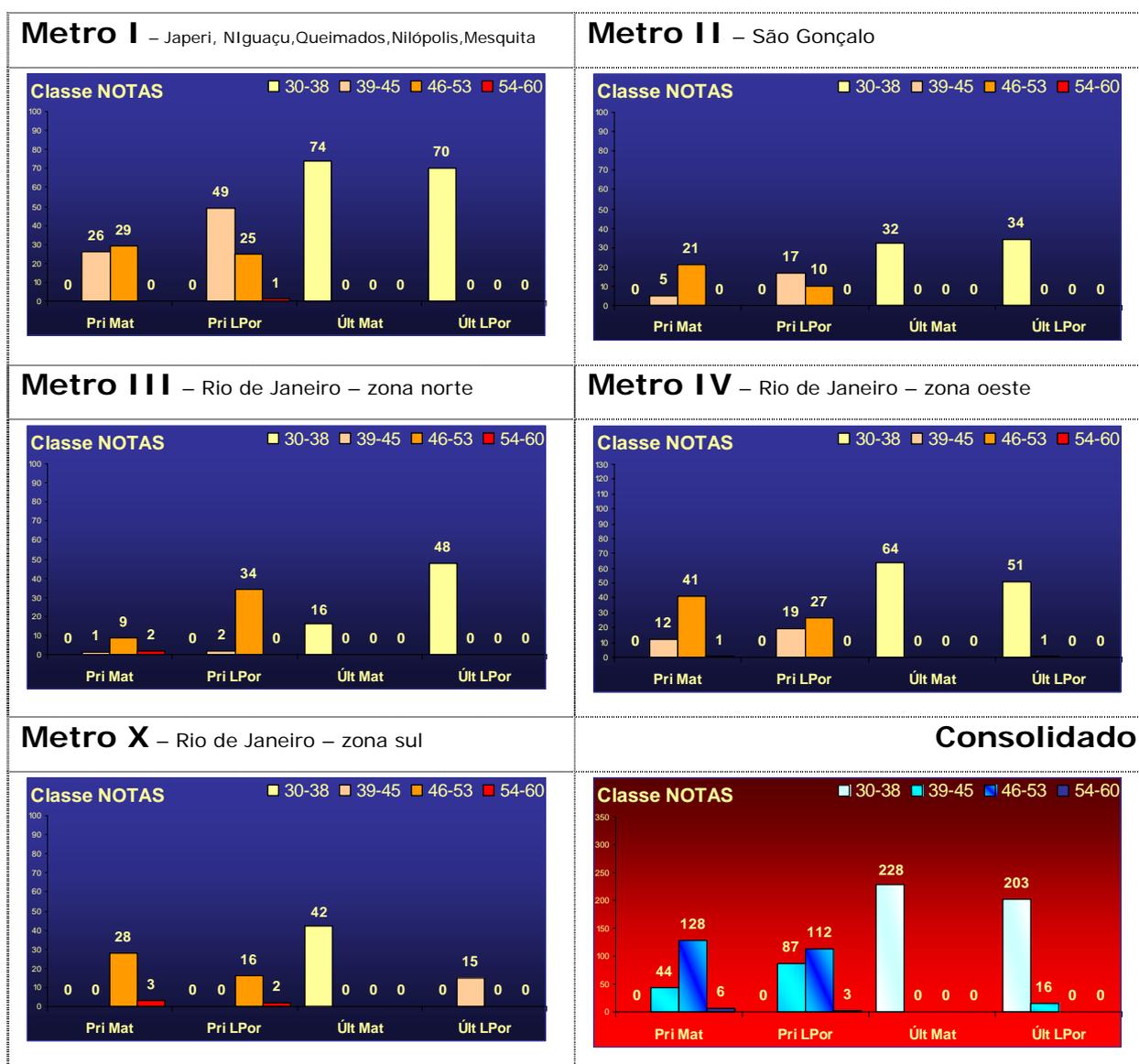
⁶ Mediana é uma medida de localização do centro da distribuição dos dados, definida do seguinte modo: ordenados os elementos da amostra, a mediana é o valor (pertencente ou não à amostra) que a divide ao meio, isto é, 50% dos elementos da amostra são menores ou iguais à mediana e os outros 50% são maiores ou iguais à mediana. Para a sua determinação utiliza-se a seguinte regra, depois de ordenada a amostra de n elementos: Se n é ímpar, a mediana é o elemento médio. Se n é par, a mediana é a semi-soma dos dois elementos médios.

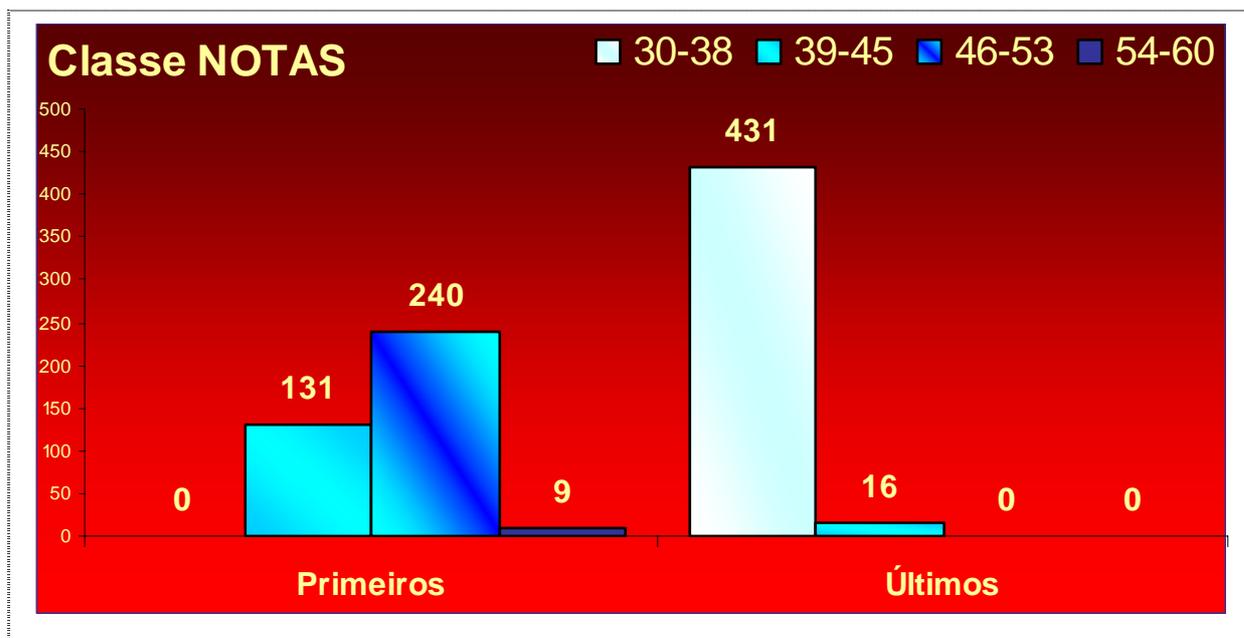
⁷ Quartil é uma medida de tendência central que divide uma série de valores ordenados de forma crescente em quatro partes iguais, correspondentes a 25, 50 e 75% dessas observações.

terceira classe estão aqueles que alcançaram notas entre 39 e 45 pontos e, por último, aqueles que ficaram entre os 25% de menor nota e que se encontram com a pontuação na faixa de 30 a 38. Esses dois últimos formam o grupo dos 50% dos professores com notas mais baixas. Vejamos na figura 36 os resultados obtidos.

Para esta análise foram considerados os professores efetivamente contratados.

Figura 36 – Classe de Notas (contratados)





Na observação desses gráficos percebemos que apenas 9 (nove) dos 827 professores analisados obtiveram notas enquadradas na classe mais alta, a de 54 a 60 pontos. Destes, 5 pertencem a Metro X, 2 a Metro III e 1 as Metros I e IV. Nenhum professor da coordenadoria regional Metropolitana II, que representa o município de São Gonçalo, atingiu essa classe de pontuação.

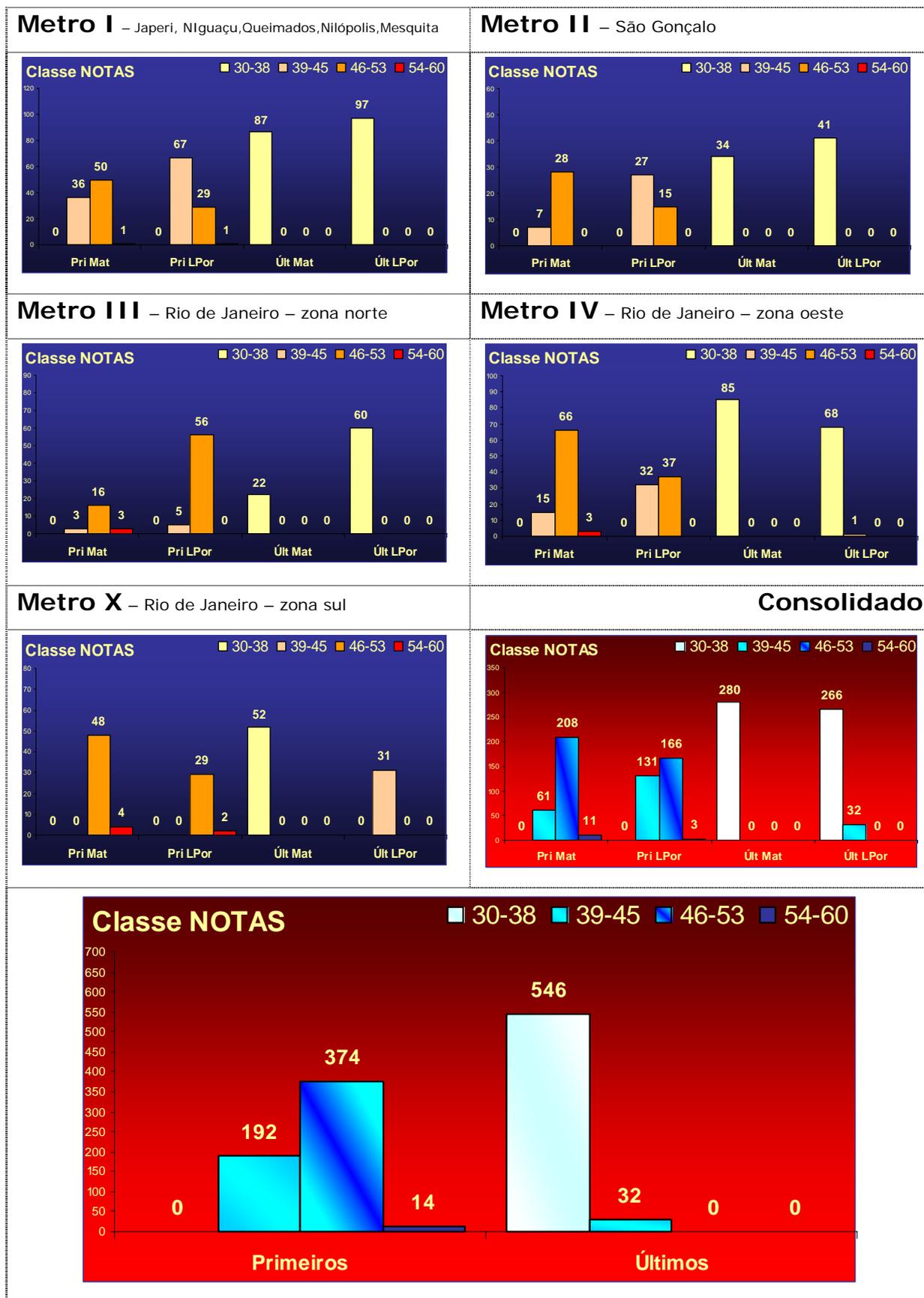
Do grupo dos últimos colocados, excetuando-se 1 (um) professor da Metropolitana IV e 15 professores da Metropolitana X que ficaram enquadrados na faixa de 39 a 45 pontos, todos os demais, ou seja, 431 professores, se situaram na menor faixa, a de 30 a 38 pontos.

Observa-se, ainda, que a maioria dos primeiros colocados encontra-se na faixa de 46 a 53 pontos, que representa um percentual de erro na prova de 23% a 12% respectivamente.

Considerando a abrangência deste estudo e visando uma análise mais detalhada da diferença entre o perfil das notas dos aprovados e dos efetivamente contratados apresentamos na figura 37 as mesmas informações da figura 36 só que levando em consideração o universo inicial do estudo, ou seja, os 1.158 professores. Foram excluídos desse

grupo 4 (quatro) professores que, por conter inconsistência nos dados, não puderam ser analisados.

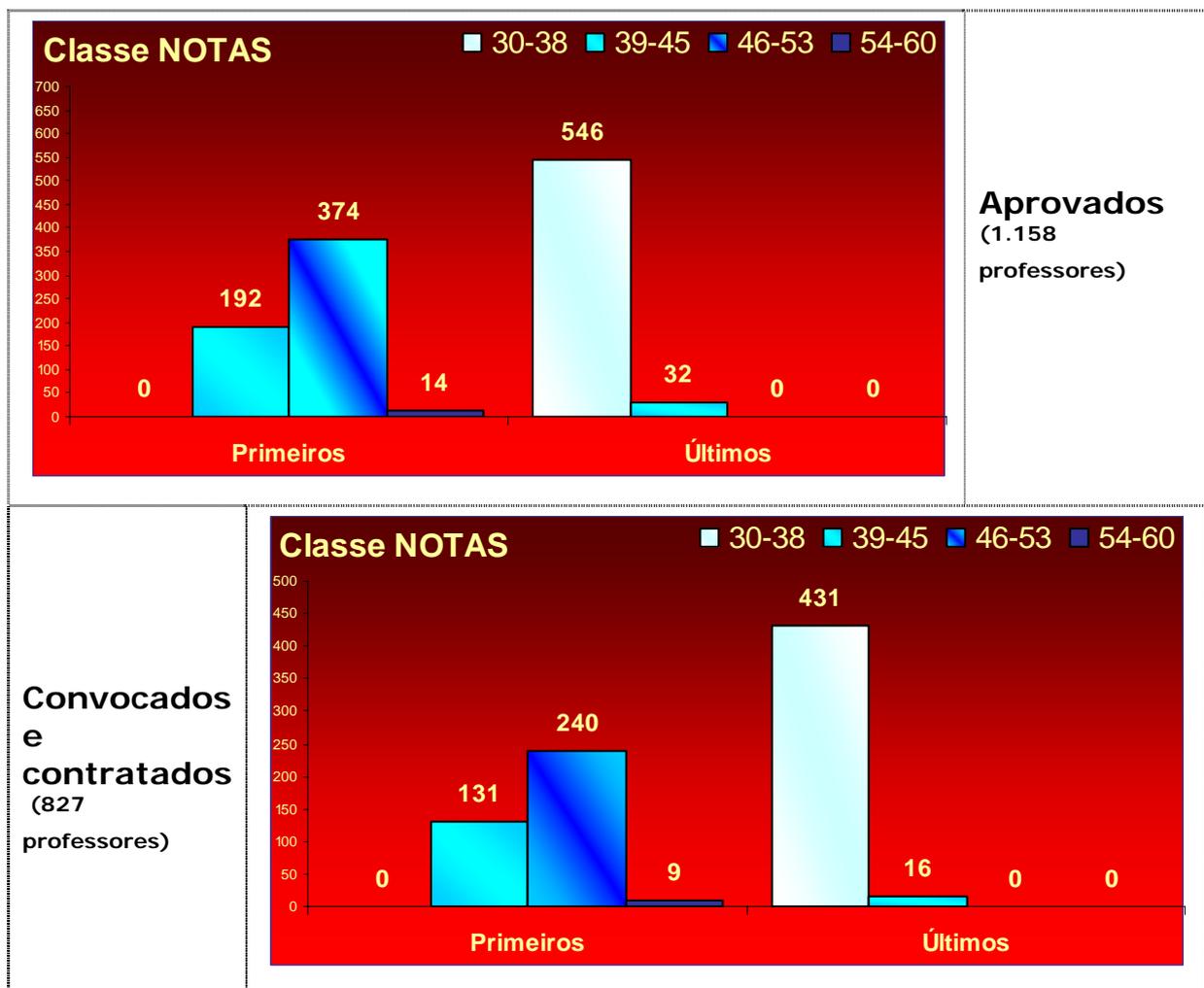
Figura 37 – Classe de Notas (aprovados e convocados)



Na observação desses gráficos percebemos que 14 dos 1.158 (1.162 menos as 4 inconsistências) professores analisados obtiveram notas enquadradas na classe mais alta, a de 54 a 60 pontos. Destes, 6 pertencem a Metro X, 3 as Metros III e IV e 2 a Metro I. Da mesma forma que constatado no grupo de professores aprovados e contratados, nenhum professor da coordenadoria regional Metropolitana II, que representa o município de São Gonçalo, atingiu essa classe de pontuação.

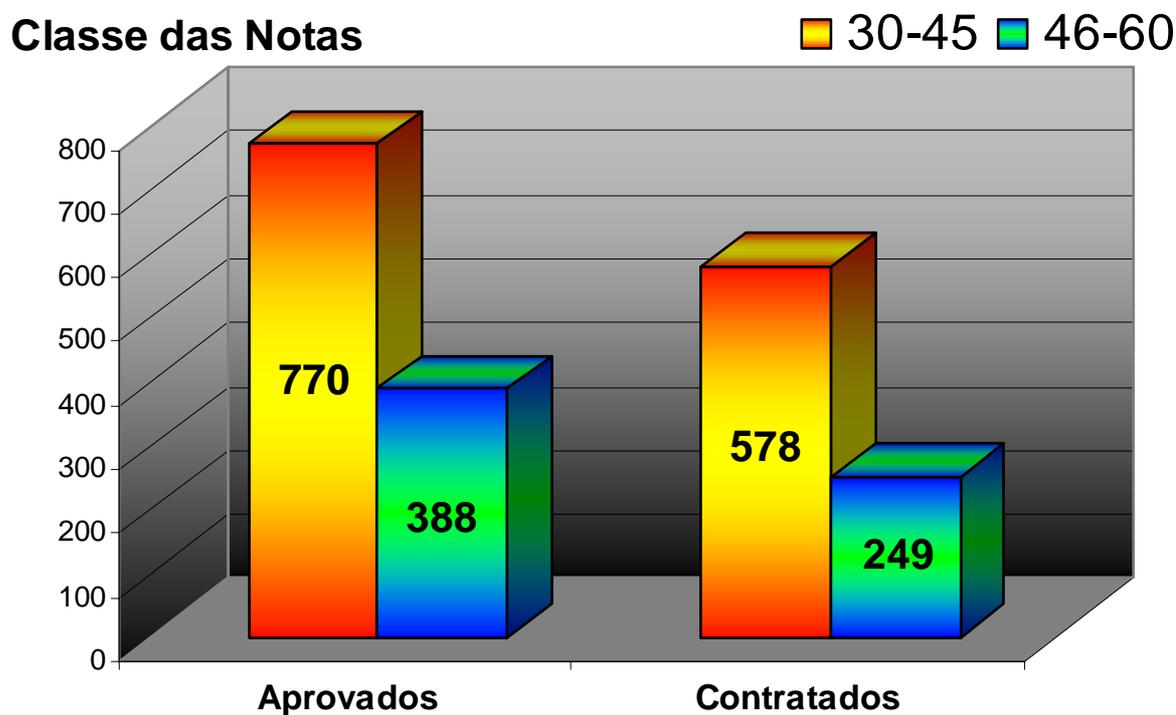
A figura 38 exibe os dois gráficos consolidados visando facilitar a comparação. Nota-se que dos 14 aprovados na classe de mais alta pontuação, apenas 9 (nove) foram contratados, representando uma perda de 36% dos melhores colocados.

Figura 38 – Classe de Notas (aprovados x aprovados e contratados)



Agrupando-se os primeiros e últimos em apenas duas classes de notas e comparando-se aprovados e contratados fica mais evidente a perda entre os mais bem classificados. Dos 388 aprovados na faixa de 46 a 60 pontos, apenas 249 foram contratados, representando uma perda de aproximadamente 36% dos professores melhores classificados, ou 139 professores. Enquanto no grupo dos piores, faixa de 30 a 45 pontos, esta perda foi de 25%. Observe a figura 39.

Figura 39 – Classe de Notas (duas classes – aprovados x contratados)



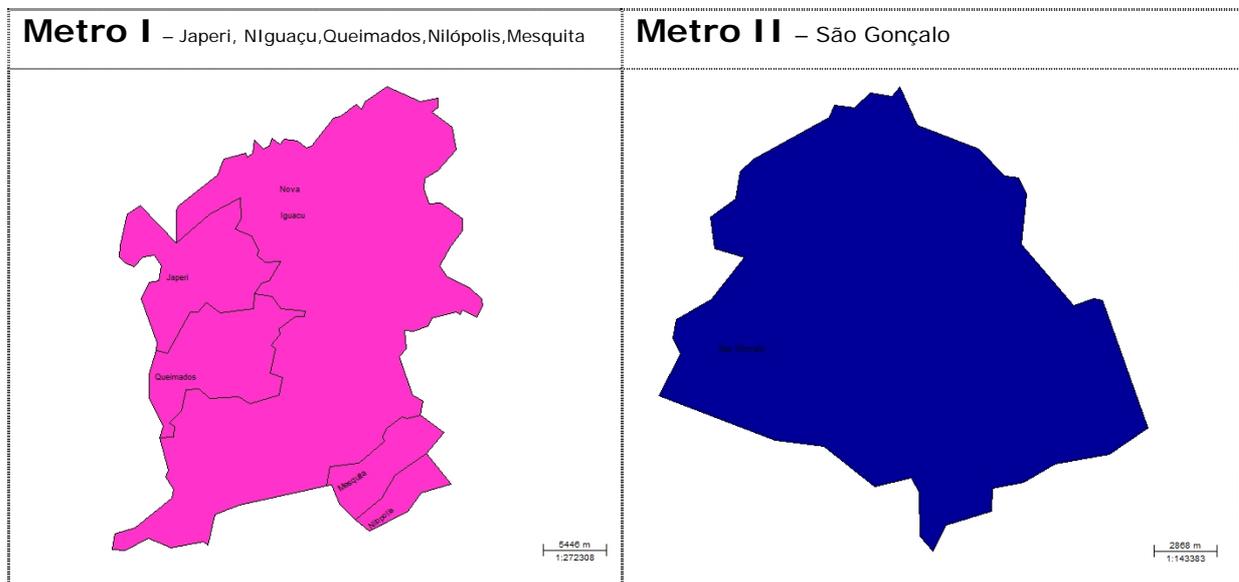
11 – Análise territorial da amostra

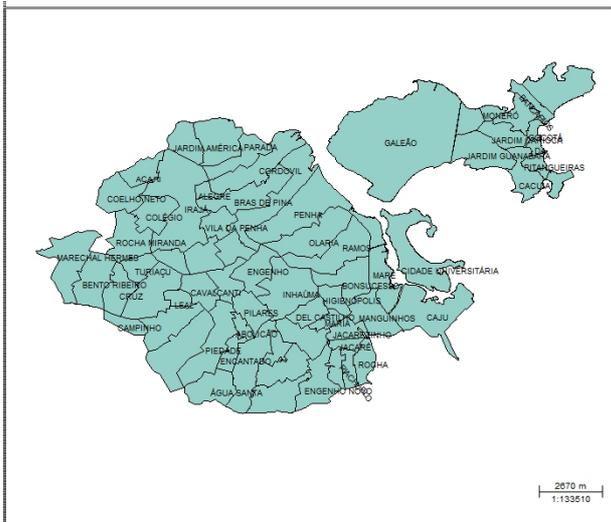
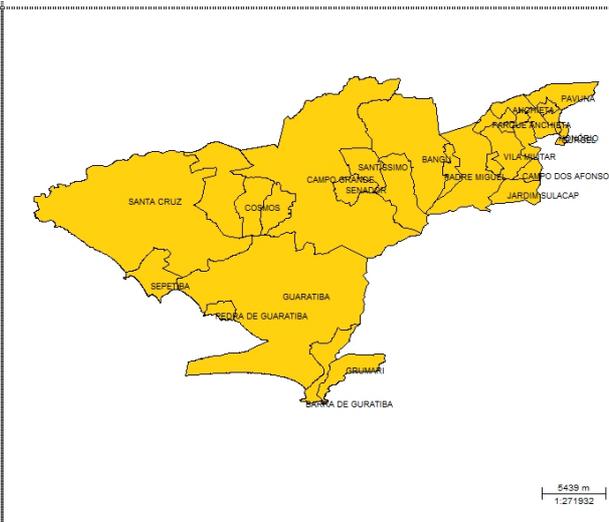
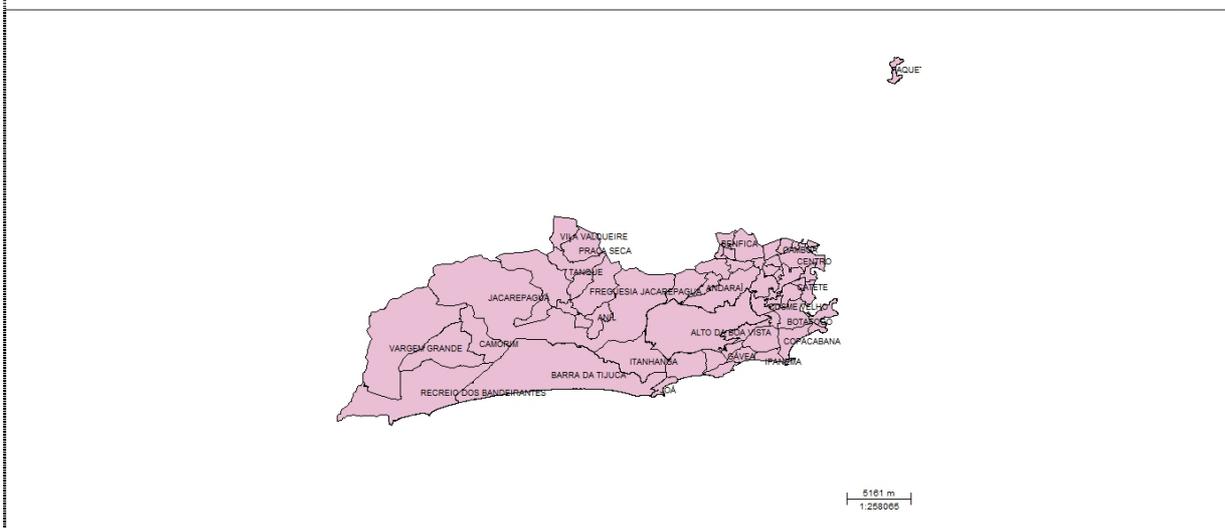
Abordaremos agora três questões que visam esclarecer os aspectos que envolvem a localização das escolas e das moradias dos professores.

Nosso objetivo é analisar a influência da distância entre a escola e a residência do professor. Inicialmente, é no ato de inscrição no concurso que o docente opta pela coordenadoria regional na qual deseja atuar e que, segundo o próprio edital do concurso, permanecerá por, no mínimo, 3 (três) anos. Num segundo momento, depois de aprovado e contratado, ele escolhe a escola.

Destacaremos na figura 40 a abrangência geográfica da amostra deste estudo.

Figura 40 – Abrangência geográfica



Metro III – Rio de Janeiro – zona norte**Metro IV** – Rio de Janeiro – zona oeste**Metro X** – Rio de Janeiro – zona sul

Para que fosse possível a análise destas questões, um trabalho prévio teve que ser realizado sobre os dados fornecidos pela FESP. Esse trabalho consistiu em identificar, padronizar e, quando necessário, ajustar a informação do bairro/distrito de residência dos professores para a nomenclatura oficial divulgada pelo IBGE. Em seguida, esses dados foram armazenados no banco de dados do software VG (que possui o cadastro georreferenciado de todas as escolas estaduais, assim como de todos os bairros/distritos oficiais) para tornar possível a localização cartográfica de ambos e, desta forma, ser possível determinar a distância linear entre o centróide do bairro de residência de cada professor e a escola onde este foi lotado.

Finalmente, esta análise se propõe a responder as seguintes perguntas:

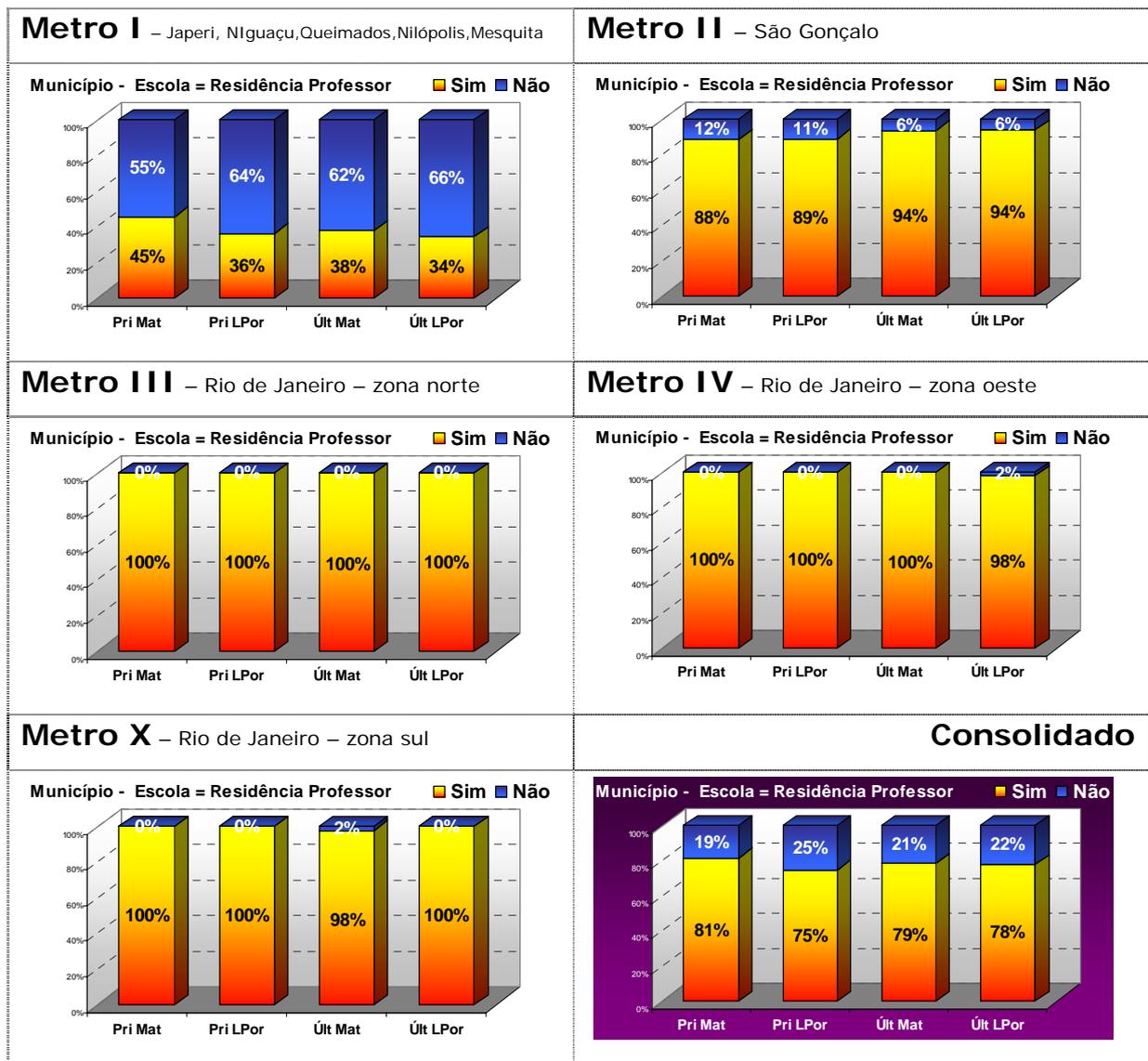
- 1. O município da escola onde foi lotado é o mesmo da residência do professor?*
- 2. O bairro de moradia do professor é o mesmo da escola?*
- 3. Qual a distância linear entre a residência do professor a escola escolhida?*

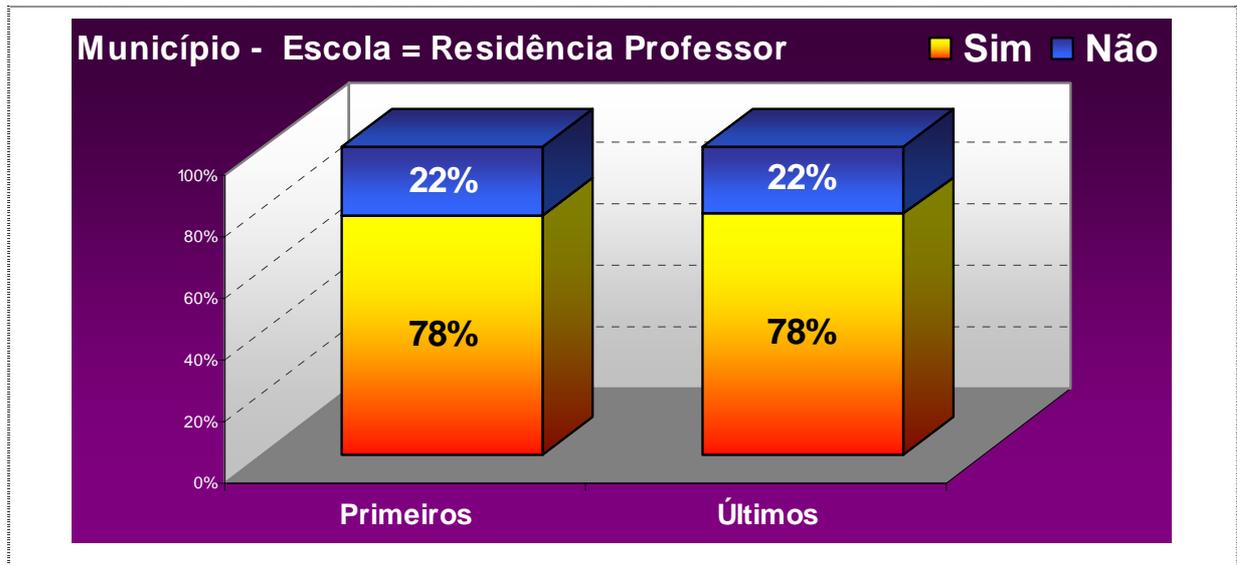
Vejamos, portanto, qual o perfil do professor para cada um destes questionamentos em cada uma das coordenadorias analisadas.

11.1 - O município da escola é o mesmo da residência do professor?

Observemos a figura 41. Ela apresenta o resultado da primeira questão: *O município da escola é o mesmo da residência do professor?* Em degradê de azul estão representados aqueles que não residem no mesmo município da escola e em degradê amarelo/vermelho os que residem.

Figura 41 – O município da escola é o mesmo do professor?





Nos gráficos apresentados na Figura 41 podemos observar que a quase totalidade das escolas do Rio de Janeiro foram escolhidas por professores que residem no próprio município.

A Metropolitana I, talvez por ser uma coordenadoria composta de vários municípios e em sua maioria de menor dimensão territorial, possui o maior percentual de professores que irão exercer suas atividades fora dos municípios onde residem. Professores do Rio de Janeiro completam a maioria das vagas daqueles não oriundos dos municípios dessa coordenadoria.

Na amostra estudada em escolas de São Gonçalo (Metro II), 8% dos professores aprovados e contratados para trabalharem residem em outros municípios. Niterói é o município de origem da maioria destes professores. São os professores de matemática melhores colocados no concurso de 2005 que mais se deslocarão para exercer sua docência em São Gonçalo. O percentual de professores desta coordenadoria que irão exercer docência em São Gonçalo e residem em outro município varia de 6% a 12% conforme o grupo, como pode ser constatado no segundo gráfico da Figura 41. Por tratar-se de uma coordenadoria de um só município esse deslocamento para trabalhar em outro município pode ser considerado, efetivamente, como uma opção do próprio professor.

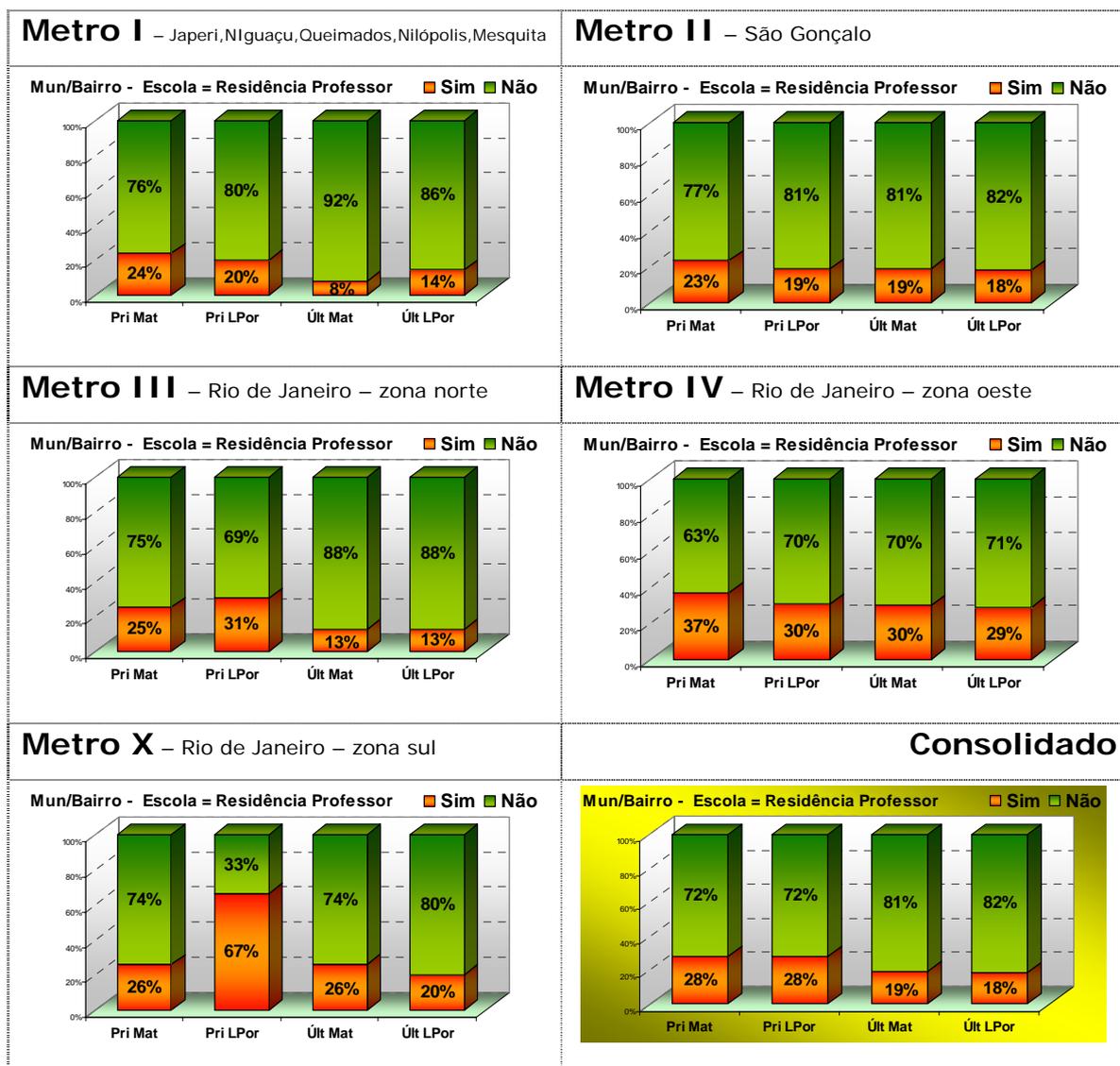
Como pode ser constatado nos gráficos individuais por coordenadoria, o resultado consolidado destes dados é fortemente influenciado pela Metro I. Ao observarmos os primeiros e últimos colocados deste gráfico identificamos que, coincidentemente, na média, 22% dos primeiros e dos últimos colocados não residem no mesmo município da escola.

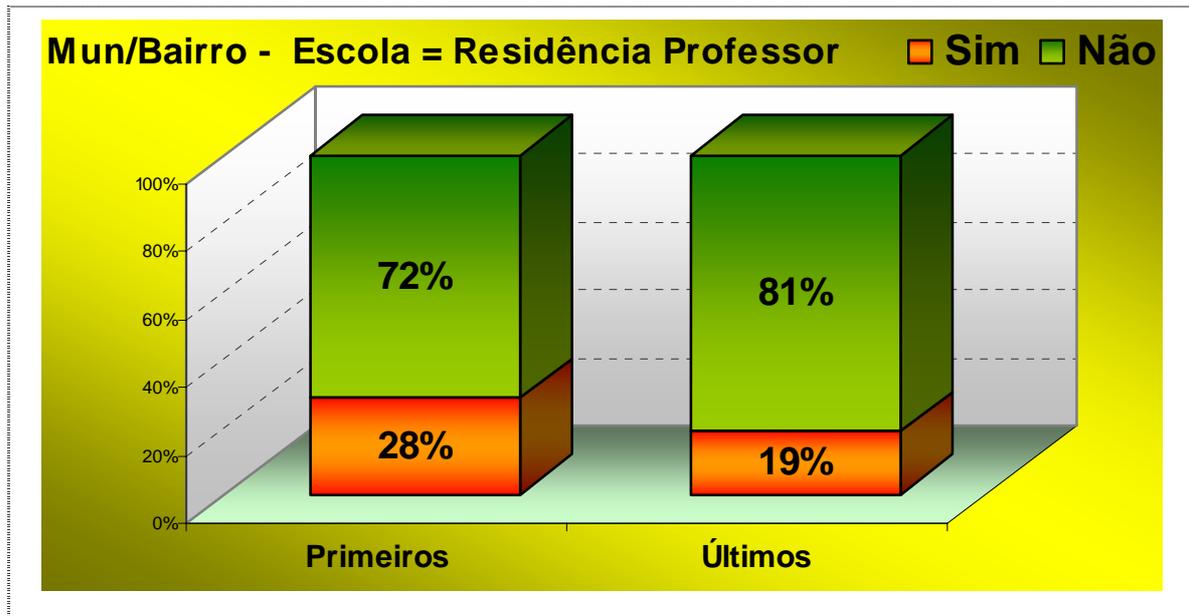
Concluimos, portanto, que os melhores colocados no concurso se deslocam menos para outros municípios que os piores, fato comprovado pela análise individual de cada grupo analisado.

11.2 - O bairro de moradia do professor é o mesmo da escola?

Nosso próximo questionamento se propõe a responder se o *município/bairro de moradia do professor era o mesmo da escola*. Os gráficos apresentados na figura 42 se propõem a analisar esta questão. Em verde, estão representados os que não moram e, em vermelho, os que moram no mesmo bairro da escola escolhida para atuar.

Figura 42 – Município/Bairro da escola igual município/bairro do professor?





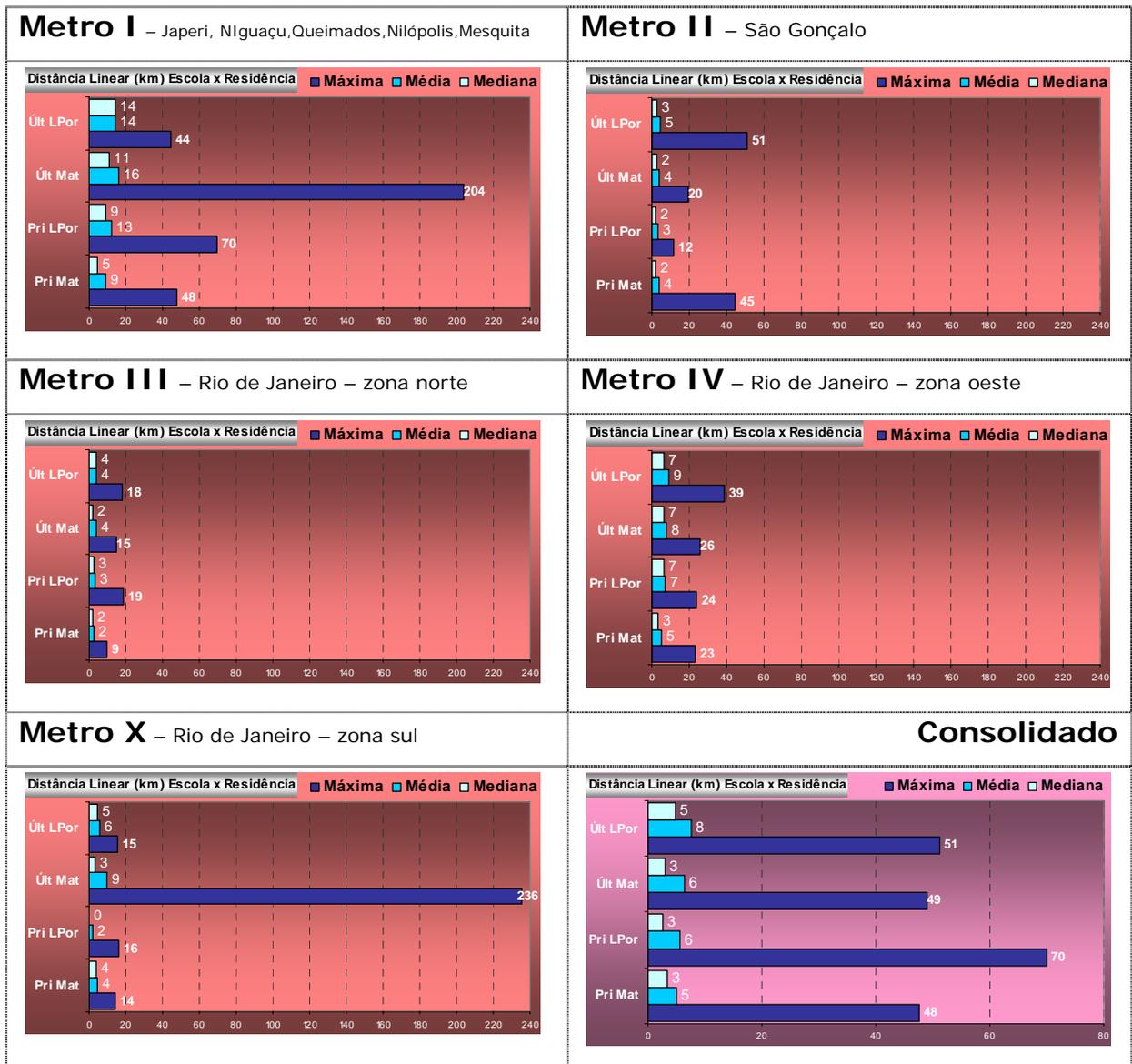
As escolas das Metros X e IV são aquelas que, percentualmente, mais possuem professores residindo no mesmo bairro/distrito da escola.

Numa visão global, 23% dos professores residem no mesmo bairro da escola que escolheram para atuar. Através do gráfico consolidado podemos inferir que, proporcionalmente, os primeiros colocados foram lotados em escolas mais próximas de suas residências do que os últimos colocados. Este fato certamente decorre da prerrogativa de decisão dada aos melhores colocados no concurso, o que demonstra que a distância escola x residência é um fator de forte influência no processo de escolha da escola pelo professor.

11.3 - Qual a distância linear entre residência do professor e a escola escolhida?

Nossa última questão visa determinar a distância linear a ser percorrida pelo professor no trajeto casa x trabalho. A figura 43 exibe a distância máxima, a média e a mediana para cada uma das coordenadorias estudadas.

Figura 43 – Distância linear em metros – escola x residência do professor





As coordenadorias regionais Metropolitanas I e X se destacam por possuírem valores atípicos nas distâncias lineares encontradas. As duas, coincidentemente, no grupo dos últimos colocados em matemática.

Na Metro I este destaque se dá devido a existência de um professor residente em Miracema, portanto, distante 204 Km da escola onde foi lotado. Se o excluíssemos do grupo, a distância máxima dessa coordenadoria seria de aproximadamente 49 Km.

Na Metro X o valor atípico encontrado refere-se a um professor residente em Campos dos Goytacazes. Da mesma forma que no caso anterior, se o excluíssemos do grupo, teríamos o valor de 19 Km como a distância máxima percorrida pelos professores de matemática últimos colocados no concurso de 2005.

De forma a obter um resultado mais realista na visão consolidada destes grupamentos, arbitramos por excluir os dois professores que geram esses dados atípicos. Assim sendo, a média das médias das distâncias percorridas pelo professor aprovado e contratado no concurso de 2005 é de 6,2 Km.

Em particular, observou-se mais uma vez que os primeiros colocados percorrem, na média, distâncias inferiores aos últimos. Observe esses números no gráfico geral.

Sabemos que a distância linear entre os centróides dos bairros/distritos da residência do professor até a escola onde foram lotados não define com precisão a distância real a ser percorrida entre esses pontos. Esses valores médios, contudo, baseado na idêntica tendência nas três abordagens analisadas, nos fornecem fundamento suficiente para concluirmos que a distância trabalho-residência é fator de grande relevância na escolha da escola pelo professor.

12 – Análise das Classes

Para facilitar a análise e o processo de comparação entre as coordenadorias estudadas, utilizamos técnicas de agrupamentos para obter classes individuais e consolidadas que permitissem classificar a escolha das escolas pelos professores sob três aspectos: qualidade de ensino, infra-estrutura da escola e aspectos econômicos do entorno da unidade de ensino.

Primeiramente, as informações foram agrupadas numa visão individual por coordenadoria. Este agrupamento permitiu o estabelecimento de faixas de análise usando o quartil dos dados pertinentes a cada uma das respectivas regiões. Num segundo momento, cada uma destas faixas foi transformada em classes sem faixas definidas, ou seja, sem intervalos. Desta forma, foi possível estabelecer critérios de comparação sem levar em conta as especificidades do território.

12.1 – Qualidade do ensino

O Plano de Desenvolvimento da Educação lançado pelo MEC em 2007 propõe uma série de ações visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação no país. Formalizando esta mobilização, o Ministério da Educação propôs a adesão voluntária de todos os municípios brasileiros ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Este plano propõe a adoção de um conjunto de diretrizes, conforme Decreto nº 6.094/2007, e estabelece a projeção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB dos anos iniciais e finais do ensino fundamental para cada município. O IDEB foi o indicador definido para a averiguação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, sendo, portanto, o principal indicador da atual gestão educacional do país.

A combinação entre fluxo e aprendizagem do IDEB vai expressar, num intervalo de valores entre 0 (zero) a 10 (dez), o andamento dos sistemas de ensino. O Ministério da Educação definiu o valor 6 (seis) como meta nacional a ser atingida até 2021, considerando os anos iniciais do ensino fundamental. Para os anos finais do ensino fundamental a meta é 5,5 e para o ensino médio 5,2. Este valor representa uma tentativa de elevar a qualidade educacional brasileira, em termos de proficiência e rendimento, a média atual dos países desenvolvidos. Esta meta irá nortear todo o esforço necessário nas esferas estaduais, municipais e individuais de cada unidade de ensino. Desta forma, foi definida para cada uma destas esferas uma meta a ser atingida a cada dois anos. É o cumprimento individual da meta por cada um destes entes e, principalmente, o definido para cada escola, que possibilitará o país atingir a meta nacional.

Seguindo nesta direção, o critério escolhido para o agrupamento do quantitativo de professores visando a qualidade do ensino levou em consideração o valor do IDEB de 2005 correspondente a escola escolhida por cada um deles. Ressaltamos que, a época do concurso (2005), esta informação ainda não havia sido divulgada, o que só ocorreu em 2007, sendo assim, esta informação não foi utilizada pelos professores na escolha de suas escolas, o que poderá acontecer nos próximos concursos. Porém, no presente estudo servirá para classificarmos as escolas segundo um critério que combina rendimento e desempenho.

A definição da classe IDEB levou em consideração o quartil do valor do IDEB nos anos finais do ensino fundamental de todas as escolas estaduais pertencentes às coordenadorias regionais abrangidas neste documento, ou ainda, escolas pertencentes aos municípios de Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro e São Gonçalo.

Os anos finais foram escolhidos em detrimento dos anos iniciais em razão do concurso em estudo ter sido para professor docente I.

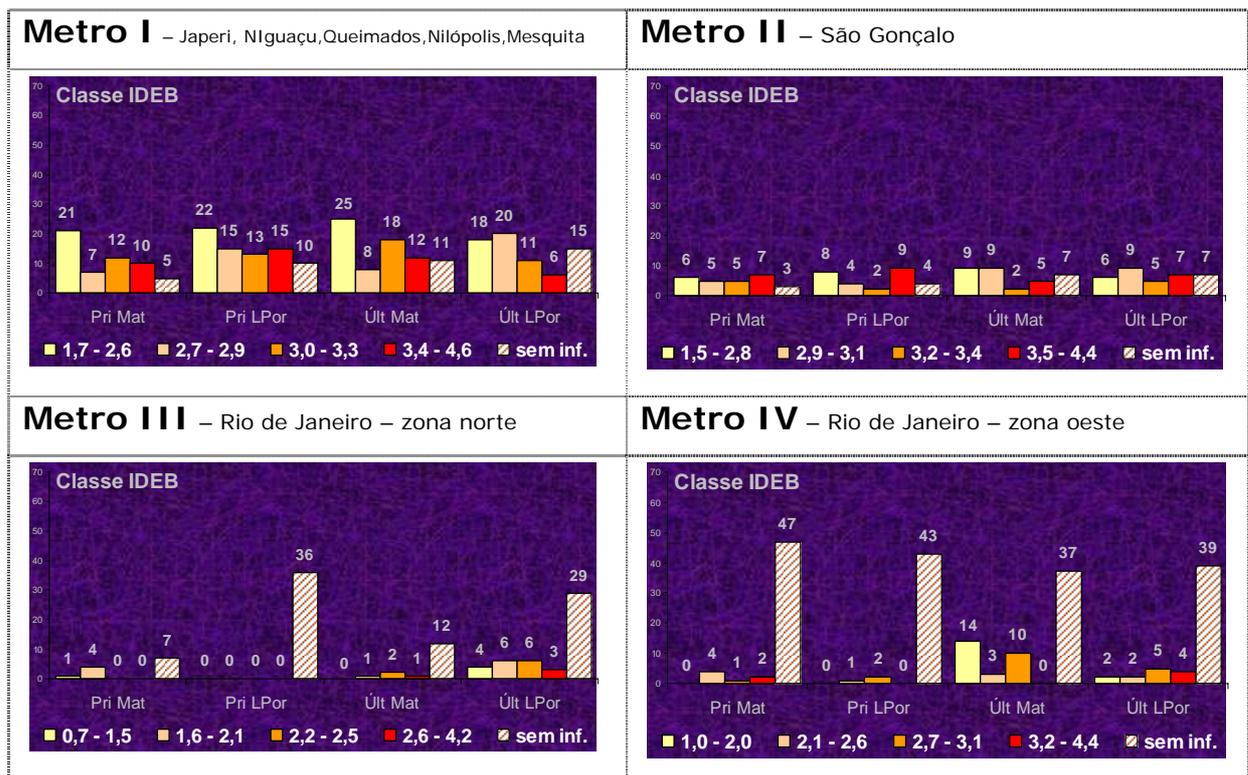
O quartil destes valores gerou diferentes classes de acordo com o perfil das escolas de cada uma das coordenadorias. Ressaltamos que os maiores números correspondem às escolas de melhor fluxo e aprendizagem escolar. Às quatro classes geradas pelo quartil foi acrescentada mais uma, denominada de “sem inf.”, para agrupar o quantitativo de professores que optaram por escolas que ainda não possuem valor de IDEB calculado.

As classes A, B, C e D que consolidam as informações individualizadas por coordenadoria regional foram definidas a partir da soma dos quantitativos de professores em cada uma das faixas obtidas.

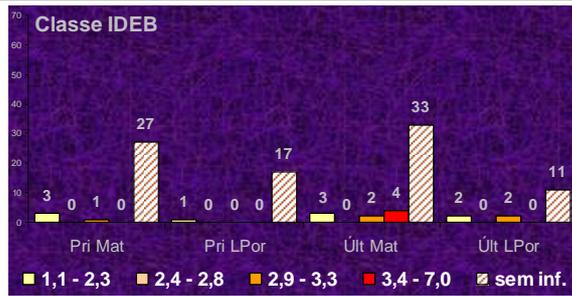
Nesta e nas demais análises, a classe “A” é a de maior valor e, na seqüência, a “D” é a de menor.

Vejamos na figura 44 quantos professores optaram por escolas classificadas segundo as faixas e como ficaram os valores consolidados.

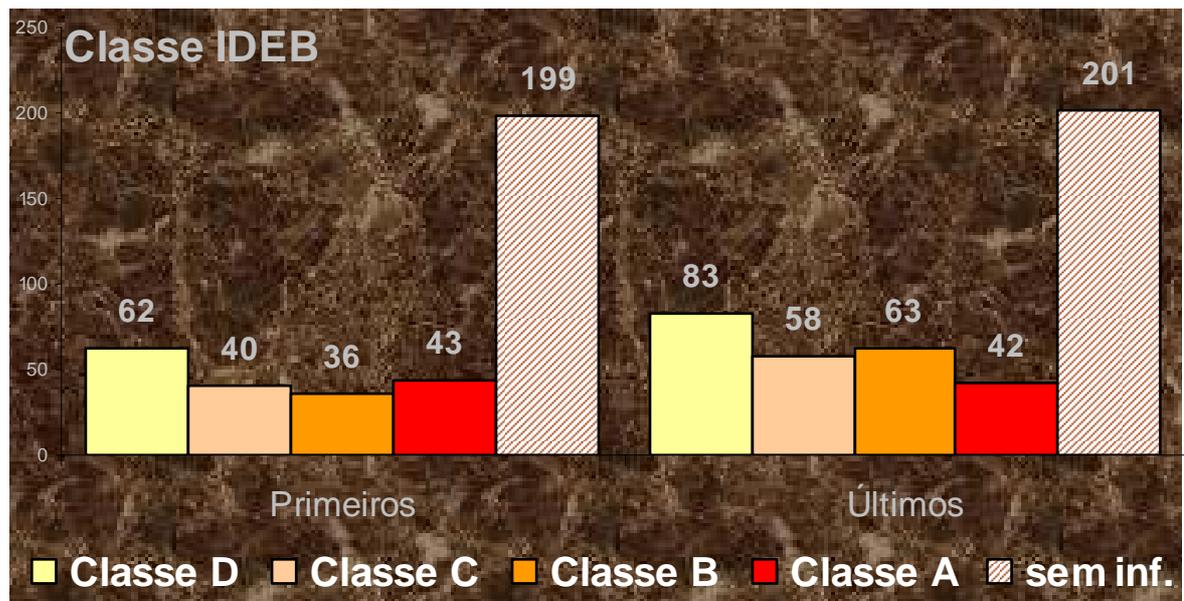
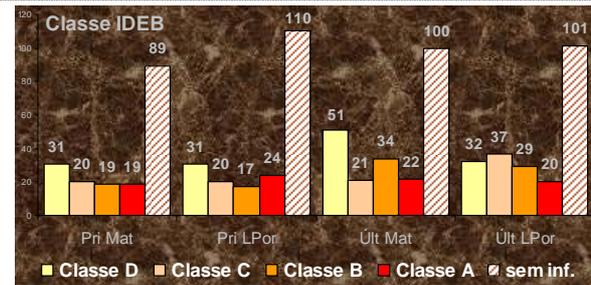
Figura 44 – Classe IDEB



Metro X – Rio de Janeiro – zona sul



Consolidado



Por ser o primeiro ano de divulgação deste indicador, pudemos observar que há muitas escolas ainda sem o estabelecimento do IDEB. A ausência destes valores prejudica muito o desenvolvimento de uma análise de tendência.

No gráfico consolidado, como no gráfico que separa os professores em dois grupos (primeiros e últimos), observa-se que, dentre os primeiros colocados, sejam de matemática, língua portuguesa ou geral os quantitativos de professores optantes por escolas de classe IDEB A, B e C são bastante próximos, não sendo suficiente para caracterizar tendência nem pela escolha das escolas por melhor desempenho nem pela não escolha destas.

Quanto aos últimos colocados, não foi caracterizado nenhum padrão de distribuição em nenhum dos casos.

Nesta análise, podemos concluir que o desempenho da unidade de ensino não foi um fator preponderante na escolha da escola pelos professores incluídos na amostra.

12.2 – Infra-estrutura das escolas

O Censo Escolar coordenado pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, é o principal instrumento de informações para que os gestores e a sociedade em geral possam conhecer as qualidades e deficiências do sistema educacional brasileiro. Realizado anualmente em todas as unidades de ensino do país, se propõe a coletar dados sobre a educação básica nacional. Estes dados se constituem na base para a formulação de políticas públicas e na distribuição de recursos entre estados e municípios.

A livre disponibilização desses dados na internet contribui de forma efetiva na disseminação de informações para uso por organismos nacionais e internacionais, em pesquisas que poderão contribuir direta ou indiretamente no processo de investigação da questão educacional e geração de conhecimento.

Um dos blocos de dados contidos no questionário do censo escolar diz respeito a caracterização física da escola. Um dos itens levantados neste bloco objetiva identificar as dependências existentes na escola, ou seja, a infra-estrutura disponível em cada unidade educacional.

Desta forma, escolhemos como nosso próximo agrupamento a infra-estrutura das escolas. Para tanto, utilizamos os dados do censo escolar de 2004 do INEP.

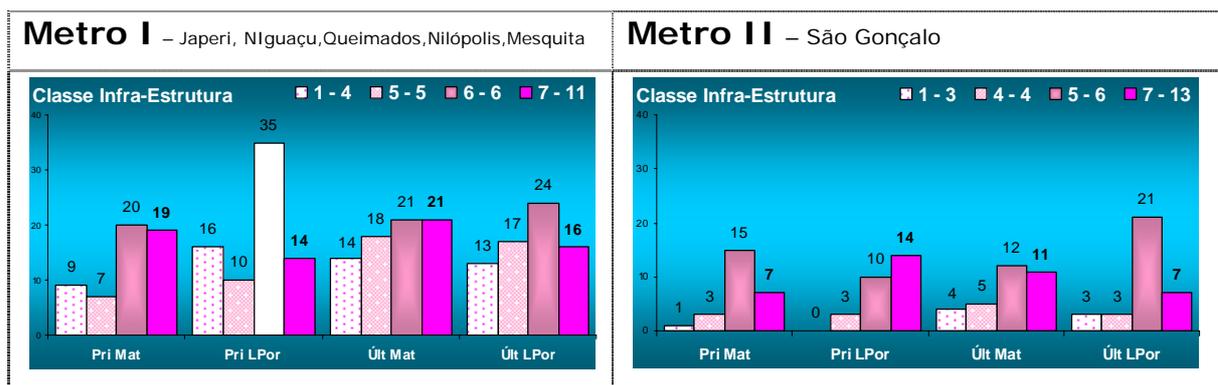
Na formação do indicador da classe infra-estrutura foi considerada a existência ou não, na escola, de 17 diferentes tipos de dependências, conforme classificação do censo escolar 2004, a saber: auditório,

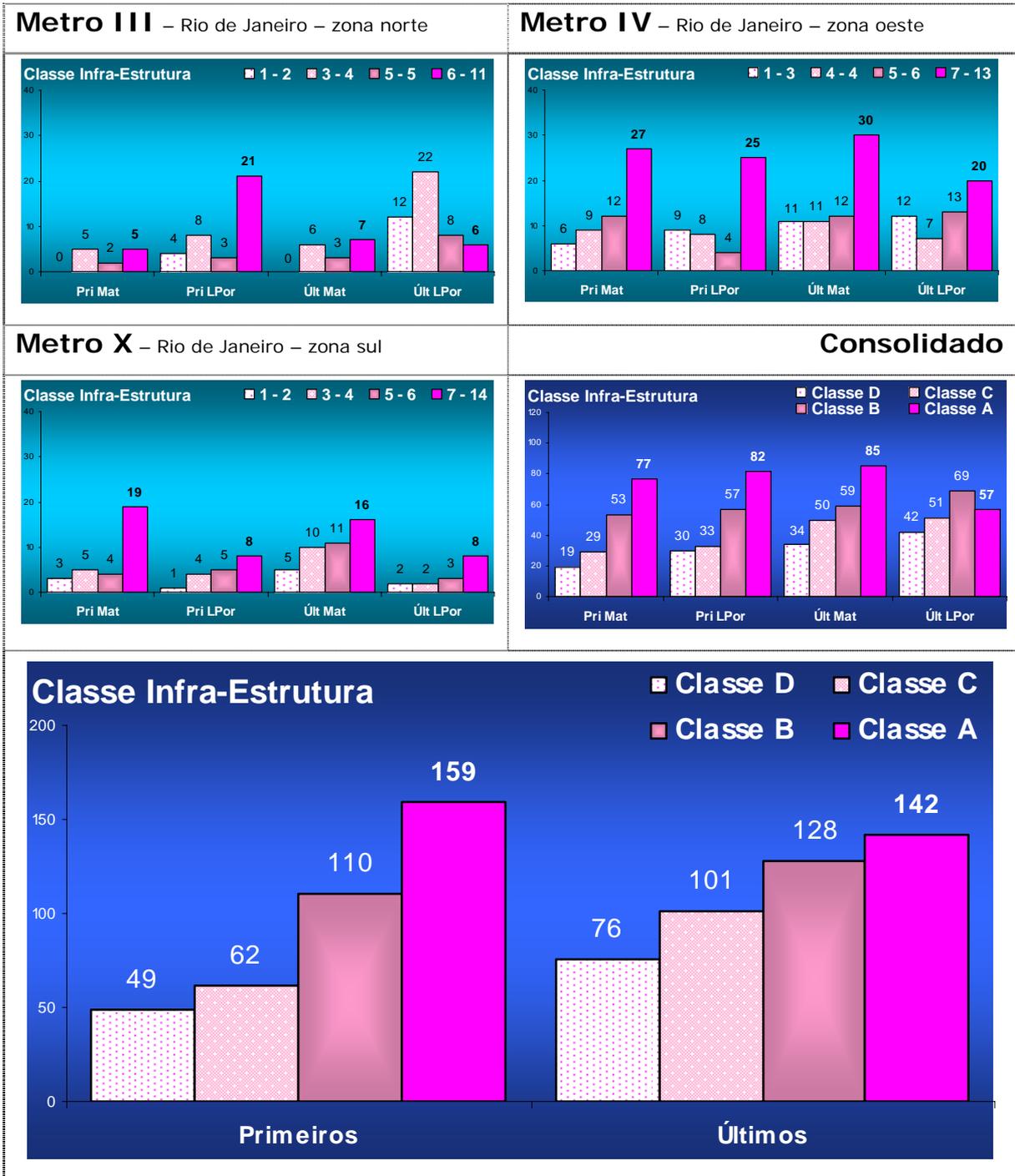
biblioteca, dependências e vias adequadas a portadores de necessidades especiais, ginásio de esportes, laboratório de ciências, laboratório de informática, outros laboratórios/oficinas, piscina, quadra de esportes coberta, quadra de esportes descoberta, sala de leitura, sala de professores, sala de recursos para alunos com necessidades educacionais especiais, sala para tv/vídeo, sanitário adequado a portadores de necessidades especiais, sanitário dentro do prédio, videoteca.

Para cada dependência escolhida foi levantada a existência ou não da mesma na escola. Se a escola possuía a dependência recebia o valor 1 (um), caso não possuísse recebia o valor 0 (zero). Desta forma, escolas que possuíssem todas as dependências elencadas receberiam o valor 17 e escolas que não possuíssem nenhuma das dependências selecionadas receberiam o valor 0 (zero). O valor máximo encontrado, entretanto, foi 14, ou seja, nenhuma escola possuía todos os itens selecionados. Assim sendo, a definição das faixas que compuseram a classe infra-estrutura foi estabelecida a partir do quartil do intervalo entre os valores obtidos em cada uma das coordenadorias.

A consolidação dos valores da classe infra-estrutura foi estabelecida a partir do somatório do quantitativo de professores nas faixas individuais. Vejamos como foi o comportamento dos professores em relação as suas escolhas através do conjunto de gráficos apresentados na figura de número 45.

Figura 45 – Classe Infra-Estrutura





Ao analisarmos individualmente cada uma das coordenadorias fica clara a opção do professor pela escola de melhor infra-estrutura, já que o quantitativo de professores optantes por escolas mais bem aparelhadas (Classe A e B) é sempre maior do que o quantitativo das outras classes. Tanto no gráfico consolidado e, mais ainda, na visão geral dos primeiros e últimos, a opção por escolas de melhor infra-estrutura é nítida pela curva exibida.

Podemos concluir, desta forma, que a infra-estrutura da escola foi um importante fator na decisão da escolha da escola pelos professores contratados incluídos na amostra.

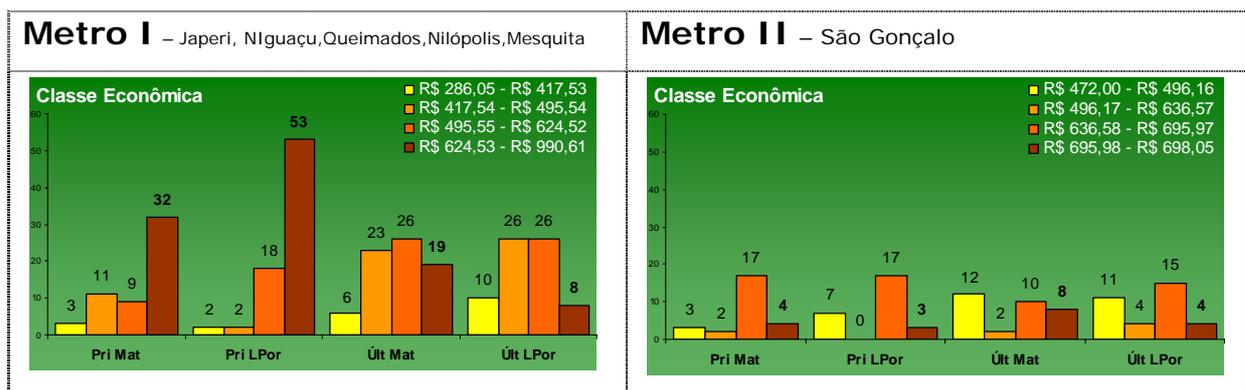
12.3 – Aspectos econômicos

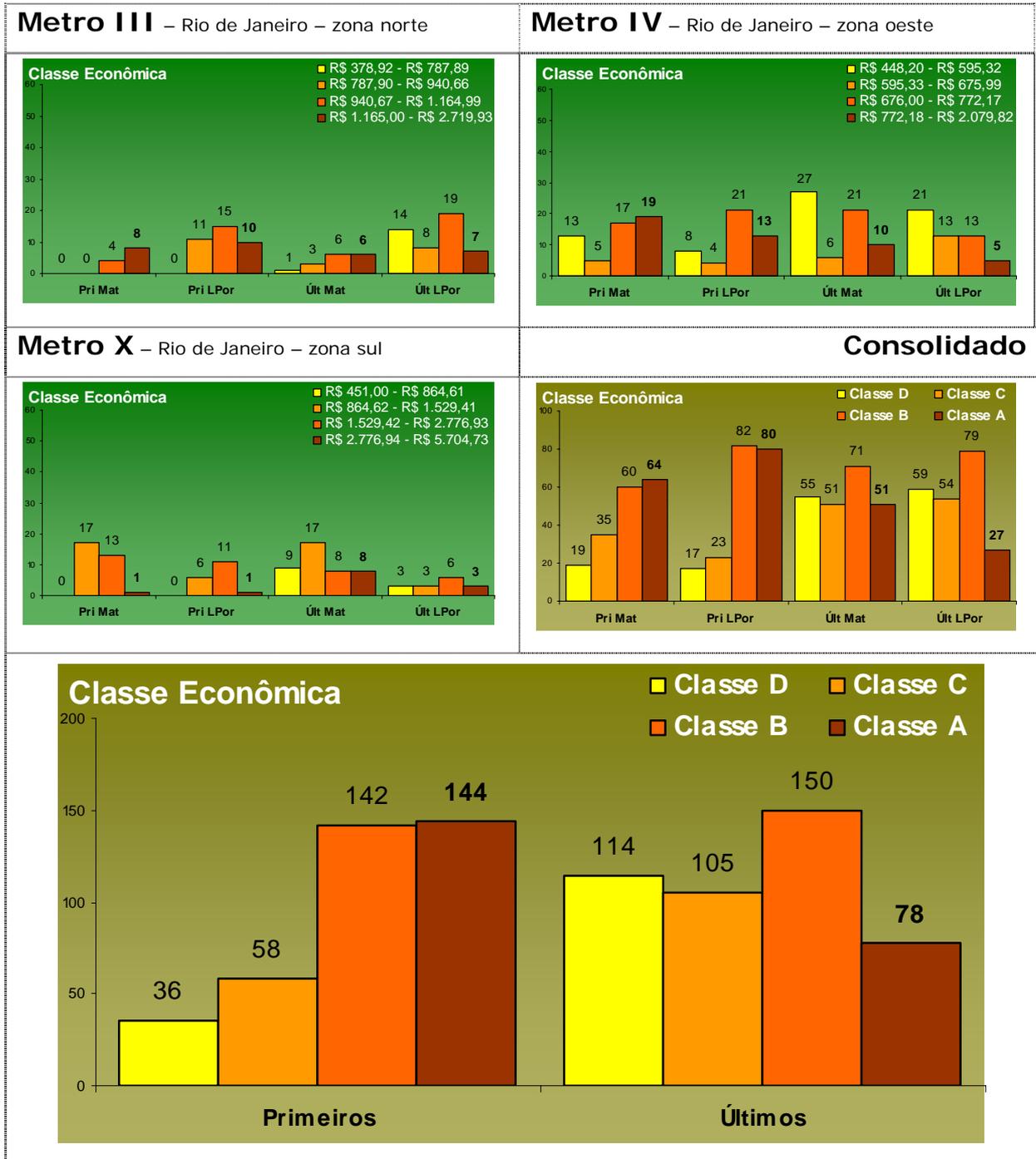
Por último, classificaremos as escolas pelo valor, em reais, do rendimento nominal médio das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes correspondente ao bairro/distrito na qual a escola está situada. Este olhar sob o território nos permitirá avaliar a classe econômica dos moradores do entorno da escola. Estes valores foram obtidos a partir do censo demográfico de 2000 elaborado pelo IBGE.

Para a definição das faixas, utilizamos o quartil dos valores correspondentes aos bairros/distritos pertencentes a cada uma das coordenadorias individualmente e, finalmente, as consolidamos em classes agrupando o quantitativo encontrado de professores em cada uma delas.

Vejam na figura 46 se a maior ou menor renda dos habitantes locais influenciou na decisão do professor pela escola onde atuar.

Figura 46 – Classe Econômica





A análise dos gráficos da Figura 46 nos permite constatar que a situação econômica no local da unidade escolar foi preocupação de muitos professores no momento da decisão sobre onde atuar. Destaca-se nesta questão os primeiros colocados em matemática e língua portuguesa da Metro I; os primeiros e últimos colocados em matemática da Metro III e os primeiros em matemática da Metro IV.

No gráfico consolidado observa-se que a grande maioria dos primeiros colocados nas duas disciplinas estudadas optou por escolas situadas em locais de classes econômicas mais elevadas.

No último gráfico, aquele que agrupa os primeiros e os últimos colocados sem considerar a disciplina, fica evidenciado que a situação econômica do entorno da escola é uma preocupação para aqueles que podem definir onde trabalhar. Entre os primeiros colocados, é notável a preocupação com a localização da escola já que a grande maioria optou por escolas das classes A e B, as localizadas em bairros/distritos de maior poder aquisitivo. A diferença entre o número de professores optantes de escolas das classes A e B (228) e os das classes C e D (219) entre os últimos colocados ratifica a mesma tendência também neste grupo.

Numa análise mais criteriosa pôde-se notar que, em alguns grupos, como os da Metropolitana I e os matemáticos da Metropolitana II, aqueles aprovados com maior nota e com prerrogativa de escolha optaram pelas escolas localizadas em regiões de maior poder aquisitivo, cabendo ao restante dos aprovados as vagas nas escolas das regiões de menor renda.

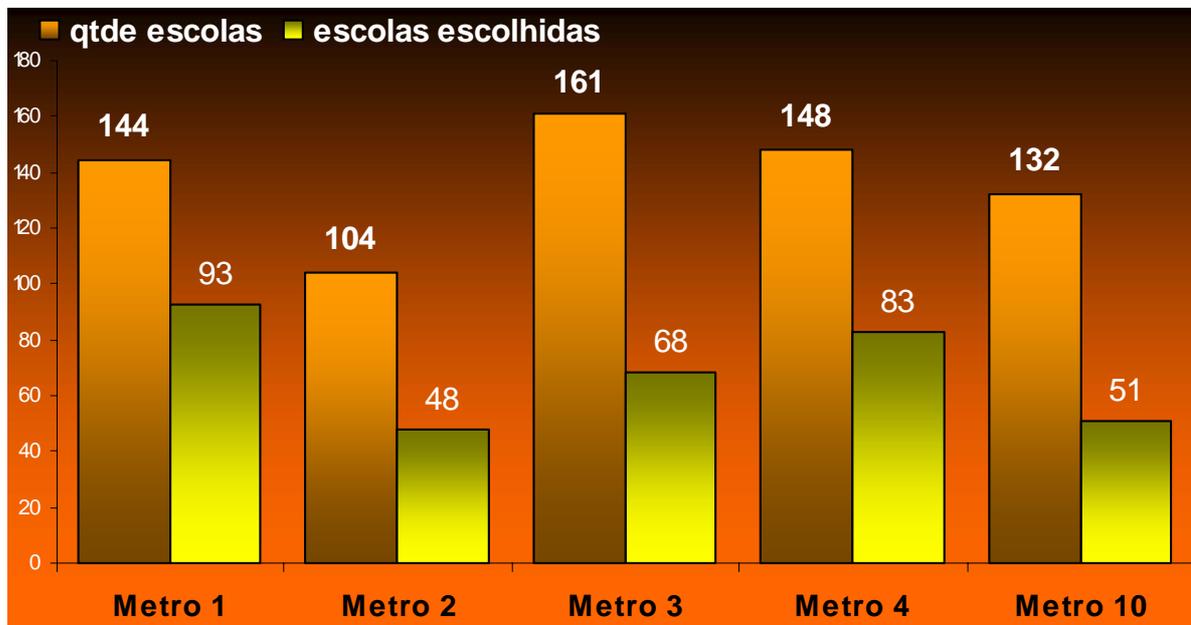
Essa preocupação do professor com a situação financeira dos habitantes no entorno da unidade de ensino onde vai atuar não deve ser entendida como uma preocupação de convívio social, mas sim porque sabidamente nas regiões cujos habitantes possuem maiores recursos financeiros são superiores as condições de infra-estrutura urbana. Nesses locais podem ser observados não apenas melhores serviços coleta de lixo, abastecimento de água, coleta de esgoto e iluminação pública, como também maior facilidade de acesso através de sinalização, asfaltamento, transporte coletivo, etc.

Outra característica das áreas cujos habitantes possuem um maior rendimento nominal é a redução dos espaços ocupados por aglomerados urbanos – áreas de favelas. A consequência inconsciente desta característica é a suposição de que sejam áreas de menor violência e de maior controle e segurança pelos órgãos oficiais de todas as esferas de governo.

13 – Escolas escolhidas x escolas não escolhidas

A opção do professor seja pela proximidade da sua residência, seja pela melhor infra-estrutura, seja pela qualidade do ensino ou pelas condições econômicas do entorno da escola, fica mais clara quando constatamos que 41% do total geral das escolas pertencentes a área de estudo não foram escolhidas por nenhum dos professores. Observemos a figura 47. Ela apresenta o quantitativo de escolas estaduais existentes em cada coordenadoria e o total de escolas que foram escolhidas por um ou mais professores.

Figura 47 – Quantidade de escolas x Quantidade de escolas escolhidas



Os maiores destaques destas situações se dão nas coordenadorias regionais metropolitanas X e III com respectivamente 61% e 58% do total de escolas não optadas.

Nossas próximas figuras, as de números 35, 36 e 37, apresentam a totalidade das escolas estaduais situadas na área de abrangência deste estudo classificadas segundo os critérios das classes IDEB, infra-estrutura e situação econômica do entorno demonstrado anteriormente. Porém, agora destacando percentualmente o quantitativo de escolas escolhidas e não escolhidas por um ou mais profissionais da amostra estudada.

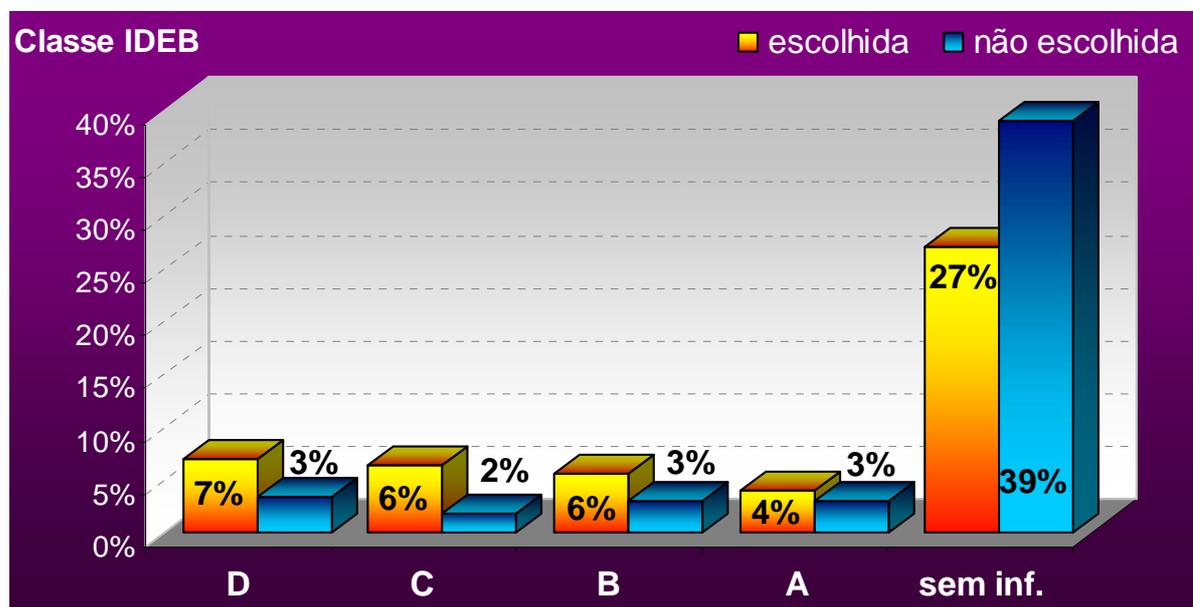
Visando ampliar o foco de observação destes dados, eles serão apresentados de três maneiras:

- ✓ na primeira, observaremos a distribuição percentual considerando todas as escolas estaduais da área de abrangência, ou seja, as 689 escolas (veja figura 47);
- ✓ na segunda, a distribuição será quantitativa – valores absolutos, ou seja, a quantidade de escolas; e,
- ✓ na terceira, a distribuição percentual considerará o total de escolas em cada uma das classes (importante a observação conjunta da apresentação dos dados da segunda abordagem).

Vejamos.

Em relação à classe IDEB, mais uma vez não se evidencia um padrão que possa caracterizar a preocupação do professor com o desempenho da escola no ato de escolha da mesma. Vejamos as figuras 48, 49 e 50.

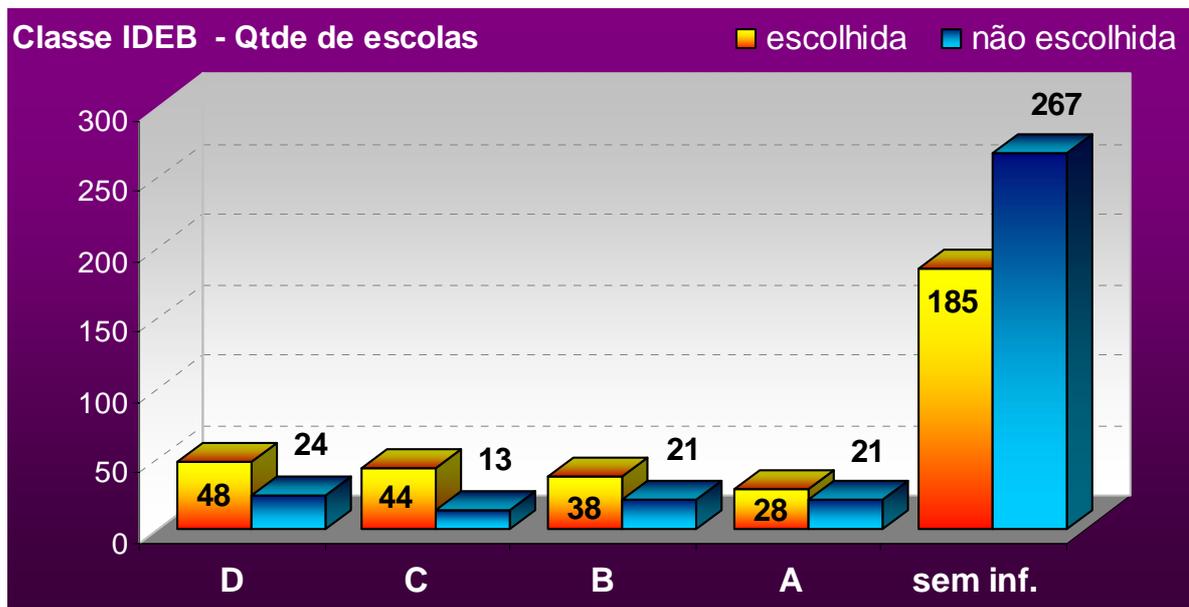
Figura 48 – Escolas estaduais por classe IDEB - Distribuição percentual considerando todas as escolas estaduais da área de abrangência, ou seja, 689 escolas (veja figura 47).



Desprezando-se as escolas que não possuem informação sobre o IDEB e observando o universo de escolas estaduais situadas nos municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Japeri, Nova Iguaçu, Queimados, Nilópolis, Mesquita, verificamos que a maioria (18%) das escolas pertence as classes C e D, ou seja, as de pior desempenho. Enquanto 16% pertencem as classes A e B. Veja figura 48.

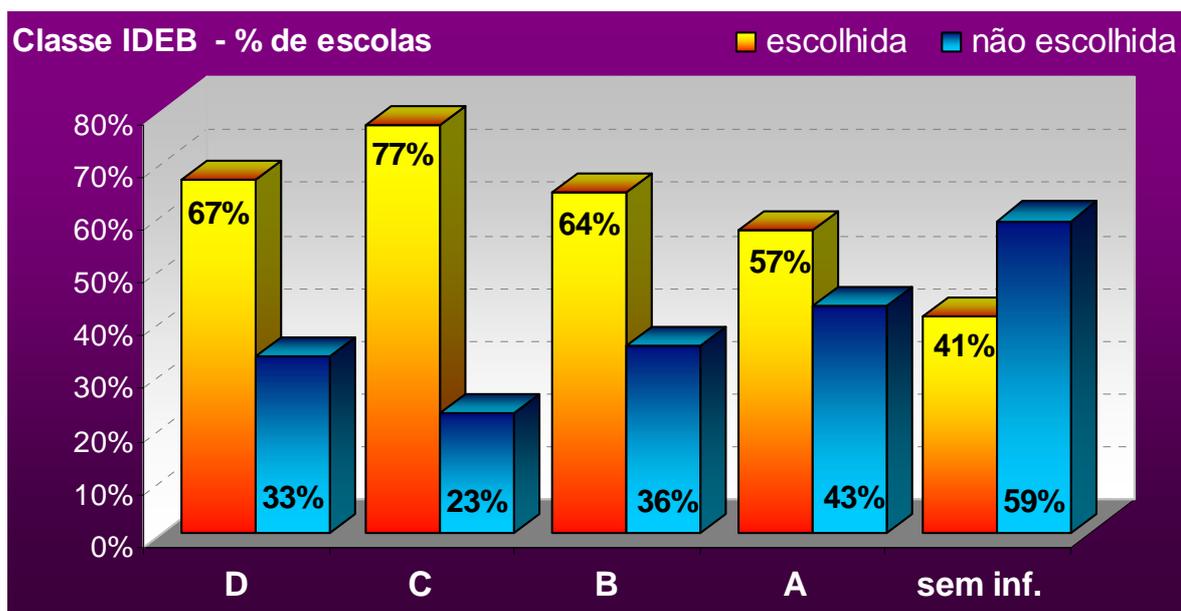
Na figura 49, que apresenta para cada uma das classes de IDEB, o número absoluto de escolas escolhidas e não escolhidas verifica-se que, a opção dos professores foi maior pelas escolas de menor classe de IDEB (D e C). Constata-se que 66 escolas das classes A e B foram escolhidas. Já nas classes C e D foram 92 escolas.

Figura 49 – Escolas estaduais por classe IDEB - Distribuição quantitativa – valores absolutos, ou seja, qtde de escolas.



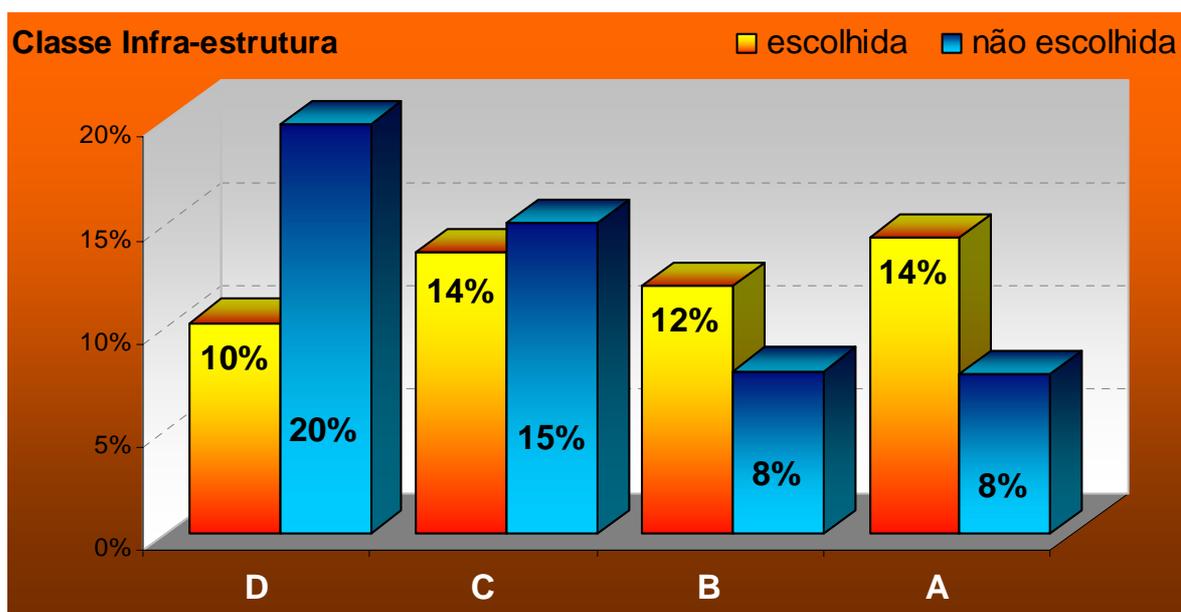
A distribuição percentual apresentada na figura 50 não corrobora para caracterizar uma tendência da opção dos professores por escolas de melhor desempenho, nem tão pouco de pior desempenho.

Figura 50 – Escolas estaduais por classe IDEB - Distribuição percentual considerando o total de escolas em cada uma das classes (veja figura anterior).



Quanto a infra-estrutura, percebe-se que a maioria das escolas classificadas nas classes A e B foram escolhidas. Analisemos esta constatação nas figuras 51, 52 e 53.

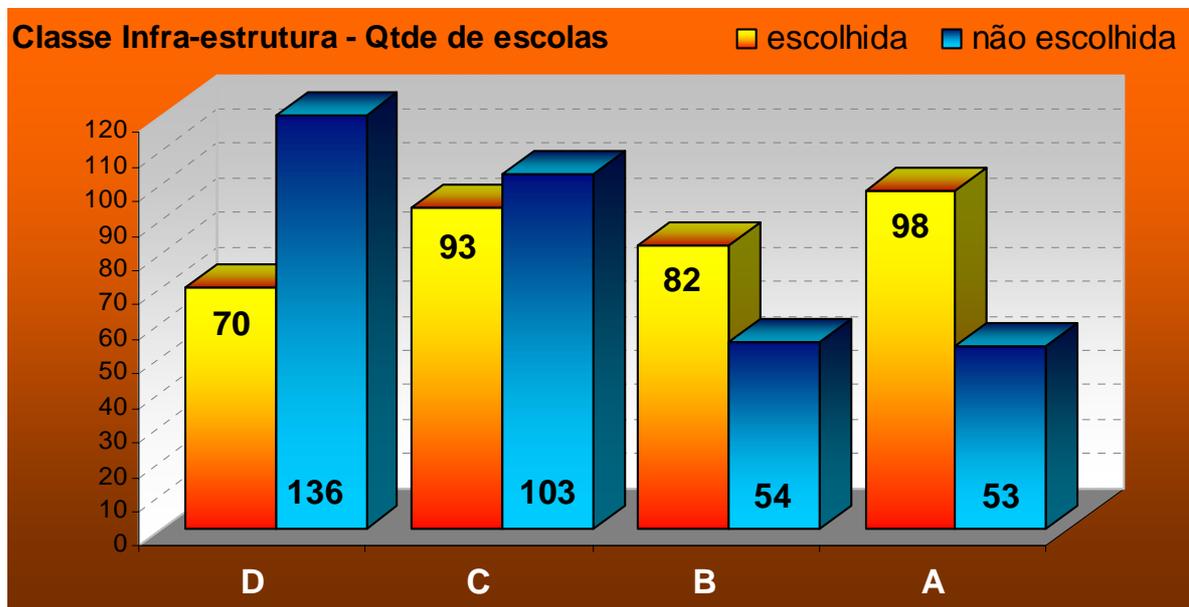
Figura 51 – Escolas estaduais por classe infra-estrutura - Distribuição percentual considerando todas as escolas estaduais da área de abrangência, ou seja, 689 escolas (veja figura 47).



Analisando-se todo o universo de escolas estaduais abrangidas pela região geográfica definida neste estudo, figura 51, constata-se que a infra-estrutura das escolas estaduais merece uma maior atenção por parte dos gestores da educação, pois, há um maior número de escolas das classes C e D (58,6%) do que das classes A e B (41,4%). Se considerássemos a classe A como a ideal para todas as escolas, teríamos que investir na infra-estrutura de 78% das escolas estaduais do Rio de Janeiro para que houvesse um nivelamento superior.

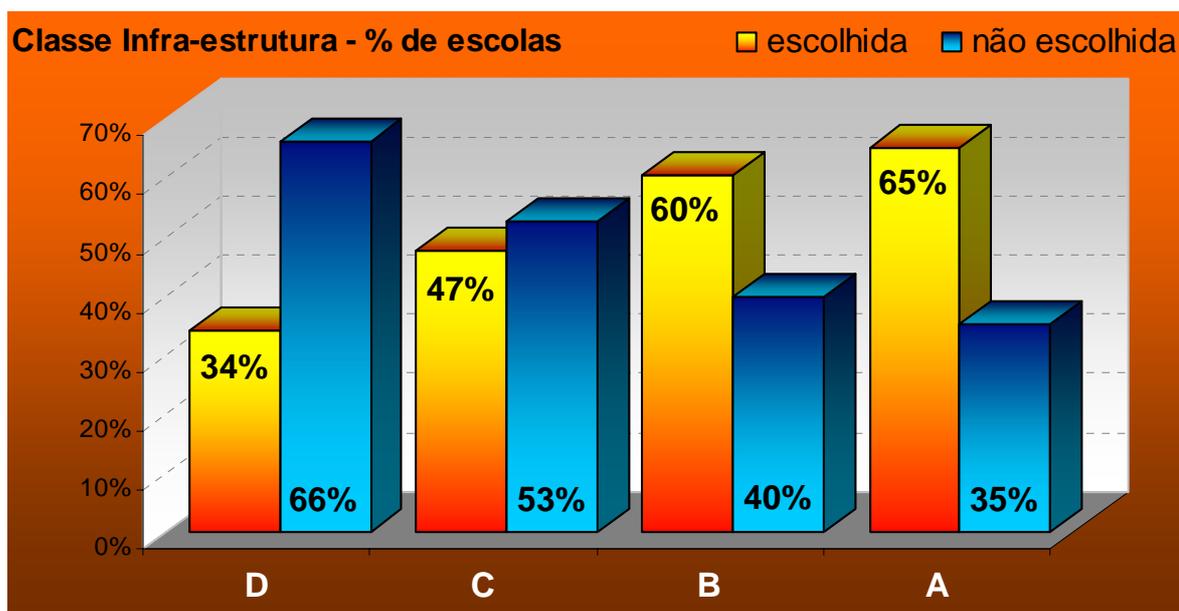
Na figura 52, que apresenta o número absoluto de escolas escolhidas e não escolhidas em cada uma das classes definida, percebe-se que, das escolas classificadas na classe A (151), as de melhor infra-estrutura, os professores escolheram 98, ou seja, 65%. Uma preferência parecida foi dada às escolas da classe B.

Figura 52 – Escolas estaduais por classe infra-estrutura - Distribuição quantitativa – valores absolutos, ou seja, qtd de escolas.



Do total de escolas classificadas na classe D, as de pior infra-estrutura, somente 70 foram escolhidas pelos professores, 34% do total de escolas desta classe. Em contrapartida, 65% das escolas enquadradas na melhor classe (A) foram alvo da escolha dos professores. Veja figura 53.

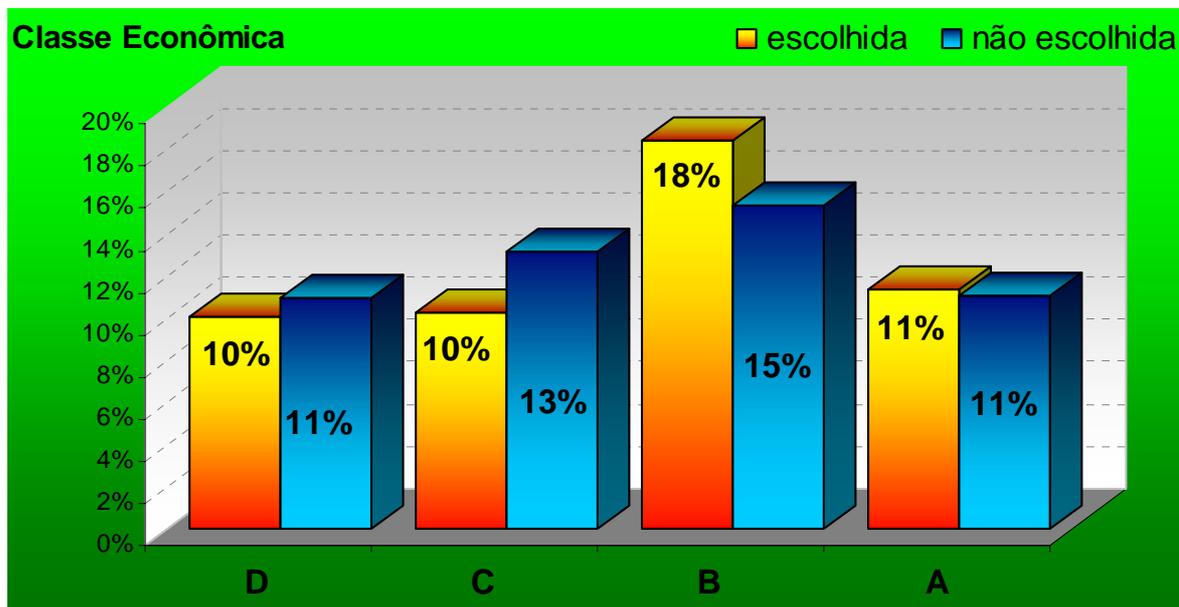
Figura 53 – Escolas estaduais por classe infra-estrutura - Distribuição percentual considerando o total de escolas em cada uma das classes (veja figura anterior).



A escolha do professor por escolas situadas em locais que, ainda que indiretamente, possam ser considerados como de melhor infraestrutura urbana e maior segurança é reafirmada pela nossa próxima imagem. Analisemos os detalhes nas figuras 54, 55 e 56.

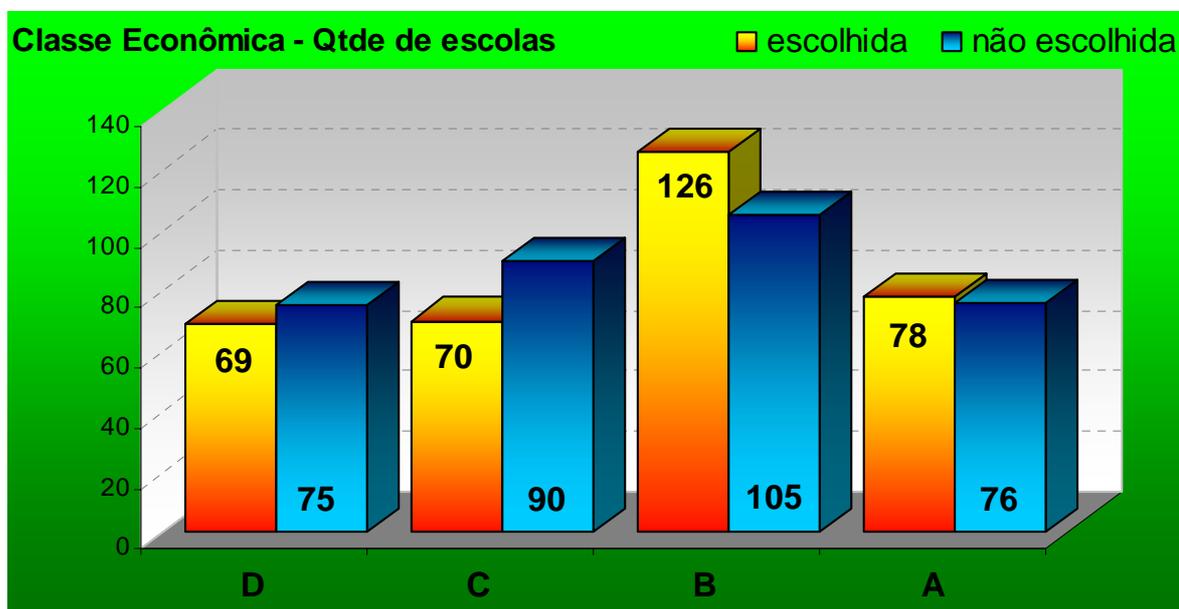
Primeiramente, ao analisarmos a classificação de todo o universo de escolas estaduais abrangidas pelas coordenadorias I, II, III, IV e X, verifica-se que, respeitando-se as características sócio-econômicas territoriais utilizadas para a definição das classes, há mais escolas situadas em bairros/distritos de classes econômicas altas (classes A e B) do que baixas (classes C e D). Observe a figura 54.

Figura 54 – Escolas estaduais por classe econômica - Distribuição percentual considerando todas as escolas estaduais da área de abrangência, ou seja, 689 escolas (veja figura 47).



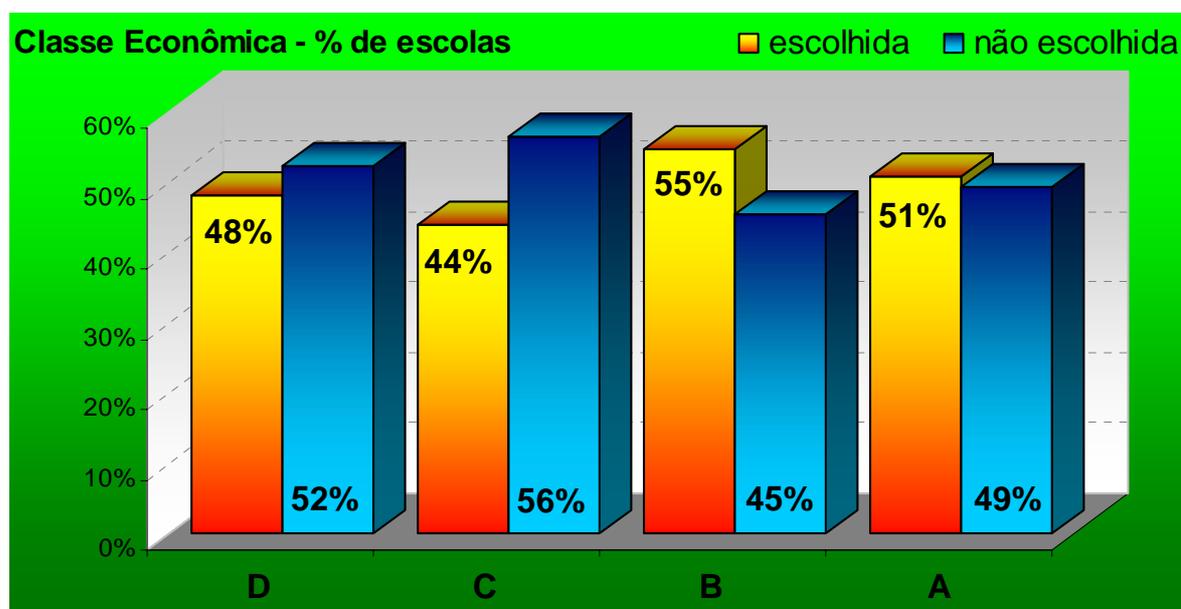
Na figura 55, que apresenta o número absoluto de escolas escolhidas e não escolhidas de acordo com a classe econômica do entorno das mesmas, observa-se que a maior parte das escolas selecionadas se localiza em regiões onde os habitantes pertencem às classes econômicas A e B, ou seja, as de maior renda nominal dos chefes de família.

Figura 55 – Escolas estaduais por classe econômica - Distribuição quantitativa – valores absolutos, ou seja, qtde de escolas.



Das 154 escolas classificadas na classe A, as de melhor infraestrutura, 51% foram escolhidas pelos professores. Em contrapartida, das 144 escolas da classe D, apenas 48% receberam professores deste concurso. Confirme através da observação da figura 56 a preferência dada pelos professores às escolas cujo entorno pertence a classes de maior renda econômica. Constate também que o percentual das escolas escolhidas é maior do que as escolas não escolhidas somente nas classes A e B.

Figura 56 – Escolas estaduais por classe econômica - Distribuição percentual considerando o total de escolas em cada uma das classes (veja figura anterior).



Conclusão

A amostra de dados definida pelos 15% primeiros e últimos aprovados e convocados no concurso para o magistério de 2005 nas disciplinas de matemática e língua portuguesa dos municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Japeri, Nova Iguaçu, Queimados, Nilópolis, Mesquita pode ser considerada como suficiente para caracterização do universo do concurso, tanto pela abrangência geográfica quanto pela representatividade dos dados.

Na análise do quadro de vagas e inscritos destacamos um fato que merece a atenção dos gestores, a baixa procura de professores pela disciplina de matemática em relação à demanda existente para esta disciplina.

Uma taxa de reprovação de 52% dos inscritos é mais um fator que deve ser alvo da preocupação dos gestores, principalmente com uma média exigida para aprovação de apenas 50% de acerto no conjunto de questões da prova.

A razão da convocação de 355% a mais de professores do que o estipulado como número de vagas no edital é motivo suficiente para uma investigação. Entender as razões deste elevado aumento certamente contribuirá tanto no processo de elaboração de novos concursos como no planejamento estratégico de curto e médio prazo da gestão educacional.

O fato do concurso não ter gerado, em várias regiões, banco de reserva devido a inexistência de sequer um professor aprovado e não contratado foi outro destaque deste estudo e passível de reflexão por parte dos agentes educacionais.

O alto índice de professores aprovados e convocados, porém não contratados, é outro aspecto que deve ser analisado mais detalhadamente, principalmente, considerando que a maior parte desses docentes pertence ao grupo dos primeiros e mais bem colocados. Fato este agravado por serem os matemáticos, justamente aqueles que tiveram menor índice de inscrições e maior número de ocorrências, os de maior percentual.

O principal motivo da não contratação foi o não comparecimento dos professores aprovados na data da convocação. O que leva um professor a fazer um concurso, ser aprovado e não comparecer no ato da contratação é uma pergunta cuja resposta deve ser amplamente debatida e pesquisada.

A nota mínima exigida para aprovação no concurso vale apenas 50% do total de pontos possíveis, isto significa média 5 (cinco), ou seja, média de aprovação inferior àquela que muitas escolas exigem para a aprovação de seus alunos. É, de fato, paradoxal pensar que um professor tenha sido aprovado com uma nota que ele próprio teria reprovado um aluno seu.

Observou-se, também, que nenhum professor atingiu os 60 pontos possíveis. Além disso, a nota máxima do grupo dos últimos colocados foi 42, valor inferior ao da mediana deste concurso, 45 pontos. Mais alarmante ainda é o fato de que 70% dos professores contratados foram aprovados com notas igual ou abaixo da mediana e apenas 9 (nove) dos 827 obtiveram notas dentro do último quartil, ou seja, entre 54 e 60 pontos.

Sabemos que a preocupação com a qualidade do ensino passa, primeiramente, pela capacidade, habilidade e formação do professor. Pesquisa feita com o objetivo de identificar os elementos que definem o que seja uma escola de qualidade para pais com filhos matriculados em instituições do ensino da rede pública do ensino fundamental de Teresina, Piauí, em escolas situadas nas primeiras e nas últimas posições no Índice de Escolha de Escola (IEE) do INEP, visou levantar as opiniões dos responsáveis sobre duas questões: *o que deve ter uma boa escola?* e, *como você escolhe a escola dos seus filhos?* Na primeira questão, 65% dos pais entrevistados responderam que em uma boa escola deverá haver bons professores e na segunda pergunta, a qualidade dos professores ficou em primeiro lugar com 55% das respostas dos pais entrevistados. Ou seja, para os pais, o que mais importa numa escola é a qualidade do corpo docente.

Apesar de esta pesquisa ter sido realizada no Piauí, podemos supor que no Rio de Janeiro os resultados seriam muito semelhantes. Conclui-se, portanto, que tanto para gestores como para os pais a capacidade dos professores é de suma importância para a existência de um ensino de qualidade e na formação do jovem. Entretanto, o que pode ser constatado por este estudo, com base no resultado das provas, é o baixo conhecimento dos professores que ingressaram no corpo docente das escolas estaduais do Rio de Janeiro, consequência provável do sistema educacional que o formou, o mesmo onde agora ele será agente.

Alguns aspectos na elaboração de novos concursos precisam ser levados em consideração. Dentre eles, destacamos: a nota mínima para

aprovação, que poderia ser elevada dos atuais 50% para 60% ou 70% ou o aumento do grau de dificuldade da prova, ambos visando aumentar o filtro de seleção na busca de professores mais preparados; o aumento da periodicidade na viabilização de concursos, que poderia ser anual e, com isso, propiciar a renovação permanente do quadro com um número de vagas menos elástico e, conseqüentemente, com a contratação de professores com melhor aproveitamento nas provas.

Por outro lado, torna-se essencial a preocupação dos gestores na adoção de uma política educacional que estimule o exercício do magistério nas escolas públicas estaduais, principalmente, em relação aos matemáticos. Estímulos salariais vinculados ao desempenho do IDEB de um ano para outro; melhoria da infra-estrutura urbana do entorno da escola; melhoria da infra-estrutura interna da escola; publicidade dos casos de sucesso; são exemplos de ações que podem ser pensadas como ações de incentivo.

A falta de acesso a dados sobre o quadro de vagas por escola no referido concurso não nos permitiu comprovar, com maior precisão nossa hipótese inicial, entretanto, este estudo demonstrou que, quando tem o poder de escolha da escola onde atuar, o professor leva em consideração, principalmente, a distância para sua residência, a infra-estrutura da escola e o ambiente onde ela se encontra.

Nossa hipótese inicial de que os professores escolhem as escolas mais aparelhadas, com alunos mais preparados e em bairros de menor vulnerabilidade estava parcialmente correta. Um novo critério, todavia, deve ser acrescido a esta hipótese antes de transformá-la em tese, a

distância casa/trabalho. Mesmo que não seja o mais importante, este último critério parece ser sempre levado em consideração no processo de escolha da unidade de ensino quando o professor possui essa prerrogativa.

Este estudo também demonstrou que o histórico de desempenho da unidade de ensino, medida agora pelo índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB e, conseqüentemente dos outros indicadores que o compõem, não se mostrou como importante fator nesse processo de decisão. Isso pode se dever a inexistência deste indicador ou a pouca divulgação de outros na época do concurso.

Resumindo, são os interesses pessoais e individuais dos professores que norteiam as escolhas que fazem. Fato compreensível e aceitável nesta ou em qualquer outra categoria profissional.

Finalmente, as conclusões obtidas a partir deste estudo sugerem a necessidade de uma revisão de todo o critério de aprovação e definição do local onde cada professor será lotado. Levar em consideração os interesses pessoais de cada profissional é sinal de respeito ao candidato aprovado. Contudo, considerar a primazia da qualidade do ensino nesse processo é sinal de respeito à sociedade e ao contribuinte.

A solução certamente se encontra em algum lugar entre ambas as necessidades e somente o debate aberto entre sociedade, professores e especialistas em educação poderá encontrar o ponto de equilíbrio que nos levará a uma educação mais eficiente, participativa e com oportunidades educacionais semelhantes.

Bibliografia

Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB): Metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, Estados, Municípios e escolas - http://www.inep.gov.br/salas/download/ideb/Ideb_Projecoes.pdf

Lima, Elane Cristina Toledo e Sales, Luís Carlos. A qualidade da escola realisticamente possível - www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT16/qualidade_escola.pdf

PDE – Razões, princípios e programas - <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>